



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Câmpus Universitário de Três Lagoas
Programa de Pós-Graduação em Letras



JULIANA DE OLIVEIRA MENDONÇA RIBEIRO

**DE SEM-TERRA A ASSENTADO:
EXCLUSÃO E RESISTÊNCIA EM
DISCURSOS DE REASSENTADOS**

**TRÊS LAGOAS - MS
2014**



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Câmpus Universitário de Três Lagoas
Programa de Pós-Graduação em Letras



JULIANA DE OLIVEIRA MENDONÇA RIBEIRO

**DE SEM-TERRA A ASSENTADO:
EXCLUSÃO E RESISTÊNCIA EM
DISCURSOS DE REASSENTADOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras (Área de concentração: Estudos Linguísticos), da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Câmpus de Três Lagoas, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientadora: Prof^ª. Dr.^a. Celina Aparecida Garcia de Souza Nascimento

**TRÊS LAGOAS - MS
MARÇO/2014**



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Câmpus Universitário de Três Lagoas
Programa de Pós-Graduação em Letras



JULIANA DE OLIVEIRA MENDONÇA RIBEIRO

**DE SEM-TERRA A ASSENTADO:
EXCLUSÃO E RESISTÊNCIA EM
DISCURSOS DE REASSENTADOS**

BANCA EXAMINADORA

Presidente e Orientadora: Prof.^a Dr.^a Celina Aparecida Garcia de Souza Nascimento
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

Prof.^a Dr.^a Angela Derlise Stübe
Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

Prof.^a Dr.^a Vânia Maria Lescano Guerra
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

Suplente: Prof.^a Dr.^a Vanessa Hagemeyer Burgo
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

Três Lagoas, Março de 2014

Aos sem-terra, assentados, portadores de necessidades especiais, catadores de material reciclável, portadores de doenças contagiosas, homossexuais, negros, idosos, índios... e, sobretudo, àqueles que respeitam o outro, mais do que a si próprios.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por acreditar na sua força e no seu amor por mim.

À Capes, por ter-me concedido a bolsa de estudo.

À minha orientadora, professora Doutora Celina, que está proporcionado a honra de fechar comigo um ciclo tão precioso da minha vida, razão por que sempre estará no meu coração.

Às professoras Doutoras Vânia Maria Lescano Guerra e Vanessa Hagemeyer Burgo, pelas contribuições na banca de qualificação.

À coordenadora do mestrado professora Doutora Kelcilene, pelas palavras de carinho e força na maioria das vezes em que nos encontramos.

À professora Doutora Onilda, pelos conhecimentos concedidos nas suas aulas, por mostrar amor pela profissão docente e, acima de tudo, respeitar os seus alunos.

À Nely Silva, que me fez acreditar que era possível não só traduzir textos, mas também as palavras perseverança e amizade.

À professora Doutora Marlene Durigan, pelas palavras de apoio no início do processo seletivo e pela energia positiva que senti nas vezes que estive ao seu lado, isso a faz especial, pois poucas pessoas emanam essa energia.

Ao Claudionor, pela atenção e pelos sorrisos diários, pequenos gestos que fazem diferença.

Aos amigos do mestrado: Diogo, Sandra, Willian, Lidiane, Danielle e Analice pelas risadas, pela troca de conhecimento, pelas inseguranças, pelos planos e por tudo aquilo que conseguimos dividir no decorrer da nossa caminhada.

A todos os assentados do Assentamento Celso Furtado, que colaboraram com essa pesquisa, em especial a assentada Neide Ribeiro Costa.

Ao assentado Nilton Caldeira dos Santos, senhor trabalhador e simples, que encanta com o seu conhecimento de mundo e do Movimento Sem-Terra.

Ao vereador da cidade de Castilho, Daniel Batista de Oliveira, que acreditou em meu trabalho e colaborou com ele.

Ao meu filho, que me permite sentir a força de um amor que não se descreve com palavras e que todos os dias se constitui na razão de todas as minhas razões.

Ao meu marido, Silvio, por dividir comigo sonhos e realidades e me fazer amar sempre.

Ao meu pai, Orivaldo, porque, além de pai, é meu cúmplice e amigo e possui o dom da bondade e da honestidade.

À minha mãe, Maria Onice, por ter-me gerado e ter-me concedido parte da sua vida.

Às minhas irmãs, Gisele e Aline, por serem uma parte de mim.

À minha sogra, Zilda, por ser amiga e parceira de tantas horas.

Às minhas amigas Lucélia Buosi e Andrea Heck, que apesar da distância, são amigas de alma, razão por que as sinto sempre presentes.

O Vencedor

*Olha lá, quem vem do lado oposto
Vem sem gosto de viver
Olha lá, que os bravos são
Escravos são e salvos de sofrer
Olha lá, quem acha que perder
É ser menor na vida
Olha lá, quem sempre quer vitória
E perde a glória de chorar
Eu que já não quero mais ser um vencedor
Levo a vida devagar pra não faltar amor*

*Olha você e diz que não
Vive a esconder o coração*

*Não faz isso, amigo
Já se sabe que você
Só procura abrigo
Mas não deixa ninguém ver
Por que será?*

*Eu que já não sou assim
Muito de ganhar
Junto às mãos ao meu redor
Faço o melhor que sou capaz
Só pra viver em paz*

(Los Hermanos)

RIBEIRO, Juliana de Oliveira Mendonça Ribeiro. *De sem-terra a assentado: exclusão e resistência em discursos de reassentados*. Três Lagoas: Câmpus de Três Lagoas, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2014. 93 f. (Dissertação de Mestrado).

O contexto rural da cidade de Castilho-SP caracteriza-se, atualmente, pela legalização de treze assentamentos, dos quais o Assentamento Celso Furtado, o segundo maior da região, lócus desta pesquisa, reúne cento e oitenta e sete famílias. Com a meta de contribuir para os estudos sobre identidade e sobre o sujeito-assentado, os objetivos específicos deste trabalho são: 1) problematizar as representações que o assentado faz de si atualmente e quando era designado como sem-terra, abordando a temporalidade: o antes (sem-terra) e o agora (assentado); 2) discutir a representação que o assentado faz da sociedade, por meio dos discursos, das formações discursivas e da heterogeneidade constitutiva; e 3) analisar relações de poder e resistência nos dizeres dos sujeitos. Enquanto perguntas de pesquisa, procuramos responder: como era a rotina/relações de trabalho no acampamento sem-terra? Houve mudanças depois que tornou-se assentado? Como era a convivência com os representantes do Incra? Como o assentado se vê socialmente? Partimos do pressuposto que social e economicamente a sociedade contemporânea exclui aqueles que pertencem a algum grupo e que resistem à hegemonia, lançando como hipótese que, no decorrer da luta pela posse de terra, as representações atribuídas aos assentados, na maioria das vezes, são negativas. Para trazer à baila as considerações sobre sujeito, discurso e formação discursiva, baseamos-nos pressupostos teóricos de Pêcheux (1990) e Foucault (2007a); a identidade, por seu turno, é vista pela esteira de Hall (2005) e Coracini (2007); as relações de poder e resistência são problematizadas à luz dos estudos de Foucault (2007b); para o conceito de exclusão, reportamo-nos às contribuições de Bauman (1998 e 1999) e Bhabha (1998). O trabalho é inscrito no viés discursivo, com base no método arqueo-genealógico foucaultiano, que tem o objetivo de discutir como surgem os saberes e como estes se transformam. Para a coleta dos dados, realizamos entrevistas, gravadas em áudio no próprio assentamento, a partir de um roteiro semiestruturado, com onze assentados, e selecionamos recortes das falas de sete entrevistados para compor o cópua a ser analisado. A dissertação divide-se em três capítulos. No primeiro, apresentamos os principais conceitos da Análise do Discurso numa interface com algumas contribuições dos Estudos Culturais, trazendo reflexões sobre discurso, sujeito, formação discursiva, representação e identidade e ainda sobre relações de poder, resistência e exclusão; no segundo, descrevemos as condições de produção, a contextualização da pesquisa, a constituição do MST e o percurso da Fazenda Três Barras, até a sua desapropriação para tornar-se o Assentamento Celso Furtado; no último, trazemos a análise da representação identitária do sujeito-assentado, por meio de dois eixos de análise. No primeiro, o assentado relata a representação que faz de si como assentado e sem-terra; no segundo, apresenta a imagem que a sociedade elabora dele. Observamos que as relações de trabalho, a convivência com os representantes do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e a busca da aceitação social consistem em relações de poder e de exclusão e, nesse contexto, os assentados apresentam resistência diante da sua ex-condição de sem-terra, das imposições do INCRA e do MST (Movimento do Sem-Terra), relatando que se sentem excluídos socialmente. A exclusão e a resistência manifestam-se por meio das representações que o assentado atribui à identidade atual, à ex-condição de sem-terra e às imagens que ele acredita que a sociedade realiza dele, afirmando que, mesmo mudando de posição social, a exclusão vivida no seu passado de sem-terra foi transferida para a sua identidade atual, sendo rotulados como invasores e oportunistas.

Palavras-chave: Identidade; exclusão; resistência; assentados.

ABSTRACT

RIBEIRO, Juliana de Oliveira Mendonça. *From landless to settlers: exclusion and resistance in the settlers' speeches*. Três Lagoas: Câmpus de Três Lagoas, University Federal of Mato Grosso do Sul, 2014. 93 f. (Master Thesis).

The rural setting of the municipality of Castilho-SP, is characterized nowadays by the legalization of thirteen settlements, of which the Settlement Celso Furtado, the second largest in the region, locus of this research, brings together one hundred eighty-seven families. With the goal of contributing to studies on identity and on the settled subjects, the specific objectives are: 1) to problematize the representations that the settled subject makes of himself currently and when he/she was designated as landless, addressing temporality of the former landless who is now settled, 2) to discuss the representation that the settled subject makes of the society through discourses, discursive formations and their constituent heterogeneity and 3) analyze relations of power and resistance in the words of the subjects. Some of the research questions we sought to answer were: What were the routine / labor relations at the landless camp like? Were there changes after their settlement? How was the interaction with the representatives of INCRA like? How does the settled subject see himself socially? We assume that socially and economically contemporary society excludes those who belong to some group and resist hegemony, stating the hypothesis that during the fight for possession of land, the representations assigned to the settlers, most often, are negative. To bring up the consideration of the subject, discourse and discursive formation, we rely on Pecheux's theoretical assumptions (1990) and Foucault's (2007a); identity, in turn, is seen by Mat Hall (2005) and Coracini (2007), relations of power and resistance are problematized based on Foucault's studies (2007b), to the exclusion concept, we refer to the contributions of Bauman (1998 and 1999) and Bhabha (1998). The work is inscribed in the discursive bias, based on Foucault's archaeo-genealogical method, which aims to discuss how knowledge arises and how it is transformed. For data collection, we conducted interviews, audio recorded on the settlement itself, from a semi-structured script, with eleven settlers and selected clippings from seven respondents to compose the corpus to be analyzed. The dissertation is divided into three chapters. At first, we present the main concepts of discourse analysis at an interface with some contributions of Cultural Studies, bringing reflections on the subject, discursive formation, representation and identity and also about power relations, resistance and exclusion. In the second chapter, we described the production conditions, the research contextualization, the establishment of the MST and the trajectory of Três Barras Farm until its expropriation to become the Settlement Celso Furtado; in the last one, we bring the analysis of the identity representation of the settled subject, through two analysis axes. In the first one, the subjects report the representation that they make of themselves as settled and landless subjects; in the second one, they display the image that society makes of them. We observed that the working relationships, living together with representatives from INCRA (National Institute of Colonization and Agrarian Reform) and the search for social acceptance consist of relations of power and exclusion, and in this context, the settlers have resistance on their condition of former landless, the impositions of INCRA and the MST (the Landless Movement), reporting that they feel socially excluded. The exclusion and resistance are manifested through representations that the settled subjects assign to their current identity, to their condition of former landless and the images that they believe that society have on them, stating that even after changing their social status, the situation of exclusion that they lived in the past as landless subjects, was transferred to their current identity, in which they are labeled as invaders and opportunistic people.

Keywords: Identity, exclusion, resistance; settlers.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS.....	11
CAPÍTULO I: PERCURSO DA ANÁLISE DO DISCURSO: SUJEITO E IDENTIDADE.....	17
1.1 Discurso, sujeito e formação discursiva.....	17
1.2 Constituição da representação/identidade.....	22
1.3 Relações de poder, resistência e exclusão.....	26
CAPÍTULO II: CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	34
2.1 Das condições de produção.....	34
2.2 Da contextualização da pesquisa	36
2.3 Sobre a historicidade do MST (Movimento Sem-Terra) e a questão agrária.....	41
2.4 Sobre o Assentamento Celso Furtado.....	46
CAPÍTULO III: EXCLUSÃO E RELAÇÕES DE PODER E RESISTÊNCIA NOS DIZERES DOS SUJEITOS ASSENTADOS.....	49
3.1 Representações de si (assentado e sem-terra).....	49
3.2 Representações do outro (sociedade).....	63
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	72
REFERÊNCIAS.....	75
ANEXOS.....	78
ANEXO I: Transcrições das entrevistas.....	78
ANEXO II: Termo de consentimento livre e esclarecido.....	85
ANEXO III: Memorial Descritivo.....	90

CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS

Esta pesquisa é resultado de algumas inquietações diante de leituras de estudiosos que enfocam o trabalho rural no Brasil, entre eles Caldart (2004) e Martins (2003 e 2010)¹, além do interesse pelo estudo da representação/identidade do sujeito assentado. Interesse que é decorrente de conversas informais que tivemos com alguns assentados que prestam serviços no Condomínio *Encontro das Águas*, a seis quilômetros do assentamento Celso Furtado, em Castilho-SP. Nessas conversas, algumas vezes eles deixaram transparecer o que “pensam” de sua condição de assentado, em formulações ou em enunciados ambíguos, que nos provocaram a empreender esta busca pelos seus dizeres.

O assentamento localiza-se no município de Castilho-SP e, para situar as condições de produção dos discursos analisados, exploramos as relações de trabalho, o dia a dia do assentamento, a conduta imposta pelos representantes do Incra, a exclusão e a inclusão social. O mundo globalizado do qual fazemos parte permite-nos questionar diversos conceitos cristalizados durante a história de algum grupo social, o que pode conduzir a uma prática discriminatória, em que o poder social pode gerar pensamentos hegemônicos e interditar aqueles que não acreditam numa sociedade homogênea.

Segundo Martins (2003, p. 122), o acampamento sem-terra pode ser definido como “a aparência concreta do provisório, do nada e da multiplicação de todas as heranças que poderiam ter existido um dia [...] é um momento de vivência de um processo de dessocialização, de eliminação das referências sociais e dos valores que norteiam lealdades e condutas”. Ao qualificar o acampamento sem-terra como “provisório”, Martins (2003) aponta para o fato de que alguns requisitos básicos para sobrevivência humana geralmente não são oferecidos nesse espaço.

Diante da falta de recursos, os moradores também perdem o direito de socialização, situação que pode colocá-los à margem da sociedade. A isso se acrescenta, pela leitura de Rodrigues (2011, p. 13), “que qualquer tipo de formação social se sistematiza tensamente em busca de uma homogeneização a partir de posições ideológicas de classes e de grupos específicos”. Entendemos que, mesmo buscando a homogeneização, qualquer tipo de formação social é considerada heterogênea, já que se baseia em várias instâncias produzidas pelo Estado. A noção de homogeneidade é uma ilusão necessária do sujeito, que não se

¹ O professor livre-docente da USP, José de Souza Martins, é apontado por Roseli Salette Caldart (2004), Christiane de Alencar Chaves (2000) e Bernardo Mançano Fernandes (2000) como um dos maiores pesquisadores do trabalho rural no Brasil.

concretiza por não haver uma transparência de sentido, já que o seu discurso pode ser sustentado pela subjetividade. Na certeza de que é capaz de ser o dono do seu discurso e detentor das suas escolhas, intenções e decisões, o sujeito apoia-se nessa ilusão necessária, esquecendo que várias vozes se fazem presentes na sua fala, revelando a sua inscrição ideológica, a sua historicidade e as formações discursivas que perpassam os seus dizeres.

Ainda segundo Rodrigues (2011, p. 21), as formações sociais são definidas como “heterogêneas”. Se elas se apresentam totalizantes e hegemônicas, é tão somente em virtude de “um conjunto de efeito em suas múltiplas materializações disseminadas no tecido social”. Assim, para mudar da condição de sem-terra para assentado, é preciso produzir e regularizar a posse de terras, por meio de um documento cedido pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), que confere autonomia para instalar legalmente as famílias desses produtores rurais.

Para trazer a contextualização do MST (Movimento dos Sem-Terra) no Brasil, recorremos ao texto de Caldart (2004), em que a autora esclarece que o movimento teve sua maior repercussão no dia 4 de maio de 1978, quando cerca de 1800 famílias de colonos foram expulsas da reserva Indígena de Nonoai, no Rio Grande do Sul, legalmente propriedade de indígenas Kaingang desde 1847. Esse fato contribuiu para o desenvolvimento de um dos principais movimentos sociais do Brasil, o Movimento dos Sem-Terra.

Sabe-se que hoje, no Brasil, ainda existe uma desigualdade na distribuição de terras, predominando assim a concentração fundiária e, como a reforma agrária não acontece, a realização da política de assentamentos rurais vem-se fortalecendo. Observamos que os objetivos do MST vão além da reforma agrária, buscando a inclusão social dos sem-terra e assentados. Os acampamentos sem-terra, que geralmente se perpetuam à beira das estradas, contam com uma infraestrutura precária, na qual várias famílias criam os seus filhos, que, por sua vez, são expostos a confrontos sociais e perdem a sua referência, o que pode contribuir para a exclusão social. (MARTINS, 2010).

Posto isso, propomos, como objetivo geral deste trabalho, contribuir para os estudos sobre identidade do sujeito-assentado; como específicos: 1) problematizar representações que o assentado faz de si atualmente e quando era designado como sem-terra, abordando a temporalidade: o antes (sem-terra) e o agora (assentado); 2) discutir representações que o assentado faz da sociedade, por meio dos discursos, das formações discursivas e da heterogeneidade constitutiva; e 3) analisar relações de poder e resistência nos dizeres dos sujeitos da pesquisa. Para tanto, pretendemos responder às seguintes perguntas de pesquisa: quais são as representações de exclusão? Como ocorrem as relações de poder? Como se

manifestam as relações de resistência? Enquanto hipótese de pesquisa, acreditamos que no decorrer da luta pela posse de terra, as representações atribuídas aos assentados são, na maioria das vezes, negativas.

Este trabalho inscreve-se na perspectiva do discurso-desconstrutivista, no qual Coracini (2003a, p.18) afirma ser necessário “problematizar as situações naturalizadas pelo hábito e que, por isso mesmo, parecem inquestionáveis”. Entendemos que devemos compreender o contexto histórico-social do sujeito para trabalharmos o *cópus* discursivo com o propósito de desconstruir dicotomias e certezas construídas ao longo da história. Assim, propomos a desconstrução de grupos sociais homogêneos e a fragmentação de condutas. Nessa perspectiva, consideramos que todo discurso é passível de desconstrução e, por isso, não pode apresentar um significado anterior à interpretação, já que a constituição dos sentidos é decorrente de vários âmbitos sociais. Notamos, segundo a autora, que tanto a abordagem discursiva como a desconstrução trabalham com a determinação social que atua na constituição dos sentidos. E no método arqueogenealógico de Foucault (2008a), no qual aborda-se a historicidade constitutiva agregada aos valores no momento social e reconstrói as singularidades históricas e as suas rupturas. Desse modo, o método arqueogenealógico desenvolvido pelo filósofo prima por criar consciência crítica sobre a circulação dos discursos diante das verdades aceitas e dos valores praticados.

Tal método subsidiou os procedimentos para a análise dos recortes das entrevistas, gravadas em áudio com assentados no próprio assentamento. Do total de onze, foram selecionadas, conforme os objetivos específicos da pesquisa, sete entrevistas, que foram submetidas à transcrição grafemática. Na sequência, procedemos a recortes nos dizeres, de que resultou um total de dezessete excertos, analisados sob a perspectiva da Análise do Discurso de linha francesa e dos Estudos Culturais, abordando as noções de: sujeito, discurso e formação discursiva, pela leitura de Pêcheux (1990) e Foucault (2007a); representação e identidade, pelo viés de Coracini (2007) e Hall (2005); relações de poder e resistência, pela perspectiva de Foucault (2007b); exclusão, à luz das contribuições de Bauman (1998 e 1999).

Ao investigar o tema, não foi encontrado nenhum trabalho realizado no Assentamento Celso Furtado. Um dos assentados entrevistados relata: “olha moça aqui nunca veio ninguém com gravador procurar a gente... a gente vive aqui há muito anos... tem gente que vem compra nossas plantaçoão... mais num fica perguntando essas coisas que você pergunta... ninguém pede entrevista... ninguém que sabe de assentado... de sem terra”. Outro assentado declara: “desde que moro aqui nunca vi ninguém entrevista a gente... e pergunta sobre a sociedade... da vida da gente quando a gente tava no acampamento... isso não aconteceu”.

Diante dos dizeres desses sujeitos, nas palavras de Martins (2003), muitos assentados sofrem com a distância social e com a visão popular de que o sem-terra e o assentado vivem da exploração e não do seu trabalho, se esquecendo que esses indivíduos encontram-se “desenraizados”, já que são ameaçados de perder a terra, o vínculo com a agricultura e às vezes migram para vilas e cidades na busca de um futuro, muitas vezes incerto. Assim pela leitura de Revel (2005), compreendemos que para problematizar a visão atribuída a um sujeito ou grupo social é preciso interrogar a forma e maneira pelas quais a história do pensamento apresentam certo tipo de conhecimento de representação. Essa representação negativa do MST é fruto do discurso dos latifundiários e de grupos políticos, que desde o surgimento do movimento, na década de oitenta tentam impedir a reforma agrária e de algumas atitudes dos representantes sem-terra que em meio a lutas pela posse de terra acabam usando da violência. (CALDART, 2004).

Entre as pesquisas existentes sobre questões agrárias, encontramos, na área de Letras e afins, autores que investigam temas referentes ao sem-terra e ao assentado, entre os quais destacamos o Professor Doutor Marlon Leal Rodrigues², na área da AD, e dois pesquisadores atuantes na temática movimento sem-terra e trabalho rural: a professora Doutora Roseli Salete Caldart e o sociólogo e livre-docente José de Souza Martins, professor titular da USP.

Rodrigues (2001) contribui com o trabalho *Introdução ao Estudo da Ideologia que Sustenta o MST*, buscando aporte teórico em Pêcheux (1969, 1975, 1980) e Eagleton (1991). O pesquisador teve como objeto o discurso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, restringindo a análise aos editoriais do boletim do MST sobre trajetória histórica do movimento, em busca do levantar o suporte ideológico que dá sustentação às práticas discursivas do MST. No ano de 2006, em sua tese – *MST: Discurso de Reforma Agrária Pela Ocupação – Acontecimento Discursivo*, retrata o acontecimento discursivo quando escapa à absorção da memória discursiva, pelo seu efeito de sentido, perturbando não somente a memória mas especialmente as redes e os trajetos das filiações históricas nas quais irrompe. Nesse sentido, o pesquisador afirma que o MST não apenas perturba e desestabiliza, mas inscreve-se discursivamente na ordem do Estado, fundando seu próprio discurso, o que implica um espaço material de existência, uma posição dos sujeitos: de oposição e de afronta ao Estado.

Caldart atualmente é pesquisadora do MST e assessora pedagógica do Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária, com vários livros publicados, prima por

² A dissertação do Professor Doutor Marlon Rodrigues Leal: *Introdução ao estudo da ideologia que sustenta o MST*, encontra-se no acervo da biblioteca do Câmpus de Três Lagoas-MS.

discorrer sobre a trajetória histórica do MST associada às relações educacionais, acreditando na premissa de que o movimento social de trabalhadores do campo está aliado aos processos de formação humana. Notamos, pelos trabalhos de Caldart (2004), a preocupação de enfatizar as duas grandes tarefas do MST ao longo de sua história: ajudar a acabar com o latifúndio e a humanizar as pessoas, formando seres humanos que não sejam vistos como invasores de terras alheias, mas sim como trabalhadores que buscam condições dignas de sobrevivência por meio do trabalho rural.

Segundo Caldart (2004), a obra educativa do Movimento Sem-Terra tem aspectos que deveriam ser explorados para desconstruir a representação cristalizada que a sociedade realiza do movimento por meio do resgate da dignidade de milhares de famílias que vivem em condições precárias. Assim os trabalhadores poderiam constituir-se como sujeitos de direitos, que trabalham, estudam, produzem e devem ser incluídos no contexto social, já que a sua luta configura-se pela busca da valorização humana, clamando, assim, por uma identidade coletiva positiva.

Martins (2010) estuda há mais de vinte anos diversos movimentos sociais, entre eles o Movimento Sem-Terra, enfatizando as lutas para o alcance da terra e também a exclusão social do homem do campo. O termo “camponês”, segundo o sociólogo, é sempre usado para definir todo trabalhador não assalariado, que produz para o seu sustento e da sua família. Entre esses trabalhadores, encontram-se os sem-terra, colonos, posseiros, pequenos arrendatários e assentados. Martins (2003) afirma que, além da exclusão, esses sujeitos sofrem com a exploração capitalista, vivendo à margem da sociedade e tornando-se um produto da sua expansão, extorquidos e condenados à pobreza, situação que os remete à exclusão. Portanto, considera que a luta pela terra é, ao mesmo tempo, contra o capital e de resistência ao seu avanço. Outros pesquisadores citados neste trabalho, como Chaves (2000) e Fernandes (2000), recorrem às contribuições de Martins para abordar o MST.

Esta dissertação divide-se em três capítulos. No primeiro, apresentamos os principais conceitos da Análise do Discurso de Linha Francesa em interface com algumas contribuições dos Estudos Culturais, trazendo considerações sobre discurso, sujeito, formação discursiva, representação e identidade, bem como as relações de poder, resistência e exclusão. No segundo, descrevemos as condições de produção, a contextualização da pesquisa, a constituição do MST e o percurso da Fazenda Três Barras, até a desapropriação, para tornar-se o Assentamento Celso Furtado; no último, trazemos as análises da representação identitária do sujeito-assentado, por meio dos eixos: no primeiro, o assentado relata a representação que faz de si como assentado e sem-terra; no segundo, apresenta a imagem que a sociedade elabora dele.

Passemos ao primeiro capítulo, em que discorremos sobre o percurso da análise de linha francesa e descrevemos os conceitos de discurso, sujeito e formação discursiva. Além de abordar a representação e a identidade e as relações de poder, resistência e exclusão.

CAPÍTULO I: PERCURSO DA ANÁLISE DO DISCURSO: SUJEITO E IDENTIDADE

Aqueles que passam por nós, não vão sós, não nos deixam sós. Deixam um pouco de si, levam um pouco de nós.
Antoine de Saint-Exupéry

1.1 Discurso, sujeito e formação discursiva

A Análise do Discurso de linha francesa surgiu na intelectualidade francesa na década de 1960, marcada pela conjunção entre a filosofia e a prática política, já como um campo transdisciplinar, que permite ao analista do discurso transitar entre a linguagem e o social, de modo a buscar várias redes teóricas e transformar o seu olhar por meio delas. Seu marco inicial data de 1969, com a publicação da obra *Análise Automática do Discurso (AAD)*, com Michel Pêcheux (1988), e da revista *Langages*. A partir dessas publicações, a AD reage contra o estruturalismo, em busca do estudo do sujeito, seus discursos e suas práticas. Vale lembrar que a AD foi pressionada por dois fatores que refletiam um estado de crise à época de sua fundação: a evolução que se expandia nas teorias linguísticas e as transformações no campo histórico e político.

Sobre o desenvolvimento da Análise do Discurso de linha francesa, Pêcheux (1997) esclarece que se dividiu em três épocas: a AD1 – como exploração metodológica da noção de maquinaria discursivo-estrutural, a AD2 – estudo da justaposição dos processos discursivos à tematização de seu entrelaçamento desigual – e a AD3 – a emergência de novos procedimentos da AD, por meio da desconstrução das maquinarias discursivas.

A AD1, como exploração metodológica da noção de maquinaria discurso- estrutura de Pêcheux (1997) ressalta haver no sujeito a intenção de proferir o seu discurso, supondo que, ao reunir um conjunto de traços discursivos empíricos, seja denominado apenas por uma máquina discursiva. Aborda um córpus fechado de sequências discursivas, passando por condições de produção estáveis e homogêneas. Entendemos então que, a essa época, a AD define-se por uma ordem fixa, orientada por um começo e um fim determinados, denominando as máquinas discursivas de justapostas.

Já a AD2 tratou da justaposição dos processos discursivos e da tematização de seu entrelaçamento desigual, em que as máquinas discursivas são denominadas como forças desiguais entre os processos discursivos. A noção de FD (formação discursiva) trazida de Foucault é definida como um conjunto de regras históricas, que são apresentadas em um determinado tempo e espaço, revelando uma prática institucional identificada no discurso. Ela questiona a noção de maquinaria estrutural fechada, já que as formações discursivas são

constituídas pela exterioridade. Pêcheux (1997) afirma que a problemática da AD2 obriga o descobrimento dos pontos de confronto polêmico nas FD e nas zonas atravessadas por toda uma série de efeitos discursivos, tematizados como efeitos de ambiguidade ideológica.

A terceira fase da AD constitui-se na desconstrução da maquinaria automático-discursiva, uma vez que reivindica a necessidade de novos procedimentos para a AD por meio da “desestabilização das garantias sócio-históricas que se supunha assegurar a pertinência teórica e de procedimentos de uma construção empírica”. Além disso, a alternância entre análise linguística e análise discursiva esvazia a premissa da análise discursiva baseada na singularidade da sequência e promove o desenvolvimento da noção de heterogeneidade enunciativa. E esta autoriza a concepção de sujeito atravessado pela alteridade, embora ainda assegure a ilusão do “ego-eu” enunciador, sem considerar a questão do inconsciente. Nesse momento, o enfoque permite “o estudo da construção dos objetos discursivos e dos acontecimentos, e também, dos ‘pontos de vista’ e ‘lugares enunciativos’ no fio intradiscursivo”. (PÊCHEUX, 1997, p. 317).

Ao refletir sobre as contribuições da AD francesa no Brasil, Navarro (2006) enfatiza que, apesar de alguns de seus conceitos terem sido suplantados no decorrer do desenvolvimento da AD na França, eles continuam presentes na análise dos textos em questão no Brasil. A FD, por exemplo, foi abandonada pelos franceses, mas continua sendo estudada pela análise do discurso brasileira, além de outros conceitos, como os de assujeitamento, micropoderes e resistência. Vale ressaltar que nem todos os apoios teóricos usados pelos franceses são pertinentes à AD no Brasil, já que cada país possui a sua própria cultura e história.

Em se tratando de análise do discurso, refletimos sobre quais seriam os conceitos reportados por Pêcheux (1988) e Foucault (2007a) que permeiam os dizeres do sujeito. Para Pêcheux (1990), a língua pode ser definida como um conceito diferencial: o autor do discurso declara o seu interesse pela importância que a materialidade linguística assume no estudo do discurso. Segundo Sargentini e Gregolin (2008, p. 39), Pêcheux ainda afirma que a ideologia configura-se na AD “como verdadeiro cimento a da sustentação ao aparato político-social e ao aparato psíquico. Habitando, por sua vez, esses aparatos constituídos pela ideologia”. Pela ideologia que envolve o sujeito, notamos o quanto ele pode ser interpelado e assujeitado diante das instituições que o constituem como sujeito inconsciente ou desejante. Foucault (2007a), por sua vez, não enaltece o conceito de ideologia, mas aborda a noção de poder ou as micropráticas de poder. Assim, o discurso não é definido como literal e transcreve o conflito das tensões institucionalizadas entre as classes.

Pela esteira de Orlandi (1999, p. 15), “a análise do discurso como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra etimologicamente tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr, de movimento”.

A AD reflete o percurso histórico, social, econômico e cultural do sujeito, revelando a composição dos sentidos de seus dizeres diante da materialização da sua linguagem e demonstrando para o outro quais discursos perpassam a sua identidade. Esta não é inata ao ser humano e nem concreta, mas um processo contínuo de construção/transformação. E nesse processo contínuo, a linguagem realiza a mediação entre o homem e o meio social de que ele faz parte e, por meio do seu discurso, observamos a produção de sentidos que emanam dos seus dizeres. Dessa forma, pela leitura de Orlandi (1999, p. 15 e 16) entendemos que “a análise de discurso não trabalha com a língua enquanto um sistema abstrato, mas com a língua no mundo, com maneiras de significar, com homens falando, considerando a produção de sentidos enquanto membros de uma determinada forma de sociedade”.

O discurso, por sua vez, é definido por um conjunto de enunciados que se configuram por meio das formações ideológicas, consideradas instáveis pela AD francesa. Entendemos que não existe um discurso considerado “único”, já que o mesmo discurso pode ser proferido por sujeitos diferentes. Os sentidos das palavras não são literais, pois estão ligadas à exterioridade, de modo que todo discurso é produzido e orientado pelo já-dito³ e manifesta os seus efeitos de sentido pela materialidade. Pêcheux (1990) ressalta que o já-dito é conduzido pelo inconsciente e pela ideologia, elementos que, na AD, deixam de residir apenas na linguagem e tornam-se constitutivos do discurso. O sujeito então se apresenta como um indivíduo interpelado pelas ideologias que o rodeiam; ele não é, pois, mero ator coadjuvante do discurso, mas o responsável pelo discurso que profere, cindido pelos interdiscursos que orientam os seus dizeres e constituem a sua identidade. Ainda Pêcheux (1990) retoma o conceito de ideologia de Althusser, para fixar o lugar da ideologia na construção de sua teoria do discurso. Para ele, o Aparelho Ideológico de Estado, não é a expressão da ideologia dominante burguesa, mas o local e o meio para a realização desta dominação, ou seja, a ideologia dominante é propagada nos discursos das instituições sociais, com o propósito de interpelar os sujeitos, orientando assim o discurso.

Importa, ainda sobre o discurso, a reflexão de Navarro (2006, p. 32) “não se deve perder de vista o fato de que o discurso acontece sempre no interior de uma série de outros

³ A despeito do uso do hífen, mesmo contrariando as normas de ortografia, manteremos o sinal em fidelidade ao construto teórico da AD.

discursos, como os quais estabelecem correlações, deslocamentos”. Para o autor, todo discurso se constrói por diversos trajetos, nos quais o sujeito desloca-se por vários ambientes que se apresentam pela interdiscursividade, e as redes de memória orientam os efeitos de sentido que são apresentados num determinado momento histórico. As redes de memória, as instituições, o inconsciente e a historicidade são fatores que orientam a “condição constitutiva do sujeito”, que remete ao fato de que, em seu discurso, ele produz sentidos outros, subtraídos de outras produções discursivas. Vale lembrar que essas produções são compostas, porque em toda palavra habitam vários discursos sustentados por outros: nenhuma palavra é neutra.

Segundo Authier-Revuz (1990, p. 27), “o estatuto do sujeito do discurso tal como aparece nas noções de intenção ou de orientação de um discurso a um objeto é deslocado de maneira central e torna-se problemático”. Entendemos que a problemática ressaltada é o discurso como produto do interdiscurso, conceito fundamental à análise do discurso, que postula o funcionamento do exterior da língua, de que deriva a concepção de uma fala fundamentalmente heterogênea. Sobre a questão do inconsciente, tomada da Psicanálise, a AD salienta que não existe sujeito homogêneo no discurso, pois esse sujeito é resultado do mundo exterior, apresentando-se descentralizado. Para afirmar essa posição, a autora fundamenta-se no pensamento de Freud, para quem o sujeito vive dentro de uma condição ilusória necessária.

Authier-Revuz (1990) também discorre sobre a “heterogeneidade mostrada”, trazendo a influência do outro no discurso. Para tanto, menciona algumas marcas de representação dessa heterogeneidade, como as aspas, o discurso direto, a glosa, o discurso indireto livre e a ironia. As noções enunciativas, por sua vez, estão no exterior da linguística, com o propósito de relacionar o sujeito e a linguagem. Diante disso, cabe à Linguística retomar a relação com o exterior e entender que esta se consolida no interior do texto pelos falantes. Quanto à condição constitutiva do sujeito, observamos que ele explicita no seu discurso sentidos subtraídos de outras produções discursivas. Vale lembrar que essas produções são compostas, porque em toda palavra habitam vários discursos sustentados por outros, como mencionamos.

Authier-Revuz (1998), ancorada em outros teóricos, discorda de que o sujeito é dono do seu dizer. Pêcheux, por exemplo, traz a teoria do interdiscurso, em que o dizer do sujeito é perpassado por vários discursos e não é produzido intencionalmente; Lacan, por sua vez, considera que o sujeito, ao produzir a sua linguagem, é clivado pelo seu inconsciente. Para Authier-Revuz (1990, 1998), há uma heterogeneidade constitutiva do(s) discurso(s).

Além do interdiscurso e do inconsciente, a AD apresenta o conceito de formação discursiva de Foucault, denominado como um dos “pilares” para o estudo do discurso.

Observamos que a FD torna possível a relação entre Foucault e Pêcheux, pois ambos acreditam num sujeito heterogêneo. O conceito de FD criado por Foucault (2007a) é apresentado como um conjunto de enunciados que não se reduzem à materialidade linguística, já que estão submetidos a uma mesma regularidade e a uma dispersão discursiva, determinada pela ideologia. Para contribuir com o estudo de Foucault (2007a), Baronas (2007, p. 91) afirma que as FD são “grelhas que servem para classificar, fazer surgir diferenças e semelhanças, para visualizar certa ordem, qualquer que ela seja”.

Posto isso, entendemos a articulação da FD com a memória e a história do sujeito. Cabe lembrar que o conceito aparece reformulado por Pêcheux em *Semântica e Discurso*, obra em que o autor enfatiza a contribuição da FD para a teorização das mudanças na AD. Assim, notamos que a FD ampliou os objetivos de análise do discurso do sujeito.

Para Foucault (2007a), os discursos são heterogêneos e regulamentados pelas instituições e nele se encontram as FDS que permeiam seu desenrolar. Salienta o filósofo que é “preciso caracterizar e individualizar a coexistência desses enunciados dispersos e heterogêneos e regulamentados pelas instituições”, cada uma delas “capaz” de regulamentar os seus próprios discursos, visando à condução das suas “verdades”, nas quais se apresenta a sua heterogeneidade. (FOUCAULT, 2007a, p. 39). Portanto, todo discurso é disperso e atravessado por transformações que se estabelecem por meio das instituições sociais e atravessado por transições que aclamam um jogo de revezamento, no qual o discurso do outro é apresentado e os vários conceitos, irregularidades e escolhas temáticas constituem (ou determinam) uma ou várias FD.

Após realizar um breve histórico da AD de linha francesa no Brasil, de abordar a noção de sujeito da AD e de explicar as contribuições da FD para análise do discurso, discorreremos, na sequência, sobre os conceitos de representação/identidade, articulando o arcabouço teórico da AD, mediante a leitura de Pêcheux (1988), de Foucault (2007b) e Coracini (2007), ao dos Estudos Culturais, com Hall (2005), entre outros estudiosos. Discutimos também a identidade à luz do conceito de heterogeneidade, entendendo que o sujeito constrói a sua identidade no e pelo olhar do outro. Essa abordagem será fundamental na análise dos dizeres do sujeito assentado acerca das representações que elabora da ex-condição de sem-terra, da condição de assentado e da sociedade.

1.2 Constituição da representação e da identidade

Para tratar de representação, recorremos, inicialmente, ao imaginário discursivo de Pêcheux (1990), segundo o qual todo sujeito atribui imagens ao outro, a si e ao referente. Por meio dessas imagens, ele elabora os seus discursos, de que vão derivar relações de sentidos, produzidas pelo/em face do lugar social que ocupa. A posição social ocupada pelo sujeito é inerente ao seu dizer e, às vezes, pode reportá-lo ao lugar do outro. Portanto, o lugar ocupado pelo sujeito é responsável pelo seu discurso e pela imagem que ele faz de si e do outro.

Postulamos que as significações atribuídas a si pelo sujeito são modificadas por meio das formações ideológicas. Pêcheux (1988, p. 162) considera “o funcionamento da ideologia como interpelação dos indivíduos em sujeito, que se realiza por meio do complexo das formações ideológicas e especificamente pelo interdiscurso intrincado nesse complexo e fornecendo a cada sujeito sua realidade [...]”. Observamos que, mesmo participando de um determinado grupo social, o sujeito pode transitar por diversos espaços, o que lhe possibilita o contato com várias formações ideológicas. Essas formações podem abranger a sua realidade, concorrendo, assim, para a constituição da sua identidade.

Ao abordar as imagens que o sujeito apresenta de si e do outro, Pêcheux (1990, p. 82) tece o seguinte comentário “o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que o destinador e o destinatário se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro”.

Essas imagens que o sujeito realiza de si e do outro podem ser apresentadas pelo interdiscurso, que é a relação do discurso com os outros discursos. São essas relações que moldam o discurso e conduzem à heterogeneidade discursiva, que se configura pelo já-dito, que pode ser transformado e esquecido pelo sujeito e também retomado em diferentes situações pela memória discursiva. Mesmo o sujeito acreditando ser o “dono” do seu dizer, o seu discurso o contraria, pois os vários interdiscursos que estabelecem a sua identidade podem ser identificados. (PÊCHEUX, 1990).

Apesar de a representação trazer a impressão de evidência, entendemos que nada possa ser representado literalmente. Além disso, as construções e as definições de um objeto podem ser abarcadas de diferentes formas. Adquirimos uma determinada “visão” de alguma situação ou objeto e, a partir desse momento, acreditamos que outras pessoas compartilhem desse conhecimento. O fato é que, mesmo compartilhando da mesma “visão”, não devemos nos esquecer que o outro traz sua memória e seu conhecimento de mundo para a representação, desconstruindo a ideia de representarmos “fielmente” a mesma “noção de mundo” do outro.

Ainda para tentar elucidar o conceito de representação, reportamo-nos à interpretação realizada por Foucault (2007a) do quadro “Las Meninas”, de Velásquez. O quadro não

focaliza a episteme clássica, por ser considerado a representação da representação clássica. Compreendemos que a representação clássica representa-se a si mesma, por meio dos elementos que constituem a pintura, o que não exclui um vazio presente na obra. Esse vazio consiste na elisão do sujeito, que, mesmo estando ausente, aparece indicado na imagem do pintor e no seu reflexo do espelho. Entendemos que, mesmo sendo definido como um “espectador” da pintura, o pintor pode ser representado pelo fato de estar presente diante dos nossos olhos, por meio de um espelho.

Para refletirmos sobre o conceito de representação, recorremos à trajetória do conceito de identidade, revisitando as três concepções de identidade apresentadas por Hall (2005): a do sujeito do Iluminismo, a do sujeito sociológico e a do sujeito pós-moderno.

O sujeito do Iluminismo baseava-se nas capacidades da razão, sendo definido como único e detentor dos seus atos e tarefas. A identidade nascia com esse sujeito e por ele era desenvolvida, o que não permitia influências do mundo exterior. O sujeito sociológico, por sua vez, era orientado pela complexidade do mundo moderno, em que a formação da identidade emana da interação do eu e do outro. Esse sujeito tem o seu núcleo interior, mas este pode ser modificado pela exterioridade. O último sujeito, o pós-moderno, não apresenta uma identidade fixa; sua identidade é “móvel” e transforma-se continuamente, interpelada pelos sistemas culturais. O mesmo sujeito pode “apresentar” a sua identidade de diferentes formas, dependendo das condições de produção de seus discursos. Dentro dele, há várias identidades e a historicidade faz parte desse processo de formação identitária. Em suma, pela esteira de Hall (2005, p. 38), entendemos que “a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento”.

Diante da ilusão da univocidade, o sujeito acredita ser o responsável pela formação da sua identidade, não atribuindo ao outro a sua constituição. Esta se apresenta como um processo inacabado, que se orienta por momentos de identificação revelados pelas formações discursivas e pelo inconsciente do sujeito. A identidade não está, portanto, pronta e acabada; ela é preenchida a partir do nosso exterior e pelo olhar do outro. Desse modo, todo sujeito passa por uma transformação identitária constante, pelo fato de transitar por várias instituições sociais. Notamos uma busca social para nomear determinado grupo ou nação, acreditando que, dessa forma, seja possível atribuir identidades que busquem a homogeneidade. A esse respeito, Coracini (2007, p. 49) salienta que “não há identidade possível a não ser na ilusão, na promessa sempre adiada a consciência consigo mesmo, do pertencimento imaginado (e

inventado) a uma nação, a um grupo que iguala ou assemelha aqueles que são desiguais, inassimiláveis”.

Ainda para explicar o conceito de identidade, Coracini (2007, p. 61) ensina-nos a “falar de identidade como tendo sua existência no imaginário do sujeito que se constrói nos e pelos discursos imbricados que vão construindo, dentre os quais o discurso da ciência, do colonizado e da mídia”. Portanto, os discursos proferidos pelo sujeito são apresentados por meio das influências ideológicas que transitam no seu espaço, de modo que a identidade pode abranger vários discursos, de que emergem os efeitos de sentido. No discurso também identificamos as formações imaginárias e simbólicas que conferem a presença do outro e o desejo do preenchimento do eu.

Comentando sobre o sujeito que tem a ilusão de ser “dono” do seu discurso e, conseqüentemente, de ser um sujeito de identidade homogênea, Coracini (2007, p. 157) explica que:

[...]não estamos preparados para lidar com a heterogeneidade que nos constitui e que constitui todo sujeito, heterogeneidade que como dissemos, não pode e não deve ser eliminada, sob pena de desconsiderarmos, ou de anularmos o sujeito, isto é, não estamos preparados para enfrentar a alteridade, no sentido lacaniano de que sempre e inevitavelmente, nos vemos no e pelo espelho do olhar do outro.

Entendemos, com Coracini (2007), que a busca pela completude do sujeito diante da sua identidade faz que ele acredite numa identidade homogênea, mesmo se constituindo como um ser desejante. Ao acreditar na homogeneidade, desconsideram-se as características pessoais do indivíduo, a sua historicidade e as formações discursivas que constituem ou formam seu discurso. Ao citar Lacan, a autora afirma a dificuldade de considerar a alteridade, já que tememos anular as características do sujeito e as suas produções discursivas.

Segundo Hall (2005, p. 7), “a questão da identidade está sendo extensamente discutida na teoria social [...] as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno”. Observamos, pois, que a identidade concreta e conclusa não faz mais parte do conceito de identidade moderna e que o sujeito não é mais visto como um ser unificado; há um processo de mudança que se estabelece nos dias atuais: o sujeito desestabiliza o conceito de homogeneização e abala as estruturas sociais que defendem a fragmentação da identidade. Portanto, estabelece-se uma crise identitária nos meios sociais, pelo fato de vários sujeitos não estarem preparados para conceber a ideia de um sujeito heterogêneo, que desconstrua o conceito de univocidade. A questão da desestabilização traz um sujeito cindido, que é visto no

e pelo olhar do outro. Existe uma perda de sentido de si e o sujeito não é estável e definido, já que, para “formar” a sua identidade, ele é invadido por várias circunstâncias, como etnia, gênero, religião, classe social e outras. As mudanças ocorridas na sua vida e o próprio contato com outros sujeitos representam o seu processo de transformação.

Hall (2005, p. 38) afirma que, na identidade, “existe sempre algo imaginário, ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre em processo, sempre sendo formada”. Portanto, a identidade não é conduzida pela racionalidade e, sim, pelos processos que emanam do inconsciente e pelas formações ideológicas que cercam o sujeito. Dessa forma, entendemos que a incompletude faz parte da sua essência, pois esse sujeito busca e deseja, fantasia e idealiza o seu eu e o mundo do qual faz parte. Entendemos, então, que a identidade não está pronta e acabada; ela se desenvolve ao longo do tempo, por processos de identificação que são inerentes à consciência e se apresentam no decorrer da vida do sujeito.

Ainda Hall (2005) afirma que o conceito de identidade pode dialogar com a tradição cultural, por meio de um processo dinâmico de transformação e reiteração, do mesmo modo que se realizam as articulações das diferenças culturais ressaltadas por Bhabha (1998), quando se refere ao “entre-lugar”, afirmando que a relação com a tradição possibilita que os sujeitos busquem uma identidade e confirmem autoridade aos seus discursos. Bhabha (1998, p.21) destaca que “o reconhecimento que a tradição outorga é uma forma parcial de identificação. Ao reencenar o passado, este introduz outras temporalidades culturais incomensuráveis na invenção da tradição”. Entendemos que esse processo acaba afastando do sujeito a possibilidade de “identidade original” ou de “tradição recebida”, já que esses embates diante da diferença cultural são consensuais e conflituosos, confundindo nossas definições de tradição e modernidade.

Conforme Giddens (2002, p. 36), as “circunstâncias da alta modernidade influenciam diretamente a relação entre autoidentidade e instituições modernas”. Essa modernidade faz emergir um dinamismo para a constituição da identidade humana, de modo que todas as inseguranças e ansiedades do mundo moderno se estendem ao eu, que, por sua vez, sofre as transformações. As transições ocorridas na identidade demandam uma reorganização psíquica que contribui para identificação das circunstâncias nas quais essas identidades estão sendo desenvolvidas (como, por exemplo, a globalização) e quais são as reflexões do sujeito diante dessas mudanças. Observamos que a mudança social, o deslocamento e a transição da identidade ocorrem constantemente, distinguindo a sociedade moderna da sociedade “tradicional”, na qual a tradição e o passado são valorizados e perpetuam-se pelas gerações.

Giddens (2002, p. 75) completa que “a reflexividade do eu é contínua, e tudo penetra”. Nesse viés, entendemos que, mesmo refletindo diante do mundo que está a sua volta, o sujeito apresenta as transições trazidas pela modernidade e interroga-se diante do que está ocorrendo. Assim ao questionar as várias mudanças, a sua identidade acaba por constituir-se por algumas delas, já que não é estática e inviolável.

Prosseguindo nos estudos de Giddens (2002, p. 73) entendemos que:

o planejamento da vida pressupõe um modo específico de organizar o tempo porque a construção reflexiva da auto identidade depende tanto da preparação para o futuro quanto a interpretação do passado, embora retrabalhar os eventos passados certamente seja sempre importante nesse processo.

Tal discussão corrobora na reflexão que fazemos no *córpus*, visto que, ao abordar sobre a sua própria identidade e tentar organizar o seu tempo, pensando num suposto “controle” da sua vida, ou para analisar as perspectivas em direção ao seu futuro, o sujeito assentado retorna ao passado, procurando resgatar a sua historicidade e trazer à tona as suas vivências. Esse processo realiza-se constantemente e orienta o sujeito nas suas decisões, o que contribui para a sua constituição identitária. A questão da temporalidade, a retomada do passado, o antes (*sem-terra*) e o agora (*assentado*) são recorrentes nos dizeres do sujeito assentado, pois a luta pela posse de terra e a busca de aceitação social são temáticas recorrentes em seus dizeres.

Por acreditarmos num sujeito interpelado pelas instituições sociais, pela presença do outro, abordarmos na sequência, as relações de poder e resistência e o conceito de exclusão com o propósito de entendermos como essas relações se fazem no discurso e como elas determinam o lugar que o sujeito ocupa no meio em que vive.

1.3 Relações de poder, resistência e exclusão

Para afirmar que cada sujeito é historicamente formado por algum tipo de saber e dele produz a sua própria verdade, Foucault (2007b) baseou-se nos estudos realizados por Nietzsche. Segundo ele, Nietzsche afirma que o saber foi inventado em algum momento da história e tornou-se a base para algumas pessoas acreditarem em determinada verdade.

Compreendemos, assim, que o sujeito não é portador da verdade; ele se constitui pela história e no decorrer da sua vida é orientado por ela.

Ainda sobre o saber, recorremos a Foucault (2008a, p. 204), para quem: “o conjunto de elementos, formados de maneira regular por uma prática discursiva são indispensáveis à constituição de uma ciência, apesar de não se destinarem necessariamente a lhe dar lugar, pode-se chamar saber”. O saber, então, designa uma prática discursiva, abrangendo diferentes objetos, que estabelecem um saber científico, definindo-se como um lugar no qual o sujeito pode falar sobre determinado assunto de que acredita ter conhecimento suficiente para persuadir o outro e também é um campo de coordenação e de subordinação dos enunciados, nos quais os conceitos apresentados podem ser aplicados e transformados.

Segundo Veiga-Neto (2007, p. 44), Foucault define os saberes como “teorias sistemáticas que se manifestam por meio de discursos científicos tidos por verdadeiros, positivos, e, por isso, aceitos e tomados em toda sua positividade”. Portanto, os saberes não são produzidos pelos sujeitos, já que o discurso é orientado pelo próprio saber, que conduz o discurso, situação que pode tornar o poder um mecanismo disciplinar. O poder disciplinar explica as reações que o sujeito manifesta diante das condições a que ele é exposto. Apesar de não ser visível, conseguimos notar as suas micropráticas presentes em toda a trama da sociedade, nas quais são observados pontos de resistência. Verificamos que o poder, ao disciplinar o sujeito, torna-o produção do poder e objeto do saber.

Para Foucault (2007a, p. 183), “o poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como riqueza ou bem”. Notamos essa circulação do poder no Assentamento Celso Furtado, quando os assentados afirmam que, apesar de os representantes do INCRA estabelecerem que, para continuarem assentados, precisam viver apenas com a renda rural, eles trabalham fora do assentamento, sem registro empregatício, o que lhes confere resistência diante da imposição do Incra.

O poder é exercido continuamente e configura-se como uma relação de forças que se estabelece entre as instituições sociais. Em qualquer sociedade existem relações de poder que abrangem um corpo social, em que permanece uma busca pela verdade. Assim, mesmo que o detentor do poder procure mudar o pensamento de um sujeito, ele pode esbarrar em algumas instituições. Foucault (2007b, p. 14) afirma “o problema não é mudar a consciência das pessoas, ou o que elas têm na cabeça, mas o regime político, econômico, institucional de produção de verdade”.

Ao afirmar que o poder e o saber não são idênticos, Foucault (2006) delimita como o poder funciona em um determinado contexto e qual o momento histórico que rege no seu manifesto; assim chegaremos aos saberes que estão sendo implantados. É preciso considerar os pontos particulares da instância desse poder e atentar às suas micropráticas. Cabe lembrar que o sujeito que está num campo de visibilidade não é inerte ao que ocorre a sua volta e pode reverter a situação a que se submete ao resistir ao poder que lhe é imposto. Diante dessa afirmação, Gore (1994, p. 12-13) salienta que:

quem está submetido a um campo de visibilidade e, sabe disso, retoma por sua conta as limitações do poder, fá-las funcionar espontaneamente sobre si mesmo; inscreve em si a relação de poder na qual ele desempenha simultaneamente os dois papéis, torna-se o princípio de sua própria sujeição.

Também, Mascia (2003, p. 63) afirma que os estudos de Foucault, sobre o poder “buscam analisar a mecânica do poder, a partir de lutas cotidianas, da microfísica do poder [...] os estudos sobre o poder existentes contentam-se em denunciá-lo no outro, no adversário”.

Pelo viés da autora, observamos que Foucault busca analisar como o poder emerge no tecido social, como é transferido de um sujeito para o outro, como se orienta a relação de opressor e oprimido e qual a função da história, ressaltando que o poder não se encontra apenas em instâncias superiores, mas abrange todo o contexto social, instalando e impulsionando micropoderes. Desse modo, toda a relação de dominação se realiza num determinado momento histórico, razão por que impõe obrigações e determina lugares.

Ainda Mascia (2003, p. 63) complementa:

[...] restabelecer os diversos sistemas de submissão, jogo casual das dominações e, ao ligar o sentido histórico à história dos historiadores, Foucault direcionou os seus estudos para a análise dos mecanismos de poder em vários dispositivos sociais: a medicina, o hospital, a prisão, o hospício, o corpo, a sexualidade, a confissão, a geografia e a economia, dentre outros.

Para Foucault (2007b), a dominação se faz presente em diversos tecidos sociais e, mesmo assim, muitos a ignoram, em face da idealização que cada um apresenta da sua ocorrência. Como o poder apresenta-se de forma “visível e invisível”, o sujeito encontra um conjunto difuso no seu processo. Então, cabe observar como são conduzidos os mecanismos

de controle do poder nas microestruturas e a resistência diante de uma condição de submissão, que pode ser percebida na manifestação discursiva.

Conforme Mascia (2003, p. 65), “o saber se constituiria em uma busca (sem interesses externos) da verdade que, por sua vez, seria alvo de apoderamento e distorção do e pelo poder”. Entendemos que o saber manifestaria a sua conduta sem um vínculo com o poder, mas, como o saber produzido tem como premissa trazer alguma verdade, a relação entre o saber e o poder torna-se imbricada, já que a verdade é distorcida e apoderada pelo poder. Assim o poder exerce a função de corromper o saber em qualquer instância social.

Possenti (2007, p. 12) postula que o saber está relacionado a uma prática que necessariamente se relaciona à ciência: “o saber é o campo no qual se constituiu um tipo de discurso que está em vias de se tornar ciência”. Compreendemos que o saber relaciona-se às práticas discursivas, abordadas por Foucault como “discursiva-saber-ciência”, nas quais as verdades são produzidas por dispositivos disciplinares, advindos dos saberes ou das ciências.

Segundo Gregolin (2006, p. 137), para entendermos em que consistem as relações de poder, é preciso:

Analisar as formas de resistência, as lutas que colocam em questão o estatuto do indivíduo e que, segundo Foucault tomam duas vias: por um lado, elas afirmam o direito à diferença e sublinham tudo o que pode tornar os indivíduos verdadeiramente individuais; por outro lado, elas combatem tudo o que pode isolar o indivíduo, desligá-lo dos outros, cindir a vida comunitária.

Essas lutas podem se opor como resistência aos efeitos do poder associados aos saberes, e esse poder por meio do qual os sujeitos conduzem as suas lutas acaba por classificá-los em grupos sociais, em que visualizamos a identidade. Segundo Gregolin (2006, p. 137), “impõe-lhes um lei de verdade que é necessário reconhecer e que os outros devem reconhecer neles”.

Ainda para contribuir com a definição de poder, Fonseca (2003), pela leitura de Foucault, ressalta ser preciso fazer uso da resistência contra o poder para que o sujeito consiga exercer as suas vontades e constituir a sua identidade e que não há um local e nem sujeito específico que possa ser interpelado pelo poder. Desse modo, ocorre a descentralização dos locais de resistência.

A noção de resistência está, em maior ou menor grau (mais, ou menos explícita), em todas as fases do pensamento foucaultiano. Para compreendê-la, devemos primeiramente concebê-la no interior das relações de poder, pois onde há poder, há resistência. Também

devemos entender o poder não como aquele poder soberano, de dominação, que alguém tem ou não tem, que provém de uma única fonte. Ele está em todo lugar e se manifesta em “correlações de força”, em “cadeias ou sistemas”, num constante jogo de lutas e afrontamentos, de pontos de resistência, inscritos nos aparelhos estatais, na formulação de leis e nas hegemonias sociais. (FOUCAULT, 1988, p. 88-91).

Esses pontos de resistência, que vêm “de baixo”, representam, nas relações de poder, o papel do adversário, de alvo, de apoio, enfim, aquele interlocutor irreduzível, e são moveis e transitórios. Sempre sem que o sujeito esteja numa situação de não fazer o que quer (mesmo sendo livre), ele faz (ou deve fazer) uso das relações de poder. Como afirma Revel (2005, p.74), “a resistência é a possibilidade de criar espaços de lutas para gerenciar possibilidades de transformação em toda a parte”.

Uma forma de resistência são as “contracondutas”⁴ (criação de “outra” conduta, com “formas específicas de obediência”) ou insubmissões (o enfrentamento, por exemplo, ou a deserção, nas guerras), que sempre têm forma e objetivo específico. (FOUCAULT, 2008b, p. 262). A segunda forma são as sublevações (levantes ou revoltas), que põem em cena novas subjetividades coletivas ou individuais, novas especificidades, o que implica mudança e deixar de obedecer a uma ordem instituída. As lutas sociais correspondem à terceira forma de resistência e dividem-se, segundo Foucault (1995), em três tipos: as que fazem frente às formas de dominação étnica, social e religiosa; as que contestam as formas de exploração que separam os sujeitos daquilo que produzem; as que enfrentam a sujeição, a submissão da subjetividade e tudo que submete o sujeito aos outros. Nestas últimas inscrevem-se as lutas que afirmam o direito à diferença, as lutas contra os privilégios do saber que resistem aos efeitos de poder da competência e da qualificação e as lutas pela identidade individual. (FOUCAULT, 1995). Em síntese, o caminho de resistência é, na concepção de Foucault, o governo de si por si mesmo.

Quando não há um local destinado para a manifestação do poder, a resistência pode abranger qualquer sujeito ou instituição. Diante disso, Foucault (2006, p. 232) afirma que “não há relações de poder que sejam completamente triunfantes e cuja dominação seja incontornável”. Entendemos que toda relação de poder abre possibilidade para uma situação de resistência e, nesse contexto, tanto o sujeito dominador quanto o dominado travam lutas diárias com o propósito de manter-se no poder.

⁴ Deixar de obedecer às ordens do INCRA e do Estado é uma contraconduta dos assentados.

Segundo Foucault (2006), a resistência não pode ser definida como algo anterior ao poder que ela enfrenta, sendo coextensiva a ele, manifestando-se, assim, em várias camadas sociais, com mobilidade e frequência. A resistência faz que não sejamos aprisionados pelo poder, sendo possível modificar a dominação que a relação de poder tenta exercer em condições determinadas, por meio de uma estratégia precisa. Observamos que, quando há poder, há também a possibilidade de resistência, fazendo que as relações de poder sejam revistas. Assim, quando o autor diz que ela vem antes do poder, ele não está falando de uma relação cronológica, pois a resistência é um elemento da relação estratégica na qual o poder é determinado. E é a partir de estratégias de resistência que os sujeitos criam as suas próprias condutas sociais, que, quando não se enquadram em um grupo social, podem ser excluídas socialmente.

Conforme Bauman (1998, p. 27), os sujeitos excluídos “não se enquadram num padrão aceito pela maioria das pessoas, o que faz deles estranhos, pois a sua simples presença causa desconforto, trazendo obscuridade e gerando incertezas por meio das suas condutas”. Notamos que cada sociedade produz os seus estranhos, ao mesmo tempo em que cria padrões estéticos e morais a serem seguidos, já que esses sujeitos não se enquadram nas condutas estipuladas pela sociedade.

Sawaia (2001, p. 9) afirma que “a exclusão é processo complexo e multifacetado, uma configuração de dimensões materiais, políticas, relacionais e subjetivas. É um processo sutil e dialético, pois só existe em relação à inclusão como parte constitutiva dela”. Assim, compreendemos que a exclusão não é um estado permanente; pode sofrer alterações, dependendo da mudança de condição de vida do sujeito e, mesmo diante de um processo de transição, não se apagam as cristalizações da vida anterior. Notamos essa premissa nos dizeres dos assentados do Assentamento Celso Furtado, já que eles enunciam que, mesmo mudando da condição de sem-terra para assentados, ainda se sentem excluídos socialmente.

A exclusão não é um estado; ela define a relação do homem com outros. Não tem uma única forma, pois abrange vários grupos e determina-se por várias condutas, como a humilhação, a violência e até mesmo a exploração. Também não é uma falha do sistema, que alguns acreditam que deve ser combatida por perturbar a ordem social. (SAWAIA, 2001).

Segundo Wanderley (2001, p. 17), a exclusão pode ser definida como “uma série de manifestações que aparecem como fraturas e rupturas do vínculo social (pessoas idosas, deficientes, desadaptados sociais; minorias étnicas ou de cor; desempregados de longa duração, jovens impossibilitados de ascender ao mercado de trabalho”. Diante disso, Bauman (1999) afirma que esses sujeitos excluídos e conhecidos pela maioria da sociedade passam a

excluir aqueles que os excluem. Assim, nem todos os grupos sociais aceitam a exclusão de forma pacífica, já que lutam pela aceitação e por seus ideais.

Esses grupos sociais, conforme Bhabha (1998, p. 21), não correspondem somente à imagem das pessoas que dele fazem parte, mas também ao “lugar discursivo e disciplinar de onde as questões da identidade são estratégica e institucionalmente colocadas”. Entendemos que as instituições que moldam a identidade do sujeito e conduzem o seu discurso fazem que ele estabeleça uma conduta que julgue adequada para a maioria das pessoas, tentando discipliná-lo, o que de certa forma corrobora a exclusão. Mesmo diante desse poder disciplinador, o sujeito não se torna passível, o que contribui para que ele deixe a sua marca de resistência. Segundo o autor essa conduta pode, para muitas pessoas, gerar uma “mancha” na identidade do sujeito.

Para Bhabha (1998), o lugar da diferença e da alteridade nunca se afasta da vida social do sujeito, configurando-se como uma pressão que se vai estabelecendo gradualmente, que ocorre de forma desigual ao longo da vida do sujeito, contribuindo com práticas discriminatórias que podem desqualificar grupos sociais. Assim, entendemos que os efeitos discriminatórios se realizam por meio de uma estratégia de recusa daquilo ou daquele que não se enquadra na grande maioria das condutas sociais e não aceita a sujeição.

Ao postular a exclusão, Bhabha (1998, p. 163) menciona que os sujeitos discriminados “podem ser instantaneamente reconhecidos, mas eles também forçam um reconhecimento da mediação e da articulação da autoridade”. Entendemos que, ao reconhecer a autoridade que está a sua volta, o sujeito adquire o poder da intervenção e se liberta da repressão silenciosa, representando, pelo enunciado, aspirações, condutas e as vozes que perpassam os seus dizeres.

Assim concebido, o enunciado é definido como um acontecimento abarcado de sentidos, que jamais se esgotam e de que pode emergir uma série de interpretações, nas quais o sujeito é determinado por um lugar vazio, onde podemos identificar várias formas de sentir e de representar. Esse conceito de enunciado baseia-se em Cardoso (1999, p. 36), para quem “o enunciado é um acontecimento único, mas aberto à repetição, à transformação, à reativação”. Também buscamos na autora o conceito de enunciação, definida como irrepitível, pois tem data e lugar para determinar o acontecimento: “enuncia-se sempre para alguém de um determinado lugar ou de uma determinada posição sócio-histórica, valendo dizer que o tu também ocupa uma determinada posição. Esses lugares são constitutivos da enunciação”. (CARDOSO, 1999, p. 38).

No caso dos lugares de onde enunciam os sujeitos assentados da pesquisa, podemos dizer que se trata de entre-lugares, que são decorrentes das diferenças sociais, ideológicas, raciais. Bhabha (1998, p. 20) afirma que “é na emergência dos interstícios, a sobreposição de domínios da diferença que as experiências intersubjetivas e coletivas de nação, que o interesse comunitário ou o valor cultural são negociados”. Esse sujeito do “entre-lugar” realinha as fronteiras de espaço e tempo e dialoga com o seu passado para ressaltar a sua transformação identitária. Assim, entendemos que ele não tem uma condição social definida e transita entre o passado (o antes) e o presente (o agora).

Passemos ao segundo capítulo, em que descrevemos as condições de produção dos dizeres dos sujeitos, a contextualização da pesquisa, em que se inscreve a constituição do MST. Enfatizamos algumas passagens do percurso da Fazenda Três Barras, até a sua desapropriação para tornar-se Assentamento Celso Furtado.

CAPÍTULO II: CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A reforma agrária é a volta do agricultor à raiz. E vamos entrar naquela terra e não vamos sair. Nosso lema é ocupar, resistir e produzir. José Pinto

Este capítulo tem o propósito de descrever os pressupostos teórico-metodológicos adotados para a constituição do corpus da pesquisa e as condições de produção dos discursos sob análise. No primeiro tópico, 2.1, ressaltamos questões acerca das condições de produção, ressaltando a importância do contexto histórico social; em 2.2, abordamos a contextualização da pesquisa, salientando a perspectiva discursivo-desconstrutivista e o reassentamento Celso Furtado; no item 2.3, explicitamos o contexto histórico do Movimento Sem-Terra, trazendo os momentos mais relevantes para o seu desenvolvimento como movimento social; por fim, no item 2.4, descrevemos o percurso de fazenda Três Barras até Assentamento Celso Furtado.

2.1 Das condições de produção

De acordo com Orlandi (1999, p. 59), a Análise do Discurso “não possui uma metodologia específica, um modelo, um esquema já dado que permita ou pudesse apenas enquadrar dados nem forma de trabalhá-los”, cabendo ao analista “adotar princípios e procedimentos”. Dessa forma, não existe um “esquema” apropriado para todos aqueles que se propõem analisar discursos, pois a AD não tem como propósito reforçar dados estatísticos em pesquisas quantitativas e não prima por nomear as pessoas, por meio de números, tabelas e gráficos. Na esteira da autora, entendemos que as condições de produção compreendem os sujeitos e a situação na qual o seu discurso é proferido, interpretando o contexto, que engloba um determinado discurso e a representação do sujeito por meio do enunciado que profere. Assim, as condições de produção atuam diretamente na constituição dos sentidos e contribuem para a análise de um acontecimento discursivo, apontando para as imagens que o locutor faz do lugar de onde fala, de si mesmo, do outro e do referente, imagens essas que direcionam e provocam sentidos em seu dizer.

Já a noção de representação é entendida, segundo Brandão (1998, p. 35), “como uma operação, por meio da qual o sujeito se apropria do objeto, de algo que lhe é heterogêneo e,

convertendo em ideia, torna-o homogêneo à consciência”. Ao pensar na representação, recorremos ao imaginário discursivo de Pêcheux (1990): todo sujeito atribui imagens ao outro e a si. Por meio dessas imagens, ele elabora os seus discursos e determina as relações de sentido, que podem ser produzidas conforme o lugar social que ocupa. Observamos que a posição social ocupada pelo sujeito é inerente ao seu dizer e, às vezes, pode reportá-lo ao lugar do outro. Entendemos então, que o lugar que o sujeito ocupa é responsável pelo seu discurso e pela imagem que ele faz de si e do outro. Nesta pesquisa, analisamos recortes de entrevistas, gravadas em áudio e transcritas, com a finalidade de mostrar, nos dizeres dos sujeitos, os discursos, as formações discursivas, a heterogeneidade constitutiva e a temporalidade, que articulam ou constituem, nesses dizeres, a representação de si, da sua condição de ex sem-terra e da sociedade.

Orlandi (1999, p. 32) afirma que é importante “remeter o dizer a outras filiações de dizeres, a uma memória e a identificá-lo em sua historicidade, em sua significância mostrando seus compromissos políticos e ideológicos”. Observamos que os lugares que constituem os dizeres do sujeito compreendem as situações vivenciadas por ele. Portanto, mencionamos o papel da memória, que, relacionada ao discurso, deve ser tratada como interdiscurso. O interdiscurso, por sua vez, pode ser definido como o conjunto dos discursos que foram ditos. Assim, é preciso estabelecer as relações existentes entre sujeito e ideologia para analisarmos o funcionamento do discurso.

Retomamos o conceito de condições de produção no discurso com base nas ideias de Cardoso (1999, p. 39), para quem aquelas “não devem ser entendidas apenas como sendo a situação empírica do discurso que está em jogo, mas também como sua representação do imaginário histórico-social”. Compreendemos que o discurso traz a ideologia do sujeito, que é perpassada pelo local de produção do discurso, em que as formações discursivas podem ser identificadas. Tanto o contexto histórico-social como as formações, nos dizeres dos sujeitos, as instituições que contribuíram para a sua formação identitária. Observamos que a ideologia está associada à interpretação, que atesta a relação entre a história e a língua. A conjuntura de ambas é direcionada pela ideologia quando temos o objeto do discurso como lugar específico em que se pode apreender como a língua é materializada na ideologia e a sua manifestação em seus efeitos na própria língua.

Ao mobilizarmos as condições de produção do discurso, observamos ainda que, na base dos processos discursivos, além da materialidade simbólica, existe também uma materialidade histórica, formada por meio das relações sociais, nas quais os sujeitos explicitam os seus dizeres, trazendo os efeitos de sentido, o que conduz a uma práxis

discursiva. Dizemos então que as condições de produção tendem a ocupar um papel exterior, anterior e independente em relação ao trabalho realizado como a dessintagmatização linguística e a dessintagmatização discursiva, responsáveis pela neutralização dos esquecimentos enunciativos. (PECHEUX, 1997).

Ainda segundo Pêcheux (1997) postulamos que as condições de produção têm os seus fatores condicionados nas relações de sentido de um discurso sobre outros discursos, o que realiza um processo contínuo, no qual o mecanismo de antecipação irá regular a argumentação, com base na instituição social em que o sujeito constitui a sua identidade. Esse jogo é denominado pelo autor como o “jogo de imagens de um discurso”: a imagem que o sujeito faz do lugar que ocupa e do lugar que o outro ocupa.

Salientamos que não foi todo o conteúdo das entrevistas que se constituiu como o *cópus* da pesquisa. Delas foram retirados recortes que julgamos apropriados, conforme os objetivos, para análise. A esse respeito, Coracini (2003a, p. 22) menciona que “a análise de *cópus* vem mostrando que os efeitos de sentidos de qualquer dizer decorrem da situação de compreensão ou de interpretação [...] condições estas que dependem da história do indivíduo, da memória discursiva que o atravessa”.

Para a constituição do *cópus*, foi necessário que nos ancorássemos na materialidade linguística, que permite resgatar o processo de construção de sentidos determinados sócio-historicamente. Assim, lançamos um olhar discursivo aos dizeres dos sujeitos, buscando regularidades no discurso dos assentados e evitando uma análise apenas contedística, ou como testemunho de verdade. Ao rastreamos algumas regularidades na materialidade linguística, notou-se a presença da heterogeneidade constitutiva a que reporta Authier-Revuz (1990 e 1998); a temporalidade discutida por Fiorin (2005), as relações de poder e resistência de Foucault (2007a) e a exclusão tratada por Bauman (1998 e 1999) e Bhabha (1998).

2.2 Da contextualização da pesquisa

Cabe esclarecer que, antes dos contatos com os assentados, já se encontrava elaborado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), contendo os objetivos e fundamentos da pesquisa, bem como esclarecimentos sobre o fato de que buscávamos discutir situações vivenciadas diariamente pelos assentados – preconceito, marginalização, inclusão e exclusão social, o trabalho rural e a luta para manter-se na condição de assentado, entre outras. O termo foi assinado por cada um dos onze entrevistados, no momento em que concederam a

entrevista. Dos onze, selecionamos sete, nos quais procedemos a recortes de fragmentos que constituiriam o *córpus de análise*. Depois de várias visitas ao assentamento em horários e dias alternados, conseguimos, no dia 15 de junho de 2013, a primeira entrevista com uma assentada, que concordou em assinar o documento e conceder a entrevista gravada em áudio; a segunda ocorreu no dia 22 de junho.

O referencial teórico da pesquisa foi construído por meio de investigações bibliográficas pertinentes à Análise do Discurso de Linha Francesa e aos Estudos Culturais. Também constituem o texto da dissertação estudos realizados sobre o Movimento dos Sem-Terra. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevista, a partir de um roteiro semiestruturado. A entrevista foi gravada no assentamento e posteriormente transcrita grafematicamente, conforme as Normas de Transcrição de Dados Orais⁵.

Esta investigação inscreve-se na perspectiva discursivo-desconstrutivista, em que a análise de qualquer fato linguístico, segundo Coracini (2003a), deve levar em conta as condições de sua produção, ou seja, o contexto histórico-social, o espaço onde foi proferido, bem como o lugar discursivo ocupado pelo sujeito, com o propósito de problematizar determinadas condutas. Também se baseia no método arqueogenealógico foucaultiano, que tem como propósito responder como surgem e se transformam os saberes, o que, numa terminologia nietzchiana, Foucault nomeou como “genealogia”. Entendemos que não há uma teoria do poder, mas um entendimento de como ele é constituído historicamente, baseando-se a ideia de poder numa teoria provisória e inacabada. O poder não é direcionado apenas pelo Estado, mas prolifera em várias instituições, caracterizando os micropoderes (FOUCAULT, 2008a). Já a arqueologia tem como premissa abordar a epistemologia, ou seja, o conhecimento, construindo uma história dos saberes. Foucault (2008a) afirma que a episteme pode ser definida como a ordem específica do saber e a configuração que ele assume em um contexto histórico.

Antes de trazermos o conceito de entrevista, com base nas contribuições de Rocha et. al. (2004), entendemos ser importante retomar contribuições de Bakhtin (2006, p. 262) acerca dos gêneros do discurso:

A riqueza e a diversidade dos gêneros do discurso são infinitas porque são inesgotáveis as possibilidades da multiforme atividade humana e porque em cada campo dessa atividade dessa atividade é integral o repertório de gêneros do discurso, que cresce e se diferencia à medida que se desenvolve e se complexifica um determinado campo.

⁵ Disponível em: PRETI, Dino. *Interação na fala da escrita*. São Paulo: Humanitas/FELCH/USP, 2002. p. 15 e 16.

Entendemos que a heterogeneidade dos gêneros discursivos, tanto nos textos orais como nos escritos, inclui as breves réplicas do diálogo do cotidiano e, por sua complexidade, não pode estabelecer um plano único para o seu estudo. Compreendemos, segundo Foucault (2008), que na Análise do Discurso, o sujeito é apresentado “com não autor do discurso”, pois ele é “atravessado” por vários discursos e formações discursivas. Assim, observamos que práticas sociais existentes constituem as falas, que por sua vez, se fazem a partir dos enunciados. Para o autor, todo enunciado é sustentado por um conjunto de signos, caracterizados por um referente, definido como o princípio de diferenciação; um sujeito, que tem a sua posição social; um campo associado, que se associa com outros enunciados; e uma materialidade específica que se realiza por meio de escritas e falas gravadas. Portanto, ao determinarmos uma noção precisa da natureza do enunciado que será explorado, definimos uma abordagem voltada para o seu estudo. No caso desta pesquisa, os dizeres dos assentados foram conduzidos por meio de entrevista realizada em áudio.

A entrevista é tratada por uma ótica discursiva que se regulariza por uma produção situada na história e na sociedade, podendo ser realizada num local combinado com o entrevistador, o que favorece um contato mais direto com o entrevistado. Cabe lembrar que a entrevista não pode ser vista apenas como um mero instrumento de coleta de opiniões que busca responder aos anseios pessoais do entrevistador. Entendemos que ela tem o intuito de identificar, nas práticas discursivas, o sentido do texto e realizar um trabalho de ressignificação, com o propósito de chegar à compreensão do que (não) foi dito (ROCHA *et. al.*, 2004).

Os primeiros contatos com o Assentamento Celso Furtado ocorreram no mês de abril de 2012, por meio de conversas informais, com assentados que prestavam serviços no Condomínio Encontro das Águas, próximo à cidade de Castilho. Ao perguntarmos se poderíamos entrevistá-los no assentamento, logo notamos uma resistência para consentimento da entrevista. Como estratégia de interação, nesse mesmo mês, participamos da feirinha realizada no próprio assentamento, onde eles vendem os produtos cultivados em suas propriedades rurais. Por meio desse contato, começamos a conhecer os assentados e a nos familiarizarmos com os seus costumes e modo de vida.

Durante a entrevista, alguns fatos ou temas que não foram questionados às vezes aparecem no discurso do entrevistado, como o desejo de estudar: “sabe às vezes eu penso que o assentado não pode parar de estudar... para entender mais sobre o campo... e do governo também... mas a gente não tem tempo pra isso... porque o trabalho consome a gente e aí a cabeça não funciona pra escola...”; e ainda: “o sem terra tem que passa na escola... pra sabê as

leis... senão acredita em tudo que o Inca fala... que o governo fala... isso não é certo não... eles pode enganar a gente...”. Apontamos também o desejo de consumo: “depois que virei assentado tenho vontade de comprar tudo que vejo na frente... porque antes não podia ter nem o que comer... agora posso ter tudo melhor... televisão dessas de tela fina grande... moto que não é zero... mas está nova... e carro bem melhor...”

Quanto aos documentos sobre o assentamento, em contatos com a prefeitura da cidade de Castilho, durante quase dois meses, foi-nos dito que o órgão não tinha nenhum documento que esclarecesse as condições em que as terras foram concedidas aos moradores do assentamento, situação que dificultou o nosso trabalho. Depois de uma constante busca, por intermédio de um vereador da cidade, entramos em contato com um representante dos trabalhadores, que participou, no Superior Tribunal de Justiça, da formalização da desapropriação da Fazenda Três Barras para a instalação do Assentamento Celso Furtado. Esse senhor, morador do assentamento, contribuiu de forma significativa para essa coleta, pois arquivara um histórico do assentamento, contendo cópia do documento do Superior Tribunal de Justiça publicado no Diário do Senado Federal e fotos legendadas do início do assentamento.

Na ânsia pela realização das entrevistas, perguntamos aos assentados se havia, no assentamento, grupos políticos ou religiosos direcionados por algum líder. A resposta foi negativa: “moça não vem ninguém da igreja aqui... a gente se quiser é que vai nela...” e “cada um aqui tem a sua religião... tem uns que vai na missa... mas gente de igreja nunca aparece aqui”. Assim, entendemos a necessidade de conquistar a confiança deles e desenvolver uma relação de credibilidade, de que derivaria uma série de visitas ao assentamento, sempre com o propósito de esclarecer que o nosso objetivo era realizar uma pesquisa acadêmica, sem expô-los a nenhuma situação de desconforto e preservando sua identidade.

Notamos que os homens eram os que mais temiam o diálogo, por isso, optamos por dialogar primeiramente as mulheres. Durante a aproximação individual, havia sempre uma desconfiança por parte dos assentados, não só pela constância da nossa presença, mas também quanto ao nosso objetivo de pesquisa, o que dificultava a coleta. A investigação da “identidade” deles, como sem-terra ou na condição atual de assentados, traria exposição pessoal e os assentados tentavam esquivar-se por meio do silenciamento. (ORLANDI, 2007).

Essa rejeição ao registro da sua história remeteu-nos aos dizeres de Orlandi (2007, p. 186) acerca do que a autora concebe como censura:

Compreender a censura além da ideia de interdição redutora [...] na realidade a censura é um processo que não trabalha apenas a divisão entre o dizer e não-dizer, mas aquela que impede o sujeito de trabalhar o movimento de sua identidade e elaborar a sua própria história de sentidos; a censura é então entendida como o processo pelo qual se procura não deixar o sentido ser elaborado historicamente para ele não adquirir força identitária, realidade social, etc.

Observamos que a “afetividade” foi um fator decisivo para conseguirmos a entrevista, já que os assuntos filhos, família, sonhos e trabalho sempre vinham à tona: “os meus filhos são tudo pra mim... você tem filhos... a gente vive pra eles né... faz tudo... trabalha sem parar... pra dá tudo que a gente nunca teve... você acha que a sua vida ia ter sentido sem o seu filho...?” “eu sonho dar vida boa pros meus filhos... dá faculdade... formar eles... quero continuar com os meus empregos pra isso acontecer...”

Após transcrevermos e realizarmos uma pré-análise das primeiras entrevistas, observamos, inicialmente, manifestações de formações discursivas, porém com vistas aos objetivos, buscamos outros sujeitos para alcançar uma amostra mais pertinente ao que se propõe aqui. Assim, a nossa presença tornou-se uma constante no assentamento e o nosso contato diário foi-se fortificando. Essa situação rendeu-nos mais um entrevistado, o esposo de uma das duas assentadas entrevistadas. Logo outros sujeitos assentados concordaram em participar da nossa pesquisa. Assim, até o início do mês de agosto de 2013, tínhamos gravado entrevistas com onze assentados, com idade entre 29 e 47 anos, que estiveram até quatro anos na condição de sem-terra e já estão há cinco ou seis anos como assentados. Importa esclarecer que esses dados não se configuram como critério de seleção, já que os entrevistados foram escolhidos aleatoriamente, conforme o aceite e disponibilidade.

Todos os assentados responderam às perguntas relacionadas à ex-condição de sem-terra e a sua condição atual, bem como sobre o seu relacionamento com o Incra e a relação com a sociedade, as condições dos acampamentos, a luta pela posse de terra, a cristalização social de sua imagem, os “efeitos” da mudança da identidade, o processo de exclusão e inclusão social e a “visão” sobre o MST.

Durante a leitura e releitura do cópuz, elencamos e selecionamos as regularidades que respondiam às representações que o assentado faz de si atualmente e quando se via como sem-terra, à representação que ele faz da sociedade e como acontecem às relações saber/poder e resistência.

Vejam, a seguir, o perfil dos sete assentados entrevistados:

Quadro 1- Perfil dos entrevistados

Data da entrevista	Sexo	Idade	Sem-terra	Assentado
15/06/2013	Feminino (A1)	37 anos	04 anos	06 anos
22/06/2013	Feminino (A2)	29 anos	04 anos	06 anos
03/07/2013	Masculino (A3)	42 anos	03 anos	06 anos
10/07/2013	Feminino (A4)	44 anos	03 anos	06 anos
13/07/2013	Masculino (A5)	32 anos	03 anos	05 anos
25/07/2013	Masculino (A6)	44 anos	03 anos	06 anos
03/08/2013	Feminino (A7)	47 anos	04 anos	06 anos

Durante a constituição do corpùs, depois de submetermos as entrevistas à transcrição grafemática, efetuamos a seleção dos enunciados e procedemos aos recortes, conforme os objetivos da pesquisa. Ressaltamos que os recortes são apresentados, no Capítulo III, divididos em dois eixos: “representações de si”, na condição de assentado e sem-terra; “representação do outro”, em que o sujeito apresenta a imagem que ele acredita que a sociedade faz dele. São dezessete recortes, enumerados como R01, R02, R03 e assim até R17. Os sujeitos pesquisados são representados pela vogal A, acrescida de um número de identificação, de 1 a 7 (A1, A2...).

2.3 Sobre a historicidade do MST (Movimento Sem-Terra) e a questão agrária

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) é um movimento político-social brasileiro, que tem como um dos principais objetivos conquistar a reforma agrária. A origem do movimento vem da oposição ao modelo de reforma agrária imposto pelo regime militar, nos anos 1970, que tinha como propósito a colonização de terras devolutas em regiões remotas do país. O MST não aliava a sua ideologia a esse “modelo”, pois buscava a distribuição de terras improdutivas. Sua origem é datada da década de 1980, empunhando a bandeira de que a expansão da fronteira agrícola e a mecanização da agricultura contribuíssem

para eliminar as pequenas e médias unidades de produção agrícola e concentrar a propriedade da terra. (MARTINS, 2010).

Segundo Martins (2003), o movimento instituído pelo regime militar continuou paralelamente ao MST, revelando-se inadequado e deixando à deriva centenas de famílias, que acabaram vivendo precariamente e condenadas a cultivar terras improdutivas. Diante disso, o êxodo rural intensificou-se, e os trabalhadores rurais foram abandonando o campo, o que gerou a migração de 30 milhões de camponeses para as cidades. Esses camponeses tinham como objetivo trabalhar em indústrias, mas, com a crise da economia brasileira, no início de 1980, muitos deles ficaram desempregados, situação que fez uma grande maioria voltar a buscar o trabalho rural. Assim, no ano de 1984, representantes dos movimentos sociais, sindicatos de trabalhadores rurais e outras entidades resolveram unir-se na cidade de Cascavel, no Paraná, para discutir estratégias de luta para finalmente fundar o MST.

Chaves (2000), por sua vez, concebe o MST como o herdeiro ideológico de todos os outros movimentos de base social camponesa, ocorridos desde que os portugueses entraram no Brasil, quando a terra dividiu-se em sesmarias, de acordo com o direito feudal português, excluindo o acesso à terra. Mas o movimento marca a sua origem no ano de 1984, com a ocupação da fazenda Anoni, no Rio Grande do Sul, onde 1500 famílias montaram os seus acampamentos e ficaram 14 anos esperando a desapropriação.

Depois dessa ocupação e de várias outras, em poucos anos o MST expandiu-se com o objetivo de tornar-se uma organização de abrangência nacional. Chaves (2000, p. 16) afirma que, no movimento, “a unidade de luta é tida como um esteio fundamental, o que confere peculiaridades importantes à sua estrutura organizativa e à gestão pública interna [...]”. Dessa forma, notamos que o MST, como qualquer outro movimento, pode ser acometido por dissidências, mas, no decorrer da sua história, mantém-se unificado, com atuação política coerente, mantendo os seus propósitos e pronto adaptar-se as mudanças políticas. Essas mudanças conduzem à ampliação do horizonte político da luta por terra no Brasil, o que lhe traz um sentido catalisador de transformação social ao movimento.

Fernandes (2000, p. 19) explica que, “desde o começo da derrocada dos governos militares, esta forma de luta pela terra tem se intensificado, resultando milhares de assentamentos rurais, por todo o Brasil [...]”. Assim, compreendemos que a ocupação de terras é uma realidade determinante que permite a cisão entre o latifundiário e o assentado, definindo-se como um espaço de luta e resistência, que se intensifica pelo enfrentamento com os latifundiários e o Estado.

No entender do autor, “a história da formação do Brasil é marcada pela invasão do território indígena, pela escravidão e pela produção do território capitalista” (FERNANDES, 2000, p. 25), o que nos conduz à inferência de que as lutas camponesas sempre estiveram presentes no nosso país, pois os conflitos sociais não se restringem ao nosso tempo. O MST não concebe a intensificação da concentração fundiária e a exploração do trabalho rural e, por ser um movimento de grande expansão, marca uma luta histórica que prima pela distribuição de terra e por condições melhores de vida ao trabalhador do campo. Portanto, na formação do MST, Fernandes (2000, p. 25) ressalta que “a memória que nos ajuda a compreender o processo de formação do MST” é constituída por “lutas e guerras, uma após a outra ou ao mesmo tempo, sem cessar, no enfrentamento constante contra o capitalismo”.

Diante desse contexto de lutas, hoje o MST abrange 24 estados brasileiros e a sua organização não tem registro legal. Por ser um movimento social, não presta contas a nenhum órgão governamental, como qualquer movimento social ou associação de moradores. Dessa forma, a opinião pública questiona o fato de o MST receber recursos públicos. O movimento também recebe apoio de organizações não governamentais, tanto do Brasil como do exterior, e uma das suas bases de luta são os assentamentos regulamentados, que acabam contribuindo para a continuidade do movimento. Além disso, o MST está associado a uma organização internacional de camponeses intitulada Via Campesina, que engloba o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e agricultores da Europa, África, Ásia e América. (MARTINS, 2003).

Para Caldart (2004, p. 63), o “MST é um movimento legítimo que usa arma que dispõe para pressionar a sociedade para a questão da reforma agrária - a ocupação de terras e a mobilização de grande massa humana”. Entendemos que o movimento visa organizar as famílias assentadas em “cooperação produtiva”, buscando, por meio dos órgãos governamentais, repasses financeiros para a melhora nos assentamentos.

Dentre essas cooperativas, podemos destacar a Cooperativa Regional de Comercialização do Extremo Oeste (COOPERA Oeste), de Santa Catarina, que é conhecida como a mais bem-sucedida empresa criada e ministrada por membros do MST e a maior no ramo de leite da região. A entidade desenvolve grandes projetos de ampliação para atender a demanda de industrialização da produção dos agricultores associados e distribuídos em vários municípios da região. (CALDART, 2004). Já a Coapar, situada na cidade de Andradina-SP, a 17 quilômetros do Assentamento Celso Furtado, lócus desta pesquisa, conta com 800 sócios e é referência no interior do estado de São Paulo em produção de leite e derivados, produzindo

25 mil litros de leite por dia e visando agregar valor aos produtos e melhorar a renda dos produtores rurais.

Além das cooperativas, o MST conta com uma organização de estrutura básica em cada estado. Como afirma Fernandes (2000, p. 95):

Essa estrutura, formada pela coordenação, direção, secretaria e setores foi concebida desde as práticas das organizações camponesas históricas e, principalmente, das experiências vivenciadas, quando as famílias organizaram comissões e núcleos de acampamento e assentamento.

Essas práticas instituídas durante as lutas do MST foram delineando as formas de organização das atividades do movimento e, dessa forma, nasceram as instâncias de representação do movimento que dirigem as coordenações estaduais, as coordenações de assentamentos e dos acampamentos. Observamos que, das conquistas, vão surgindo novas necessidades, aumentando assim o número de pessoas envolvidas e novas organizações. A territorialização do MST expandiu realidades e possibilidades que, com a conquista da terra, ampliam as demandas, contribuindo com o trabalho rural e gerando novas necessidades. Salientamos então que essas novas necessidades estão associadas ao desenvolvimento socioeconômico e político das famílias sem-terra.

Na esteira de Chaves (2000, p. 17), “mantendo o propósito de promover a reforma agrária, âncora da identidade de sem-terra, o MST aponta para o problema maior da integração social no Brasil”, ou seja, “para questões clássicas da democracia e da cidadania”. Assim, o MST apresenta uma perspectiva compartilhada; trata a questão fundiária juntamente com o sistema político brasileiro, procurando, com as suas ações coletivas, apoio governamental para conduzir a reforma agrária e mudança da visão negativa do movimento e da própria reforma agrária diante da sociedade.

Rodrigues (2001, p. 24) afirma que “em sua caminhada conflituosa pela posse de terra, o MST representa um segmento social excluído do direito elementar de cidadania [...]”. Mesmo diante dessa exclusão e da representação negativa, o movimento não se abate, já que a sua expansão é contínua. E a própria condenação social contribui para determinar atitudes do movimento e tornar a sua atuação controversa perante a sociedade. O seu crescimento conduz ao diálogo com diversos setores sociais e à divulgação dos seus pronunciamentos em várias instâncias informativas, sempre enfatizando a reforma agrária no país.

Ao situarmos a questão agrária no país, entendemos, segundo Fernandes (2000, p. 41), que “[...] os militares e a burguesia pretendiam controlar a questão agrária, por meio da violência e com a implantação de seu modelo de desenvolvimento econômico para o campo, que priorizou a agricultura capitalista em detrimento da agricultura camponesa”. Para tanto, o governo militar destinou aos empresários as isenções fiscais, colaborando com o crescimento econômico da agricultura e da indústria e deixando de lado as questões agrárias, o que resultou na expulsão de trabalhadores rurais das terras improdutivas. Essas políticas solidificaram os latifundiários, e os trabalhadores rurais foram forçados à migração pelo território brasileiro e para o Paraguai. Esse ataque contra os trabalhadores agregou novos valores à questão agrária, situação que gerou lutas e resistência no campo.

Diante dessas lutas, Fernandes (2000, p. 43) afirma que “não há repressão que consiga controlar todo o tempo e todo espaço. São diversos os caminhos possíveis de serem criados nas formas de resistência, no desenvolvimento da luta de classes”. Assim, o trabalhador do campo não se manteve “ameno” diante da repressão da ditadura e, mesmo sofrendo com a violência, com a expulsão das terras e com a precariedade dos assentamentos, organizou-se para criar estratégias que culminassem na expansão do MST. Então, nas décadas de 1960 e 1970, as lutas dos sem-terra eclodiram por todo o território nacional, o que trouxe mais força para o movimento.

A história da reforma agrária no nosso país é marcada pelo controle das lutas camponesas por vários órgãos formados pelo governo federal: a Superintendência da Política Agrária (SUPRA), instituída no governo Goulart; o governo militar acabou com o SUPRA e criou o IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária) e o INDA (Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário). Promoveu também o Estatuto da Terra para realizar a reforma agrária, que ficou no papel. O Gera (Grupo Interministerial de Trabalho sobre a Reforma Agrária) foi criado em 1969. No ano de 1970, os militares destituíram o Ibra e, juntamente com o Inda, criaram o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Por fim, desenvolveram projetos como o Pin (Plano Nacional de Integração) e, logo em seguida, o Proterra (Programa de Redistribuição de Terras do Norte e Nordeste). Deve-se mencionar que todos esses programas e projetos acabaram por promover a concentração de terra, e não a sua distribuição, além de que geraram violências contra os sem-terra. (MARTINS, p. 69- 72, 2010).

A implantação do Incra também foi marcada por momentos de contradições e violência. No ano de 1982, o governo criou o MEAF (Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários). Em 1985, no início da nova república, transformou o Meaf em Mirad

(Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário). Depois extinguiu o Incra e criou o Inter (Instituto Jurídico de Terras Rurais), para, mais tarde, decidir acabar com Inter e instituir novamente o Incra. (MARTINS, 2003).

Por meio da repressão da luta pela terra e da não realização da reforma agrária, o governo militar acreditou que o avanço camponês não se estabeleceria. No entanto, pela resistência a essa repressão e pela expropriação resultante do modelo econômico, nasceu um novo movimento do trabalhador rural para história da formação camponesa no Brasil: o MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. Sobre o surgimento do movimento, Fernandes (2000, p. 47) comenta:

Aos que acreditaram no fim do camponês, não atentaram para o fato que o capital não comporta somente uma forma de relação social, ou seja: o assalariamento. Ainda, a propósito, o próprio capital, em seu desenvolvimento desigual contraditório, cria, destrói e recria o campesinato. É por essa lógica que podemos compreender a gênese do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Essa (re)criação do campesinato está atrelada às reivindicações do movimento, o que lhe confere o seu espaço político, garantindo a sua autonomia e o seu poder de decisão, características que o diferem dos outros movimentos que o antecederam. O MST, no decorrer da sua história de quase trinta anos, explicita que a luta pela terra e pela reforma agrária são também a luta contra o capital, que orienta a desigualdade social, a violência e a não distribuição de terras improdutivas.

2.4 Sobre o Assentamento Celso Furtado

Hoje existem, em Castilho, 13 assentamentos: Jupia, Timboré, Anhumas, São Joaquim, Celso Furtado, Rio Paraná, Santa Isabel, Cafeeira, Terra Livre, Nossa Senhora Aparecida, Primavera, Pendengo e Ipê, que, juntos, reúnem aproximadamente 1.185 famílias, de acordo com o Incra. O Assentamento Celso Furtado, locus desta pesquisa, é o segundo maior da região, com 187 famílias assentadas, perdendo somente para o Assentamento Pendengo, que conta com 224. Os outros onze assentamentos têm entre 42 e 115 famílias⁶.

⁶ Informações retiradas do *site* oficial do Incra: <http://www.incra.gov.br/index.php/regionais-incra-nos-estados>, acesso no dia 20/08/2013

O nome “Celso Furtado”, segundo o assentado Nilton Caldeira dos Santos, representante dos trabalhadores no Superior Tribunal de Justiça (na ocasião da assinatura da desapropriação das terras), foi sugestão do Senador Eduardo Matarazzo Suplicy, como homenagem ao economista Celso Furtado, que morrera no ano anterior ao acordo de concessão das terras da fazenda Três Barras para a instalação efetiva do Assentamento.

Celso Furtado, nascido no dia 26 de julho de 1920 e falecido em 20 de novembro de 2004, foi considerado o maior economista brasileiro da História e um dos mais destacados intelectuais do país ao longo do século XX. Suas ideias sobre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento divergiam das teorias dominantes em sua época, pois enfatizavam o papel do Estado na economia⁷.

O documento apresentado e redigido pelo assentado Nilton Caldeira dos Santos relata o percurso do assentamento até a sua intitulação como “Assentamento Celso Furtado”. De acordo com o documento, o acampamento foi criado no dia 18 de setembro de 2002, denominado como Terra Livre II, e teve o seu acordo final lavrado em audiência pública no Superior Tribunal da Justiça no dia 14 de setembro de 2005, pondo fim à demanda de mais de R\$ 12 milhões referentes a 2.427 mil hectares de terra que vinham sendo negociados há quatro anos.

O acerto foi homologado pelo então ministro Luiz Fux, do Superior Tribunal de Justiça, com a presença do presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Região de Andradina e Região (STR), Marcelo Dantas; do proprietário da fazenda Três Barras, Francisco Alves Linhares Neto; das procuradoras federais Gilda Diniz dos Santos e Renata Almeida D’Ávila; do chefe da Divisão Técnica do Incra, Sinésio Sapucaí; dos representantes dos trabalhadores rurais José Carlos Bossolon, João Mota Santos e de Nilton Caldeira dos Santos; e da advogada do proprietário da fazenda, Cloridytes Peixoto Lemos. O então senador Eduardo Matarazzo Suplicy contribuiu efetivamente para a finalização do acordo.

No dia 17 de outubro de 2005, foi concedida pelo Incra a posse da Fazenda Três Barras às famílias acampadas. Assim, no ano de 2006, no mês de março, as famílias receberam o primeiro apoio: R\$ 2.400,00. Logo em seguida, foi liberado o crédito-habitação, no valor de R\$ 5.000,00. Com a criação do decreto presidencial, aumentando o teto da habitação de R\$ 5.000, 00 para R\$ 7.000,00, as famílias assentadas foram contempladas com mais R\$ 2.000,00. No ano de 2006, houve a abertura das estradas, que teve o seu término no

⁷ Informações retiradas do site: http://pt.wikipedia.org/wiki/Celso_Furtado, acesso maio/2012.

ano de 2007. Nos anos de 2007 e 2008, foram abertos sete poços e ocorreu a liberação do projeto “Luz Para Todos”, que trouxe energia para propriedades rurais.

Ainda a coletânea de reportagens do assentado Nilton Caldeira dos Santos traz um trabalho de recuperação do núcleo comunitário, situado numa casa do assentamento, que foi chamado de Centro de Formação e funciona até hoje como um posto de saúde com atendimento médico-odontológico, com salas de vacina e de ginecologia. O assentamento também possui um horto de seringueira nomeado “Seringal Chico Mendes”, onde está sendo desenvolvido um projeto de processamento do látex.

Na atualidade, os assentados pleiteiam o investimento na criação de pequenos animais, pois as famílias têm como principal produção a leiteira e também buscam recursos destinados a infraestrutura, já que os poços do assentamento não correspondem à demanda.

Passemos ao capítulo III, abordando os dois eixos de análise: representações de si enquanto assentado e sem-terra e representações do outro (sociedade).

CAPÍTULO III: EXCLUSÃO E RELAÇÕES DE PODER E RESISTÊNCIA NOS DIZERES DOS SUJEITOS ASSENTADOS

O acampamento sem-terra é aparência concreta do provisório, do nada e da multiplicação de todas as heranças que poderiam ter existido um dia... é um momento de vivência de um processo de dessocialização, de eliminação das referências sociais e dos valores que norteiam lealdades e condutas. (MARTINS, 2003, p. 122).

Este capítulo está dividido em dois tópicos. No primeiro, 3.1. Representações de si, analisamos excertos cujos enunciados trazem a representação que o assentado realiza de si atualmente e quando era designado sem-terra; no segundo, 3.2. Representações do outro, tratamos de enunciados em que o assentado fala da representação que ele acredita que a sociedade realiza dele.

3.1 Representações de si: assentado e sem-terra

Iniciamos com os dizeres da assentada A1, de 37 anos, que há seis anos tornou-se assentada, tendo permanecido na condição de sem-terra durante quatro anos. Nesse excerto, ela fala sobre a representação da condição de sem-terra:

R 01: Quando a gente era sem-terra era sim complicado... **porque você tinha que morá num barraco de lona né...num tinha um banheiro...você tinha que cavá um buraco rodeado de lona pra fazê as necessidades...** você vivia uma vida precária por ajuda de outras pessoas... porque você tava lá e não **podia** trabalhá... a assistência que **eles** davam pra gente era muito pouca né... **você num podia sair pra trabalhá... nem o homem nem a mulher...** então você **tinha** que ficá ali né... pra constá que você morava ali... pra podê consegui né um pedaço de terra[...] **A gente passava assim as vezes humilhação... que às vezes as pessoas passavam na beira da pista xingava a gente... dizia que a gente era baderneiro né/ falava... “Vai trabalhá bocado de vagabundo seu sem-terra”...** aí era humilhante... mais como a gente queria um pedaço de terra né... **a gente si submetia a tudo a isso...** que passava dias e dias sai hoje sai amanhã... graças a Deus que até um dia deu certo saiu e a gente conseguiu. (A1)

Observamos a reiteração de “a gente”, colocando todos os assentados na mesma condição, por sofrerem das mesmas privações humanas, no período em que moravam nos

acampamentos sem-terra. Essas privações são apresentadas em todo o recorte. Nos dizeres: “porque você tinha que morá num barraco de lona”, “num tinha banheiro”, “você tinha que cavá um buraco rodeado de lona pra fazê as necessidades”, notamos que a condição de sem-terra não proporciona ao sujeito A1 o “cuidar de si”, que, para Foucault (1998b), significa desenvolver atividades e criar condições que contribuam com a existência. Por outro lado, ao expressar todas as precariedades vividas como sem-terra, A1 também traz o discurso da vitimização, que, segundo Bittencourt (1978), é uma situação que pode ser contextualizada histórica e socialmente: ser vítima é tornar-se ou ser eleito pela sociedade como alvo de isolamento, já que as suas concepções de vida não estão de acordo com a conduta da maioria dos indivíduos.

O uso do pretérito imperfeito, em “tinha”, “podia”, “submetia”, “vivia”, produz sentido de repetição, de hábito ou frequência, a que se aliam os efeitos de obrigação e proibição, advindos da modalidade deôntica⁸ que circunda os enunciados, reportando ao passado de A1 e às condutas que deveria seguir para se manter dentro do acampamento. “Hoje”, na condição de assentada, recorre à memória, que, segundo Pêcheux (1990), a memória traz as ideologias apresentadas pelo interdiscurso, que perpassa os dizeres do sujeito, os já-ditos.

O pronome “eles” remete, por anáfora indireta (AI), ao outro, aos representantes do Incra, que concedem alguma ajuda aos sem-terra no período em que ficam nos barracos de lona. Já os dêiticos “ali” e “lá”, segundo Fiorin (2005), trazem o conceito de espaço ocupado, de lugar, designando os acampamentos dos sem-terra, representados ora como próximos, ora como distantes, embora também por AI, mas sempre como um espaço restrito de abrangência. Importa esclarecer que a relação de AI ocorre, conforme Marcuschi (2005), quando não há um antecedente textual.

Os dizeres: “você num podia sair pra trabalhá” e “nem o homem nem a mulher”, configuram relações de poder impostas pelo Incra: critério adotado para o repasse de terras, os sem-terra devem permanecer durante o dia e à noite nos acampamentos, sem nenhum vínculo empregatício, perpassando aqui a formação discursiva institucional do Incra. Entendemos, então, que permanecer no acampamento e atender às exigências do Instituto definia-se como uma condição do poder, porém uma submissão temporária, até o alcance das terras, conforme o comprovam as formas verbais de imperfeito, em seu sentido aspectual de

⁸ Segundo Lyons (1977), a modalidade deôntica está relacionada com a necessidade ou possibilidade de atos realizados por agentes moralmente responsáveis e está associada com a função social de conduta, em que se inscrevem a obrigação, a permissão, a proibição e outras – e, pois, o poder e o não poder.

processo que teve sua ocorrência/duração interrompida. Diante disso, mencionamos Gore (1994): para compreender por que o sujeito se expõe a uma condição de submissão, devemos observar quais os pontos particulares que o levam a tal conduta. Também entendemos ser pertinente aqui o que postula Bhabha (1998): interroga-se não apenas a imagem da pessoa, mas o lugar discursivo e disciplinar de onde suas estratégias são conduzidas pelas instituições a que pertence. No caso dos sem-terra, eles permaneciam à “margem da sociedade”, com o propósito de alcançar o pedaço de terra.

Os trechos: “a gente passava assim às vezes humilhação”, “que às vezes as pessoas passavam na beira da pista xingava a gente” e “dizia que a gente era baderneiro” inscrevem-se na formação discursiva da exclusão, pois trazem o olhar do outro, a inquietação da sociedade diante da presença dos assentados. Segundo Bauman (1998), toda pessoa que não está vinculada a nenhum modelo moral ou estético social traz o incômodo da sua presença, por ser “imaginada” como estranha pelo outro. Assim, o fato de os sem-terra estarem expostos nos acampamentos montados à beira das rodovias provoca uma representação negativa de si pela sociedade, que vê pessoas inativas (porque “num podia sair pra trabalhá”) e barracos espalhados, em desordem.

O trecho “vai trabalhá bocado de vagabundo seu sem-terra”, em discurso direto, traz para a cena enunciativa o discurso do outro, numa manifestação da heterogeneidade mostrada a que se refere Authier-Revuz (1990), constituído pela formação discursiva da exclusão. É o olhar do outro – a sociedade organizada – incidindo sobre aqueles que se encontram à margem da sociedade. Impedidos pelo Incra de buscar o sustento fora do acampamento sem-terra e mesmo diante da vida precária e da exclusão social, a entrevistada afirma que resistia e continuava no acampamento, pois a posse da terra era o seu objetivo. Esse fato é observado quando ela diz: “a gente se submetia a tudo isso”. O “tudo isso” traz o sentimento de exclusão, da falta de recurso, de humilhação e de submissão. Essa submissão não é entendida simplesmente como uma relação de poder imposta pelo Incra, já que, segundo Martins (2003), sempre existe um motivo, um objetivo, um interesse dos sem-terra em permanecer na situação de desconforto para mais tarde alcançar a sua casa, a sua comodidade e inserir-se no mercado do trabalho rural.

Nesse aspecto, devemos observar o sentido que assume (ou os efeitos que emergem) do verbo “trabalhar”: para o sujeito A1, o verdadeiro trabalho é o assalariado, vinculado ao mundo do capital. Na falha, ele acaba por assumir-se como “não trabalhador”, assim como o vê o outro, embora tenha uma “justificativa” para esse não fazer: o poder do outro institucional sobre si e sua condição de submissão. Os discursos do sujeito não confluem,

portanto, para identidades “acabadas”, mas para flexibilidades e ambiguidades, oscilantes nas representações que atravessam esse sujeito.

A assentada A2 tem 29 anos e está no assentamento Celso Furtado há seis anos, tendo estado por quatro anos na condição de sem-terra:

R 02: Hoje na condição de assentado né... qué dizê **hoje** né... **hoje a gente tem um valor** né... a **gente tem** assim **você tem a casa própria... você tem um banheiro... você tem uma energia** né... a gente **já não vivi mais num barraco de lona**... então já tem água porque a vida **antes** era tudo bem precária né... e **hoje** não **hoje** então tá bem mais fácil... **tem energia tem estrada tem uma casa tem água** né... a **gente** já tem os bichinhos da **gente** que é as vaquinhas que a **gente** sobrevivi.. e **antes** o povo tudo... **só olhava feio pra gente e vivia xingano**.... então qué dizê a vida da **gente hoje** assentado ta né mil vezes melhor do que **você** se um pré assentado... que **você vivia largado na beira da pista sem lugar certo**... num barraco de lona... e **hoje a gente** sobrevivi né num lote da gente na casa da **gente**... tudo né **bem organizadinho graças a Deus**... então a vida hoje **graças a Deus tá cem por cento melhor do que a vida do pré-assentado**. (A2)

Por meio dos dêiticos “hoje” e “antes”, A2 traz a temporalização, remetendo ao antes e ao agora, representando a condição de sem-terra e de assentada. O uso de advérbios de lugar, segundo Fiorin (2005) relatam o tempo subvertido, no qual, ao neutralizar os termos da categoria de tempo, o efeito de sentido produzido apresenta que o tempo é uma construção do enunciador, que tem a capacidade de presentificar o passado. Observamos que A2 recorre a um passado de falta para relatar todas as suas conquistas como assentada: “você tem casa própria”, “você tem um banheiro”, “você tem uma energia”, “já não vivi mais num barraco de lona” e “tem energia tem estrada tem uma casa tem água”. Essas conquistas são, todavia, referidas como se ainda não fossem suas de fato e de direito, conforme se verifica no uso de “você”: uma forma ambígua, em que o tu e o ele se integram, embora pareça remeter ao nós. É como se A2 se visse pelo olhar do outro, o que, conforme Coracini (2003b) ocorre pelo fato de o que somos se constitui pelo olhar do outro, e, sem termos consciência de onde vêm os nossos dizeres, nós os manifestamos sem saber se eles são dos nossos antepassados ou daqueles estão passando por nossa vida.

Na fala “hoje a gente tem valor”, silencia-se a desvalorização que a condição de sem-terra lhe conferia; hoje, com o alcance da terra, esse sentimento remete à condição de alívio, de conquista, de satisfação. Observamos o próprio preconceito da assentada em relação a sua condição de sem-terra, pois, no momento atual, ela acredita ser mais valorizada, já que agora

tem um lugar para morar e saiu de uma vida de privações. Pelo viés de Arendt (2010), o homem privado não tem o direito às coisas essenciais para uma vida verdadeiramente humana, de ser visto e ouvido pelo outro e de manter com ele uma relação de convivência.

O referente “a gente” é apresentado com certa regularidade, fazendo referência a todos os assentados. O enunciador instaura-se como um “nós”, embora a pessoa gramatical seja a terceira do singular, garantindo a concordância. Ao enunciar-se como “a gente”, posiciona-se, com legitimidade, junto dos demais assentados na história da luta pela terra. Ao deslocar-se, por instantes, de um “nós” inclusivo para um “você”, que, se não exclui (a si e ao outro), distancia, o enunciador parece, por um lado, perder a legitimidade para falar de si e do outro, buscando, no interlocutor, certa cumplicidade. Além de ser possível também uma terceira “posição”: o sujeito não quer mais ver-se ou ser visto como “um pré assentado”, como alguém que “vivia largado na beira da pista sem lugar certo”.

Também é significativa a recorrência do verbo “ter”, no início do recorte, que enfatiza as (possíveis) conquistas e reforça o efeito de sentido de vitória e de superação, já que A2 afirma ser valorizada porque conseguiu conquistar os direitos essenciais para a sobrevivência de qualquer cidadão: casa, água, energia... A vontade de enaltecer as suas conquistas ainda se configura pelas falas: “vida da gente hoje assentada tá né mil vezes melhor”, “hoje graças a Deus tá cem por cento melhor do que a vida do pré-assentado” e “bem organizadinho graças a Deus”, em que se inscreve a formação discursiva religiosa.

No fragmento: “só olhava feio pra gente e vivia xingano”, o uso de “só” significa que a assentada esperava da sociedade uma representação positiva, como cidadã, ou, no mínimo, de compaixão pela situação de falta. O uso do auxiliar “vivia” cria o efeito de sentido de atitude contínua de discriminação, constituindo a formação discursiva da exclusão social, também “visível” em “você vivia largado na beira da pista sem lugar certo”, de que emerge o efeito de sentido de distanciamento ou abandono. Pelo uso do adjetivo “largado”, nota-se a presença do discurso de vitimização, que, na sequência do recorte, é substituído pelo da superação, alcançado mediante enfrentamento. Tornou-se assentada e conquistou casa, água, trabalho e energia, conquistas que conferem autorrealização, em face de um passado de restrições e superações. Essa vitimização apresentada nos dizeres da assentada é, segundo Bittencourt (1978) reflexo da historicidade, que engloba as perdas e os ganhos de toda uma vida, acarretando sentimentos ambivalentes.

O trecho: “sem lugar certo” significa a vontade da assentada, enquanto sem-terra de ter um espaço para morar, com condições apropriadas de higiene e acomodação. A esse respeito

Bauman (1998), menciona os princípios de “ordem e pureza”, que, no dizer de A2, remetem a lugar definido e limpo, que não é propiciado pelo acampamento.

Continuamos com os dizeres da assentada A2, agora sobre a condição de sem-terra:

R 03: Ah é um pouco difícil né... porque a gente não tinha água... num tinha energia... morava debaixo de barraco de lona... ter que cozinhar no fogão a lenha.... as situações era pouco precária né pra poder dormir... mais a gente aguentava... é que a gente tinha objetivo de alcançar a terra... e não desistia mesmo... de jeito nenhum ... o povo às vezes até xingava a gente... chamava a gente de desocupado...eles falava “Vai trabalhar né vagabundo” ((risos))... a gente levava isso também e quando vinha a chuva era difícil... eu já enfrentei muito vendaval lá... muita chuva perigosa mesmo deu querer desistir... mais tinha apoio um do outro... mais depois que o INCRA cortou a terra aí já foi outro sofrimento né... que a gente já foi debaixo do barraco pra dentro do sítio... antes disso aí era berano a pista... agora foi pra dentro do sítio... faltava tudo do mesmo jeito... tivemos que trabalhar muito na terra com o pouco que o Incra ia mandando [...] E não ficar para não perder a terra. Demora pra ficar bem como assentado também. (A2)

Nos dizeres: “gente não tinha água”, “num tinha energia”, “morava debaixo de barraco de lona”, “ter que cozinhar no fogão a lenha” e “as situações era pouco precária né pra poder dormir”, A2 enuncia o discurso da falta e, ao mesmo tempo, sob a forma de luta, pois o propósito de alcançar a terra era maior do que o seu sofrimento.

Ao afirmar: “mais tinha o apoio um do outro”, enuncia o discurso da união e, em “não desistia mesmo” “de jeito nenhum”, percebemos o poder a que Foucault (2007b) se refere: o poder está presente em toda a trama da sociedade e não é exercido sem que o sujeito questione o seu desenvolvimento; esse sujeito resiste travando pequenas lutas diárias.

Além das necessidades pessoais, a assentada relata o desrespeito e a exclusão social: “o povo às vezes até xingava a gente, chamava a gente de desocupado”, a representação que a sociedade tem do sem-terra ou do MST, visto como um movimento marginal, conforme pondera Rodrigues (2001): apesar de o MST ter alcançado uma investida política e social, seus integrantes fazem parte de um segmento social marginalizado historicamente. Mesmo com o crescimento do movimento, a sociedade ainda tem uma visão cristalizada do sem-terra, como o marginal, o desocupado. O dizer: “Vai trabalhar né vagabundo” afirma a humilhação e exclusão sofridas no acampamento e remete à heterogeneidade mostrada (AUTHIER-REVUZ, 1990).

Nos trechos: “já enfrentei muito vendaval”, “muita chuva perigosa”, “deu querer desistir”, “mais tinha apoio um do outro”, verificamos, conforme Castells (2008), que as

situações vividas no assentamento conduzem a uma defesa da assentada contra o desconhecido e o incontrolável, o que o faz apegar-se a qualquer situação para amenizar o medo do desconhecido e escapar da situação de incapacidade.

Ao emitir: “o Incra cortô a terra”, “antes isso aí era berano a pista”, “agora foi pra dentro do sítio” e “faltava tudo do mesmo jeito”, o sujeito “denuncia” que, além da luta pela posse de terra, os sem-terra ainda precisavam vencer outras batalhas: produzir nas terras, tirar o sustento de toda família e construir uma casa com o parco recurso que tinham. Nesse sentido, posiciona-se como vítima da falta.

Nos dizeres: “E não fichar para não perder a terra”, notamos que essa prática é comum entre os assentados, como forma de, pela contraconduta, resistir às decisões dos representantes do Incra. Segundo Foucault (2007b), é preciso fazer uso das diversas formas de poder como ponto de partida para que o indivíduo se torne sujeito, marcando sua individualidade e impondo a sua identidade. Observamos então que a assentada não aceita a decisão de trabalhar apenas no assentamento e impõe a sua própria condição para trabalhar fora, mas não permite que o vínculo empregatício prejudique sua condição de assentada. A expressão “não fichar” é definida como um discurso trabalhista dos assentados, o que significa trabalhar sem registro ou vínculo empregatício para burlar a lei, ou, em outras palavras, afrontar o poder do Estado.

O enunciado seguinte retrata os dizeres de uma assentada de 44 anos, que mora no assentamento há seis anos e esteve como sem-terra durante três anos, lugar de onde fala:

R 04: Ah eu me via numa situação difícil né... você não tem conforto quando ta debaixo da lona... você não tem conforto **em todos os sentidos**... a água você **não tinha** a vontade todos dias... você dependia da prefeitura do caminhão pipa que tava fornecendo água a cada oito dias... e ainda **fica rezando** pra o caminhão não quebra... tem a discriminação... quando você ta em barraco tem muita discriminação... **as pessoas é ficá te chamando de sem-terra**... no começo **eu tinha vergonha não falava pra ninguém que eu era sem-terra**... **morria de vergonha** ih::: assim um **medo de alguém sabe que eu era sem-terra**... e fica que nem na época eu fazia faculdade... então **eu tinha medo das pessoas fica tirando sarro da minha cara**... então no começo eu não falava nada pra ninguém... mais a situação é bem difícil... se você não teve assim força de vontade e quere realmente ter um sitio você não consegue. (A4)

Os enunciados de modalidade negativa com o verbo “ter” afirmam a falta de recursos mínimos para a sobrevivência humana, complementada pelo enunciado: “em todos os

sentidos”. Ao relatar que os acampamentos não tinham condições apropriadas para abrigar famílias, isso é significado pelo discurso da vitimização.

A fala “fica rezando” não relata a espera só pela água, mas também pela mudança de situação, da vontade de conquista, da estabilidade, além de expressar a formação discursiva religiosa, pois traz uma conduta mensurada pela submissão ao poder da igreja.

Ao proferir “as pessoas fica ti chamando de sem-terra” e “eu tinha vergonha não falava pra ninguém que eu era assentada”, a própria assentada não aceita sua condição de sem-terra, pois tal nomeação causa-lhe desconforto e incerteza e ela constrói uma representação negativa de si e se exclui da sociedade. Essa representação, segundo Walty (2005), pode ter sido construída no decorrer da sua vida, já que a exclusão não ocorre em momentos específicos, mas é um processo que leva tempo para se constituir.

A assentada também mostra a sua indignação diante da sua condição por meio dos trechos: “morria de vergonha” e “eu tinha medo”, que, além de lhe causarem angústia, trazem o efeito de sentido de renúncia e distanciamento da própria realidade. No decorrer da sua vida como sem-terra, A4 internalizou e manifestou, nos seus dizeres, o seu próprio preconceito diante da sua antiga condição de sem-terra: “eu tinha medo das pessoas fica tirando sarro da minha cara” e “medo de alguém saber que eu era sem-terra”.

Nesse excerto, o sujeito assentado A5, de 32 anos, que foi morador do Assentamento Celso Furtado há cinco e permaneceu no acampamento sem-terra durante três anos, relata como vê o Movimento Sem-Terra:

R 05: Eh::: o **sem-terra** é no Brasil **ele** é ele é as vezes ele é até discriminado...então muita gente acha que é uma **vergonha ir pra debaixo de um barraque... que vai ser diminuído a sua condição de de ser humano...** É maior dificuldade é a moradia... é desconfortável debaixo da lona quando vem chuva é complicado... mais ou mesmo tempo você pode pergunta por exemplo pra qualquer pessoa:... **Rio de Janeiro aquelas pessoas que mora naquele morro tem diferença de um acampado debaixo de um barraque... porque eles sim corre risco de morte debaixo do barraque....** você pode fica debaixo da chuva muito tempo... **então a dificuldade é grande mais com força de vontade você resisti... e tem que ser persistente...** porque as vezes se acha que sai com três meses quatro meses ... e às vezes dura mais de um ano dois ano. (A5)

Esse sujeito inicia seu dizer pelo uso do pronome pessoal “ele”, que funciona como anáfora direta de “sem-terra”, estabelecendo uma relação de correferência entre o elemento anafórico e seu antecedente. Nos dizeres que evocam o dizer do outro sobre si: “vergonha ir

pra debaixo de um barraque” e “diminuído a sua condição de ser humano”, perpassa a formação discursiva da exclusão. Segundo Walty (2005), o “normal” é viver de acordo com as normas estabelecidas pela sociedade, buscando um lugar fixo para morar, e, por residir num barraco, o assentado “quebra” essas regras sociais. Bauman (1999) reflete sobre coisas que não encontram o seu lugar certo e ficam fora do lugar, não contribuindo com a ordem e a pureza. Observamos que o assentado acredita que morar num barraco de lona à beira da pista desqualifica-o perante a sociedade, já que a imagem do acampamento não traz a visão de pureza (limpeza) e de ordem (organização).

No trecho: “Rio de Janeiro aquelas pessoas que mora naquele morro tem diferença de um acampado debaixo de um barraque”, A5 faz uma comparação dos sem-terra, com os moradores das comunidades do Rio de Janeiro e, na tentativa de defender-se, ele desqualifica o lugar ocupado por esses moradores, afirmando: “eles sim corre risco de morte debaixo do barraque”.

Nos dizeres: “Então a dificuldade é grande mais com força de vontade você resisti” e “tem que ser persistente”, o sujeito mesmo sabendo que não há data determinada para o repasse das terras, afirma que a persistência é fundamental na vida do sem-terra e que, mesmo diante da exclusão e da falta de recursos, não pensa em abandonar o acampamento. Segundo Coracini (2007), as lutas na sociedade moderna giram em torno da busca da identidade, que trazem confrontos diários e resistem ao tempo, mantendo o oprimido cada vez mais forte diante dos olhos do opressor.

No recorte a seguir, encontra-se a “visão” que a assentada de 47 anos, moradora do assentamento há seis anos e que permaneceu como sem-terra durante quatro, tem da sua condição atual:

R 06: Às vezes em vários lugares a gente chega o assentado é discriminado... você vai num banco... você num tem como você fazê um financiamento... **eles já num libera o financiamento pra você porque você é assentado...** se não tem o recurso... vamo supô você não tem a garantia pra dá pra eles... a discriminação já é ai né... porque **se a gente fosse igual aos outros...** se ia num banco você tinha um recurso mais fácil... a gente não tem isso... a gente que é assentado não mudo muita coisa... com o ganho de terra **não mudo grande coisa não...** somos discriminados... e na cidade também na inclusão social... mesmo nós somo discriminado... você chega num canto tem lugar que chega eles fala: **“Tá chegado um sem-terra”**.[...] é uma discriminação né... **a sociedade não tem consciência da luta da terra... eles acha que foi através de grilano as terra dos fazendeiros...** mais num foi assim que a gente conseguiu as terra... a gente conseguiu a terra improdutiva... o Inca pagou e passo pra nós... o governo pagou as terra. (A7)

Pelos dizeres: “Às vezes em vários lugares a gente chega o assentado é discriminado”, “eles já não libera o financiamento porque você é assentado” e “se a gente fosse igual aos outros”, a assentada acredita que a sua condição atual também é negativamente representada na sociedade, inscrevendo seu dizer na formação discursiva da exclusão. Entendemos, como Sawaia (2001), que o processo de inclusão demora para acontecer, de modo que, mesmo saindo da condição de sem-terra, o assentado ainda não se vê incluído socialmente, pois não lhe são dados facilmente benefícios tais como fazer um empréstimo bancário.

O pronome “a gente” designa os assentados; o pronome eles, “os bancários”, porém essa referencialização se faz por AI, que, segundo Marcuschi (2005) representa um “desafio teórico”. Pelo fato de não se ater apenas ao campo dos pronomes e da referência em sentido restrito, a AI apresenta aspectos sociocognitivos no contexto gramatical, repensando os tópicos gramaticais na interface com a semântica e a pragmática.

A mudança de sem-terra para assentada não é mencionada por A7 como uma conquista, pois não lhe trouxe inserção social: “não mudou grande coisa não”. Ao proferir: “Tá chegam um sem-terra”, ela toma para si a voz do outro, que, pelo viés de Authier-Revuz (1990), constituiu a heterogeneidade mostrada.

Para defender a sua posição de assentada, afirma que “a sociedade não tem consciência da luta da terra”, “eles acha que foi através de grilano as terra dos fazendeiros”. Pela leitura de Cardoso (2003), observamos que essa defesa é consequência da representação identitária do trabalhador rural, já que esses sentidos atribuídos a ele parecem estar dentro da memória do discurso do senso comum, se nos reportarmos à imagem de baderneiro e preguiçoso que se costuma a atribuir ao sem-terra.

Ainda a esse respeito cabe mencionar que algumas representações que a sociedade faz do sem-terra e do assentado podem ter sido cristalizadas pelos discursos do senso comum, nos quais o sem-terra foi visto como invasor e agente de um movimento caracterizado pela desorganização. Essa representação é contestada por Caldart (2004) ao afirmar que o MST constitui-se como um movimento que preza pela “ordem” e pela busca de ações e reações que possibilitem a posse de terras improdutivas.

Em (R7), A1, já identificada no recorte 01, fala da sua condição de assentada:

R 07: Sabe ser assentada é a melhor coisa... a gente tem um lugar nosso né... **todo mundo precisa de casa.. água.. de trabalhá... de ganhá dinheiro.. de tá na**

sociedade... eu fico feliz de te minhas criaçãozinha... apesar de te que ir buscar outros serviços... sou faxineira... lavo e passo roupa pra fora... tenho que cuidá do meu sítio também... pago as minhas prestações... cuido dos meus filhos... faço um monte de coisas... e agradeço por não mora mais em barraco... então a gente corri atrás do que aparece... porque **ser assentada também é problema né... mais a gente não baixa a cabeça pro INCRA...** a gente trabalha mesmo. (A1)

No trecho “ser assentada é a melhor coisa”, A1 exalta a sua situação atual por meio do pronome “muito” e pelo adjetivo “bom”, o que significa que, depois que saiu da condição de sem-terra, ela encontrou um lugar e também alcançou recursos para sua sobrevivência no mundo capitalista, o que é reforçado pelos dizeres “todo mundo precisa de casa”, “água”, “de trabalhá”, de “ganhá dinheiro”.

As conquistas são relevantes para que A1 não se sinta excluída, já que afirma que todas as pessoas precisam “de tá na sociedade”. Então, na sua visão, o ser humano só pode ser reconhecido no meio em que vive a partir do momento que consegue conquistar o que várias pessoas possuem. Assim, na esteira de Martins (2003), entendemos que a inclusão é sentida pelo homem quando ele é inserido no mercado de trabalho. Participar do mercado de trabalho confere à assentada a sua própria aceitação e uma representação positiva de si, já que ela consegue prover o seu sustento e manter os recursos básicos para a sobrevivência, como água e energia.

Depois de afirmar que a condição de assentada lhe concedeu benefícios e aceitação social, A1 afirma: “ser assentada também é problema”. Conforme Pêcheux (1998), entendemos que o sujeito é perpassado pelos já-ditos e pelas vozes que o atravessam, que impossibilitam o controle do seu dizer. Ao deixar “escapar” que a condição de assentada também não lhe trouxe estabilidade, A1 admite que, mesmo mudando de condição social, ainda encontra muitos obstáculos para estruturar a sua vida.

No trecho “mais a gente não baixa a cabeça pro Incra”, a assentada afirma que não se submete as todas as imposições, como a de trabalhar somente no assentamento e, para fundamentar a sua luta, ela relata as funções que exerce. De acordo com Foucault (2008b), as relações de poder são orientadas pelas relações diárias de enfrentamentos. Ao afirmar que: “não baixa a cabeça”, A1 traz o efeito de sentido de luta, de batalhar por aquilo em que acredita.

O excerto (08) corresponde à visão que o assentado de 43 anos tem da sua condição de assentado. É morador do assentamento há seis anos e esteve no acampamento sem-terra durante três anos:

R 08: Eu tenho **muito orgulho do que eu sou e tenho hoje...** porque tem muita gente que chega ali e fala: **“Você quer vendê o lote... você quer trocá... porque esse terreno aqui é muito bonito e muito bom né”**... então orgulho de ter o meu lote ali nesse lugar né... e **não tenho mais vergonha de ninguém** de ser assentado... **mais também não falo que sou assentado pra todo mundo... pra quê falar.. o que importa também é que eu não sou mais sem-terra também...** eu tenho orgulho de mim mesmo”.... porque o pedacinho de chão que tem aqui né é meu... e do meu pai dos meus filhos... e dos meus netos. (A3)

No trecho: “muito orgulho do que eu sou e tenho hoje”, A3 intensifica o valor que a nova condição de assentado lhe rendeu: conquistas e reconhecimento social. E, por formas de heterogeneidade mostrada (AUTHIER-REVUZ, 1990), põe em cena sua nova “posição”: agora ele tem bens e poder para vender algo para o outro: “você quer vendê o lote”, “você quer trocá”, “porque esse terreno aqui é muito bonito e muito bom né”.

No fragmento: “não tenho mais vergonha de ninguém”, entendemos que, com o repasse da terra, ele diz ser aceito na sociedade, mas logo em seguida desconstrói esse dizer. Pelo lapso, afirma que esconde a sua identidade de assentado, nos trechos: “mais também não falo que sô assentado pra todo mundo”, “pra quê falar”. Ao expor a sua vergonha e o medo de não ser aceito, quando era sem-terra, o sujeito acaba transferindo para o presente, segundo Bhabha (1998), o momento de transparência discursiva, trazendo uma falsa aparência do seu presente, deixando que o semântico prevaleça sobre o sintático.

O assentado também tenta esconder o seu passado e mostra recusa a assumir-se como sem-terra: “o que importa também é que eu não sou mais sem-terra”. Observamos que o sujeito não aceita nem ser visto como sem-terra e nem como assentado, já que existe a busca de esconder as duas representações da sociedade. Conforme Bhabha (1998), essa conduta ocorre porque o sujeito assentado está no entre-lugar, que é definido como um local intersticial, onde não é mais possível trabalhar com noções bipolares e categorizantes, já que o interstício é orientado por uma passagem, um movimento presente de transformação ou transposição, no qual uma coisa não é mais ela mesma e nem totalmente outra.

Essa recusa caracteriza sua identidade diante da sua autorrepresentação e do MST. Em sua leitura de Foucault, Gregolin (2006) afirma que, para o filósofo, é necessário entender em que consistem as relações de poder. Segundo Foucault, o poder não existe; o que existe são as relações de poder. Diante disso, entendemos que o poder é conduzido por uma realidade dinâmica, de modo que a ideia de um poder estático, exercido em um lugar determinado, é transformada. O autor acredita no poder como um instrumento de diálogo entre os sujeitos de uma sociedade.

Proseguimos com os dizeres de A3, ao falar sobre sua ex-condição de sem-terra:

R 09: A gente era um povo bem **sofrido**... faltava muito recurso e vive debaixo de lona não é fácil né... aí eu e mais pessoas **sofria** muito né... **já o assentado não sofri**... antes faltava água então o acampado **sofre** muito né... **nessas condições assentado é uma coisa e acampado é outra... se virô assentado acabou os problema... se fica descansado**... depois que **você ganha a terra também aí vem mais dificuldade**... a dificuldade é recurso **se sai debaixo de uma lona sem recurso** pra cima de um pedaço de terra... e pior ainda que **os recursos demoram muito a vim**... e quando vem a condição daquele recurso a gente já tá bem **cansado pra continuá a batalha... mais desistir jamais**..... **o Incra impede você de saí pra trabalhar... mas você sai**... você não tem como sobrevivê... se tem que saí pra trabalhá pra pode mantê a família dentro de casa. (A3)

Observamos a recorrência de formas do campo do sofrimento: “sofria”, “sofre” e “sofrido”, o que colabora com a representação que o assentado faz dele e dos outros sem-terra, já que não tinham recursos, viviam debaixo de lona, configurando também o discurso da vitimização.

No trecho: “nessas condições assentado é uma coisa e de acampado é outra”, o sujeito tenta separar as duas condições, fazendo-nos entender que, ao tornar-se assentado, a sua vida melhorou: “você assentado acabou os problema”, “você fica descansado”. O assentado relata que, ao passar da condição de sem-terra para assentado, ele alcançou tranquilidade e estabilidade. O adjetivo “descansado” traz o efeito de sentido de objetivo conquistado, da conquista da terra.

Nas afirmações: “você ganha a terra também aí vem mais dificuldade”, “você sai debaixo de uma lona sem recurso”, “os recursos demoram a vim” e “cansado pra continua a batalha”, ele descreve situações que divergem de seus dizeres anteriores, nos quais afirma que o assentado não sofre e tem descanso quando alcança as terras.

Notamos que A3 tenta convencer que a vida de assentado lhe conferiu estabilidade, mas há uma falha nos seus dizeres, já que acaba reclamando da demora do envio dos recursos pelo Incra, da falta de vontade de continuar batalhando por condições melhores de vida e de não poder trabalhar fora do assentamento, desconstruindo a ideia de estabilidade e descanso. Mesmo diante dessas insatisfações, ele diz “mais desistir jamais”, evocando vozes do senso comum. O advérbio “jamais” intensifica a sua luta para permanecer no acampamento, mesmo sabendo que a mudança da identidade de sem-terra para assentado não lhe confere descanso.

Nos dizeres “o Incra impede você de saí pra trabalhar”, “mas você sai”, o assentado põe-se em cena como alguém que resiste à ordem superior, já que para manter-se assentado,

precisa viver da renda da sua propriedade rural. Ao não aceitar a imposição e tornar-se sujeito de uma contraconduta, o sujeito busca o seu sustento fora do assentamento, mantendo com o Incra uma relação de resistência. Segundo Foucault (2007b), a resistência pode ser estabelecida por métodos e técnicas diferentes, que variam de acordo com a época; esses métodos e técnicas são as condutas diárias, os enfrentamentos e as estratégias que os grupos sociais revelam no decorrer da sua luta.

Retomamos os dizeres do sujeito A5, quando trata dos representantes do Incra:

R 10: O benefício do INCRA né... já ajudô demais... **não tem mais necessidade**...você já pode plantá... com esses recursos... **então você já fazia uma coisa para o seu futuro** né... **futuro seu e dos seus filhos** né depois veio energia graças a deus... aí tudo melhorô... NOSSA foi uma benção né... ter a sua casinha fechada não é mais em barraque... porque é um sofrimento... energia tudo já tinha água... você podia comprá as coisas... tê as coisinhas melhor... então cada dia graças a Deus melhorô né... e até hoje as coisa uma benção... a casa muito muito boa graças a Deus... então tamo feliz.. **só que a gente ainda sofri... e tem que corrê atrás.** (A5)

Esse sujeito inicia valorizando os recursos que o Incra destinou ao trabalho rural. Observamos que esses benefícios trouxeram os subsídios necessários para o assentado, promovendo a oportunidade de pensar no futuro da sua família e nas conquistas que pode alcançar, o que é observado em: “então você já fazia uma coisa para o seu futuro”, “futuro seu e dos seu filhos”, configurando o discurso familiar e patriarcal e enfatizando a importância de deixar subsídios financeiros para a perpetuação da família.

Segundo Martins (2003), o acampamento sem-terra pode ser definido como algo provisório, já que nele as pessoas estão vivendo um processo de dessocialização, no qual perdem a sua referência e os seus valores pessoais, consideradas as situações inusitadas que enfrentam. Para corroborar a ideia de “aparência concreta do provisório”, o acampamento não disponibiliza alguns requisitos básicos para sobrevivência humana, como água e energia. Diante da falta desses recursos, os moradores também perdem o direito de socialização, o que pode colocá-los à margem da sociedade.

Depois de mostrar-se satisfeito diante das contribuições do Incra e afirmar que não passa mais necessidades como assentado, ele deixa escapar “só que a gente ainda sofri”, o que nos faz entender que não está tão satisfeito como relatou no início do seu discurso. Isso se acentua no trecho “e tem que corrê atrás”, evidenciando um sujeito autônomo e dotado de

saber, inscrevendo seu dizer na formação discursiva trabalhista. Essa conduta do sujeito pode configurar-se como uma resistência ao poder do Incra. Assim, entendemos que a busca de subsídios fora do assentamento pode girar em torno da busca da sua identidade, exercendo uma forma de poder diante da vida cotidiana (FOUCAULT, 2007b).

3.2 Representações do outro (sociedade)

Iniciamos esse eixo com os dizeres do sujeito A3, apresentado no recorte (08). Cabe esclarecer que todos os excertos deste item correspondem à voz do assentado sobre a sociedade:

R 11: A sociedade hoje ela vê a gente com muito respeito... diferente de antigamente...a gente não tinha respeito... eles num respeitava a gente... assim chamava a gente de sem-terra... que a gente era vagabundo que a gente tinha que trabalhá... hoje não hoje a gente tem mais dignidade... tem preconceito... porque às vezes se tá num lugar se divertino num campo de futebol se começa a brincar e as pessoas começa te chamá de sem-terra né. [...] e hoje a gente tem o respeito tem dignidade a gente tem cabeça erguida... de falá... hoje eu não sou um sem terra... hoje eu sou um com terra... eu tenho a minha terra eu trabalho nela eu faço parte da sociedade... que todas as pessoas todas mesmo acha que sem terra é assim bandulero... que só gosta de destruí as coisas... de bagunça... de fazer as coisas erradas... você tano no seu lote no seu sítio na sua casa... você já tem mais respeito... a gente tem dignidade... é igualdade... (A3)

Nos dizeres: “a sociedade hoje ela vê a gente com muito respeito” e “diferente de antigamente”, há a presença do antes e do depois. Para esclarecer o seu presente como assentado e afirmar que conseguiu ser aceito, retoma o seu passado. Fiorin (2005) afirma que, ao retomar o passado, o sujeito passa pela ilusão enunciativa da naturalidade dos tempos do dizer e do dito.

O sujeito A3 traz os dizeres da sociedade e o discurso do senso comum: “chamava a gente de sem-terra” e “achava que a gente era vagabundo que a gente tinha que trabalhá”, para caracterizar a exclusão vivenciada. Segundo Bauman (1998), determinados sujeitos são conduzidos ao afastamento e marginalizados por viverem dentro de um grupo não aceito pela maioria.

A designação de sem-terra traz o efeito de sentido depreciativo não só para o próprio sem-terra, mas para a sociedade, pois muitos acreditam que a sua conduta é representada pela destruição ou apoderação de algo que não é seu. No início do recorte, ao desqualificar a

condição de sem-terra e afirmar que, como assentado, ele tem mais “dignidade”, acaba indo contra o próprio MST, cuja valorização é, segundo Chaves (2000), observada exatamente pela unificação, pela busca de legitimidade social e por uma política de inclusão.

Ainda para afirmar o distanciamento da sua ex-condição e enfatizar que hoje é assentado, profere: “hoje eu não sou um sem-terra” e “hoje eu sou um com terra”. Ao usar a preposição “com”, em lugar de “sem”, o sujeito parece querer eliminar seu passado e apagar, da memória discursiva, o MST. Além disso, o uso de “com” traz o efeito de sentido de objetivo alcançado, o que, de certa forma, concorre para o sentido de pertencimento a uma classe social, de inclusão do sujeito na sociedade. Já a preposição “sem”, segundo Neves (2000, p. 729), “indica privação ou ausência”, e, no caso, a condição de falta e afastamento social. Nos dizeres: “faço parte da sociedade”, ele confirma novamente que o ganho da terra lhe conferiu aceitação social.

Observamos que A3 também apresenta uma visão cristalizada e negativa dos sem-terra como seres marginalizados: “todas as pessoas todas mesmo acha que sem-terra é assim bandulero”, que só gosta de destruí as coisas”, “de bagunça”, “de fazer as coisas erradas”, aludindo à formação discursiva da exclusão.

Na recorrência do pronome “a gente”, A3 coloca todos os assentados na mesma condição social, o que, para Coracini (2007) traz o sentimento de identidade, que os une para formar um determinado grupo social, concedendo ao sujeito a ilusão da totalidade, da unificação, e fazendo que ele se veja e se transforme pelo olhar do outro. Assim, a “nova” condição de “com terra” e, por extensão, “com moradia” produz um efeito de identificação pessoal (reforçada pelo deslocamento de “a gente”, “nós”, para “eu”), de delimitação do novo lugar do sujeito no contexto social e de certa desidentificação com um grupo.

Outro deslocamento significativo ocorre quando há o jogo entre “você” e “a gente”: “você tano no seu lote no seu sítio na sua casa”, “você já tem mais respeito”, “a gente tem dignidade” e “é igualdade” trazem o efeito de sentido de conquista e de reconhecimento. É como se o “ter” apagasse a luta pela posse de terra, pois, como afirma Chaves (2000), a identidade do sem-terra é forjada no curso da luta, realizada fundamentalmente por meio das mais diversas mobilizações promovidas pelo MST. Neste caso, conquistada a terra, o sujeito (des)identifica-se com o Movimento.

Retomamos os dizeres da assentada A4, apresentada no recorte (04):

R 12: Atualmente **hoje** as coisa melhorô um poco... tem éh::: **abri crédito nas lojas** eh::: **faze compra e financiamento...** **hoje** as coisa melhorô... deixa eu vê então... também **hoje** eu tenho água potável... **hoje** tá mil maravilhas. Quando a gente tava mesmo no barraco de lona... **a sociedade muitas vezes fica com pé atrás com a gente... não deixa a gente participar de nada.. mas eu também não quero participar....** eles fica **pensano que somos favelado...** a gente não é muito aceito na sociedade... **eles parece que têm medo de falá que a gente foi sem-terra...** (A4)

Pelos dizeres: “abri crédito nas lojas” e “fazê compra e financiamento”, notamos que, para A4, sentir-se inclusa é um sentido/sentimento inscrito na formação discursiva capitalista. Segundo Bauman (1998), a sedução desse mercado consumidor acomete o sujeito, fazendo dele um refém dos seus produtos e moldando as suas vontades. Assim, ao poder comprar e usufruir de produtos oferecidos pelo comércio, A4 sente-se incluída socialmente.

A recorrência do operador temporal “hoje” parece querer “cobrir”, “tapar”, o antes, quando a assentada vivia no barraco de lona passando por privações pessoais e financeiras, num jogo de circunstâncias que condicionam o tempo, como por exemplo, as relações de concomitância e não concomitância (FIORIN, 2005).

Em “a sociedade muitas vezes fica com pé atrás com a gente” e “não deixar participar de nada”, deparamos com efeitos de sentido de exclusão social e com a pretensa resistência do sujeito, em “mas eu também não quero participar”. Essa conduta, segundo Bauman (1998), faz com o que o rejeitado não aceite a sua rejeição e, portanto, ele tende a rejeitar quem o rejeita.

No trecho “pensano que somos favelado”, a assentada afirma que a sociedade a vê como marginalizada, porém, ao usar o nome “favelado”, mostra também sua auto imagem de excluída em face das pessoas que moram em comunidades. Ao proferi-lo, desqualifica a si e ao outro (moradores das favelas): esquivava-se da identidade de assentada e deixa escapar o seu preconceito diante dos moradores de comunidades. E nos dizeres: “eles parece que tem medo de falá que a gente foi sem-terra” observamos novamente o distanciamento e a exclusão, o que confirma a nossa hipótese: mesmo deixando a condição de sem-terra, A4 cristalizou, na sua identidade, toda a exclusão vivida no assentamento e a transferiu para a sua condição de assentada, já que não se vê aceita ao revelar que é ex-sem-terra.

O enunciado a seguir menciona os dizeres de A5, identificado no recorte (05):

R 13: Oh::: mudô mudô no sentido de que quando se tem quando você é acampado... o pessoal chama de vagabundo... **quando passa assim perto do barracão te chama**

de vagabundo... porque a gente tá do outro lado... eles passa e fala: “Você qué tomá terra do fazendeiro?”... fala um monte de coisa... a gente fica num mesmo com a sociedade não querendo... e quem sabe tudo passa... o tempo todo a gente ouvi xingamento... em qualquer lugar... só que tem gente que não aguenta. (A5)

Nos dizeres: “quando passa assim perto do barracão te chama de vagabundo” e “porque a gente tá do outro lado”, observamos o desconforto da sociedade diante da presença dos acampamentos sem-terra à beira das rodovias e a formação discursiva da exclusão. O uso de “te”: ao usar o pronome de segunda pessoa, inscreve o interlocutor no discurso, como a pretender ganhar sua adesão. Esse sujeito se vê excluído porque acredita estar do lado oposto da sociedade, o que traz o efeito de sentido de distanciamento, tornando-os uma categoria à parte, diferente daqueles que têm moradia, uma vida social e os subsídios necessários para a sua sobrevivência. Entendemos, segundo Bhabha (1998), que, mesmo o sujeito se enquadrando numa posição social privilegiada, ele considera o outro que pertence a uma classe social diferente como seu adversário e, por isso, não deixa de pressioná-lo.

O trecho “Você qué tomá terra do fazendeiro?”, com marca da heterogeneidade mostrada de Authier-Revuz (1990), põe, na voz do outro, do oponente, o discurso do latifundiário, em que o sem-terra é representado como transgressor do direito de propriedade. Emerge também o discurso do senso comum, segundo o qual os sem-terra permanecem nos acampamentos com o propósito de “roubar” as terras, razão por que são representados pela sociedade como “vagabundos”, “ladrões”, “invasores” e “aproveitadores”.

Na fala: “a gente fica mesmo a sociedade não querendo”, A5 representa seu poder de resistência. Devemos entender o poder não como fonte de dominação, que provém de uma única fonte, pois ele se manifesta num jogo diário de lutas e afrontamentos, inscrito em aparelhos estatais, na formulação das leis e nas hegemonias sociais. (FOUCAULT, 1988). É o discurso da resistência diante do poder social. Foucault (2007b) afirma que o sujeito faz uso das formas de poder como ponto de partida para que o indivíduo consiga marcar a sua identidade.

Em “quem sabe tudo passa”, emana o discurso da esperança e da busca da aceitação. Nos trechos: “o tempo todo a gente ouve xingamento” e “em qualquer lugar”, o sujeito admite que, mesmo já assentado, ele vai continuar a ser, para o outro, um sem-terra, corroborando o efeito de sentido de exclusão, já que o assentado afirma que em qualquer lugar é acometido por humilhações.

Ao preferir: “só que tem gente que não aguenta”, entendemos que o sujeito assentado possa ter presenciado a atitude agressiva de algum companheiro, diante de alguma situação de exclusão. De acordo com Bauman (1999), a pessoa rejeitada pode recorrer aos únicos meios que estão a sua disposição e neles pode encontrar para se defender alguma forma de violência. Segundo Martins (2010), nos acampamentos sem-terra a violência é representada não somente por agressões físicas, mas também por palavras de ofensa e exclusão.

Mencionamos os dizeres do sujeito A6, de 44 anos, que mora no assentamento há seis anos e permaneceu como sem-terra durante três anos:

R 14: Aí um pouco é **discriminado** sim... porque as pessoas tenta exclui as pessoas... **porque é um acampado ou já foi um sem-terra...** e eu acho que não é por aí... tem gente que discrimina o outro sim... você pode passá em qualquer lugar nem todas as pessoas são igual...**você sabe que a gente é discriminado?**.... Eles fala “**Ah::: esse assentado aí esse ...** é verdade a gente é **discriminado...** as vezes eu **chego na alta sociedade...** chego onde tem um monte de gente... repartição **só porque eu fui acampado...** aí a pessoas exclui você daquela sociedade.. daquelas pessoas... então eu acho que não deve isso ai... é discriminação dessa pessoa. (A6)

Nos dizeres: “porque é um acampado ou já foi um sem-terra”, A6 afirma que a mudança de condição de sem-terra para assentado não muda a representação que a sociedade realiza diante da sua imagem. Para corroborar a afirmação de que a sua presença causa reprovação social, ele profere: “Ah::: esse assentado aí esse (...)”, trazendo, de forma marcada, segundo Authier-Revuz (1990), a influência do outro no discurso. Observamos que o adjetivo “discriminado” é retomado com uma certa regularidade por A6, o que nos faz entender que seu dizer é perpassado pelo discurso de vitimização e por um tom de desabafo nos seus dizeres. Para trazer veracidade a sua posição de excluído, ele faz um questionamento: “Você sabe que a gente é discriminado?”, direcionado ao pesquisador, no intuito de configurar como o outro o vê e emitindo a formação discursiva da exclusão.

Nos dizeres “eu chego na alta sociedade”, apresenta o distanciamento do assentado do topo da pirâmide social e sua condição de excluído da “alta” sociedade. Notamos ainda essa exclusão quando ele profere: “só porque eu fui acampado”, em que o marcador enunciativo “só” elimina todas as possibilidades de inclusão social. De acordo com Bhabha (1998), a discriminação se manifesta por uma estratégia de recusa (eles não estão dentro de uma cultura de aceitação), chamada pelo autor como “cultura-mãe”, por isso são vistos como “bastardos” e excluídos por uma grande maioria.

Retomamos os dizeres da assentada A1, identificada no recorte 01:

R 15: Agora mudou bastante coisa né... **todo mundo aceita a gente.. porque a gente já tem sítio que isso é uma conquista... aquelas discriminações que tinha já não tem mais** né... ih::: logo quando você entra tipo até uns dois anos três anos é sofrimento ainda... porque você num praticamente não tem nada... e fica aguardando só os recursos que o Incra manda... você sofre bastante porque você não pode trabalha fora... **você não pode trabalhá registrado... mais você vai trabalha escondido... ninguém de nós falava que você vai trabalhá... e penso que as vezes o Incra finge que não sabe... hoje quase todo mundo aceita a gente.** (A1)

Os dizeres “todo mundo aceita a gente” e “porque a gente já tem sítio que isso é uma conquista”, significam que a assentada, ao deixar o acampamento e tornar-se assentada, imagina receber uma representação positiva da sociedade, pois, com a nova condição, não é mais vista como alguém que ocupe um espaço que não é seu. Para afirmar ainda que, além da conquista do sítio, conquistou lugar na sociedade, A1 profere: “aquelas discriminações que tinha já não tem mais”, comparando assim o seu passado de sem-terra ao seu presente como assentada.

Os advérbios de tempo “agora” e “hoje” põem em confronto o passado e o presente. Segundo Coracini (2007), retomamos a memória para alcançar a completude, a fim de controlar a si e ao outro, trazendo um conjunto de marcas que não se apagam. A1 transita entre o passado e o presente para confirmar a sua conquista da terra, relatando que não sofre mais exclusão e descrevendo os seus primeiros anos como assentada.

Ao admitir “você não pode trabalhá registrado”, “mais você trabalha escondido”, A1 afronta o Estado e resiste às imposições do Incra, que destina as terras improdutivas àqueles que não trabalham fora do assentamento. Podemos então evocar o conceito de disciplinarização de Foucault (2007a): o autor não enxerga os indivíduos como seres passivos a todas as determinações de poder que são impostas. Mesmo sabendo que o trabalho fora do assentamento não é permitido pelo Incra, a assentada não aceita ficar apenas com o trabalho no assentamento, o que talvez se justifique pelo fato de os recursos do Incra demorarem a chegar e de o trabalho rural não ser suficiente para o sustento da sua família. Daí o trabalho com registro, afluindo a formação discursiva trabalhista.

Pelos dizeres “ninguém de nós falava que você vai trabalhá”, A1 põe à mostra um acordo entre os assentados que trabalham fora do assentamento, situação que traz um efeito de sentido de cumplicidade. Já no dizer “penso que às vezes o Incra finge que não sabe”, a assentada sabe que o seu trabalho fora do assentamento não é apenas percebido pelos

assentados, mas também pelos representantes do Incra, fazendo-nos acreditar que possa haver uma camaradagem entre as partes (assentados e representantes do Incra).

No trecho: “hoje quase todo mundo aceita a gente”, A1 desconstrói a sua afirmação inicial: “todo mundo aceita a gente”, pois o advérbio “quase” deixa escapar que algumas pessoas ainda não a incluem socialmente. Observamos a presença do lapso a que se refere Authier-Revuz (1990), ao citar o pensamento freudiano, retratando que o sujeito vive dentro de uma condição ilusória necessária, em que identificamos momentos de contradições trazidas pelo Outro.

Trouxemos os dizeres da assentada A2, apresentada no recorte 02:

R 16: Ave como **hoje** a sociedade olha pra gente **com um olhar diferente... antes não.... tipo é::: com um olhar tipo assim você venceu uma batalha... você luto... você é batalhadora... hoje vê a gente assim como uma pessoa boa... igual a todo mundo... tem alguns poucos te convidam pras festinhas** que tem... coisa que antes não fazia por você ser sem terra... alguns vão até na sua casa... compra as suas coisas... **hoje eles quereno ou não a gente é humano... não é mais sem-terra.** (A2)

Ao explanar o olhar que a sociedade emite sobre ela, a assentada diz que é aceita, pois, depois que se tornou assentada, passou a receber “um olhar diferente”, o que traz um efeito de sentido de aprovação social.

Para enaltecer a sua mudança de condição de sem-terra para assentada, ela afirma que todas as pessoas a enxergam com admiração e respeito: “venceu uma batalha”, “você luto”, “você é batalhadora”, “pessoa boa”. Por meio desses qualificativos, a assentada atribui a si uma representação positiva atual, o que lhe concede um lugar na sociedade. Lugar que acredita haver conquistado por ter conseguido a posse das terras. O trecho “igual a todo mundo” também confirma que ela acredita na sua inclusão.

Depois de afirmar que todos a admiram pelo lugar que ocupa como assentada, ela comete um lapso: “tem alguns poucos que te convidam para festinha”, os pronomes indefinidos “alguns” e “poucos” mostram o distanciamento social e relatam a contradição na fala da A2, que nos dizeres anteriores afirmou que a condição de assentada lhe trouxe conquistas e aceitação. Segundo Authier-Revuz (1990), o lapso se revela pelo fato de o sujeito não possuir uma identidade homogênea, já que é constituído por uma estrutura complexa, conduzida pela descentralização.

Nos dizeres “hoje eles quereno ou não a gente é humano” e “não é mais sem-terra”, relata a resistência da assentada diante da sua ex-condição de sem-terra. Essa conduta vai contra os ideais do movimento MST, pois segundo Caldart (2004), é a união entre os militantes sem-terra que faz do MST um movimento expressivo, em cuja força seus participantes acreditam e, conscientes da sua participação, primam pela união entre os sem-terra e pela defesa do movimento diante daqueles que não têm conhecimento do seu objetivo. Entendemos que a assentada não representa o movimento de forma positiva, já que acredita que a identidade de sem-terra a diminui como pessoa, trazendo assim resistência diante do poder do MST. Segundo Foucault (2007b), as relações de poder se estabelecem abrindo possibilidade para a resistência, e, por haver essa possibilidade real, o poder do dominador tenta manter-se com mais força, a fim de conter essa resistência, que se expande da mesma forma que o poder.

Encerramos com dizeres da assentada A7, já identificada no recorte 06:

R 17: Olha não tem jeito... foi sem terra... vai ser sem-terra sempre... então eu me vejo aceita por mim... e pela minha família... e já tá bom... sabe moça o povo fala coisa sem sabê... **mas eu não ligo...** só sei que eu trabalho muito... não tenho hora não... a sociedade não sabe de mim... tem gente que acha que a gente só aproveita do que é dos outros... mais eu sei que não é verdade... **por isso pode falá mal ... sei lá eu acho que eu até queira ser aceita...** mas deixa pra lá... **deixa eles lá e eu aqui...** pode falá mal.... (A7)

Nos dizeres: “olha não tem jeito”, “foi sem-terra”, “vai ser sem-terra sempre”, observamos que A7 se manifesta pela formação discursiva da exclusão, pois, mesmo mudando de condição, acredita que não vá ser vista e aceita como assentada. Observamos que a assentada encontra-se no entre-lugar, que, para Bhabha (1998), não pode ser definido como fragmentado, já que o sujeito não é considerado “estático” dentro do mundo a que pertence, pois ele é designado como um elemento cultural que surge do embate da tradição com a contemporaneidade.

Mesmo afirmando que a sociedade tem uma imagem cristalizada a seu respeito, se apodera do discurso de autoafirmação: ao afirmar “então eu me vejo aceita por mim”, “e pela minha família”. Entendemos que ela tenta se proteger da exclusão proferindo: “mas eu não ligo”, “por isso pode falar mal”. Mesmo mostrando resistência e revolta diante da representação negativa da sociedade, afirmando que só se importa com a sua própria aceitação social e da sua família, A7 assume seu desejo, inscrito na contradição: “sei lá eu acho que eu

até queria ser aceito”. Assim com Coracini (2007), entendemos que é pelo olhar do outro que o sujeito se representa e essa representação é externada pela linguagem.

A assentada ainda tenta manter um distanciamento entre si e a sociedade, ao dizer “deixa eles lá e eu aqui”, os dêiticos “lá e aqui” após o verbo produzem o efeito de sentido de afastamento e de rejeição durante a sua luta pelas terras, emitindo a formação discursiva da exclusão.

Ao observar a maioria dos recortes notamos que o discurso da família, da vitimização, da conquista e da resistência são recorrentes nos dizeres dos assentados, salientando que eles resistem ao poder que os cercam, pois trabalham fora do acampamento sem registro e também rejeitam aqueles que não aceitam as suas condutas sociais, apresentando assim resistência diante do poder do Incra e do MST. Notamos também as formações discursivas: religiosa, em que os assentados se apoiam para alcançarem a posse das terras; a trabalhista, para manifestar a luta constante pelo assentamento; e da exclusão, reconhecendo que a exclusão é marca da identidade de quem luta pela terra, seja como sem-terra ou assentado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi interpretar representações construídas pelos assentados do Assentamento Celso Furtado sobre alguns temas referentes ao assentamento, como: trabalho, relação com os representantes do Incra com a sociedade, visão do Movimento Sem-Terra e, assim, contribuir para os estudos sobre identidade desse grupo social. Para tanto, buscamos: problematizar as representações que o assentado faz de si e de quando era sem-terra; discutir a representação que o assentado faz da sociedade; analisar relações de poder e resistência que são vivenciadas dentro ou fora do acampamento.

Para elaborar a nossa hipótese, partimos do pressuposto de que social e economicamente a sociedade contemporânea exclui aqueles que pertencem a algum grupo e que resistem à hegemonia. Assim, supomos que, no decorrer da luta pela posse de terra, as representações atribuídas a eles, na maioria das vezes são negativas: sendo rotulados como invasores de terras e oportunistas. Confirmamos a nossa hipótese, já que os assentados relatam as representações negativas construídas ao longo da luta pelas terras, tendo em vista que a maioria desses sujeitos traz, em seus discursos, marcas de exclusão. Além disso, o próprio assentado também rejeita a sua condição anterior (sem-terra) e até mesmo o MST, para tentar libertar-se dessa representação que ele acredita que a sociedade elabora dele.

Para organizar as análises, dividimos os recortes em dois eixos. No primeiro, “Representações de si e do outro”, analisamos excertos que apontam a representação do entrevistado diante da sua ex-condição de sem-terra e da condição atual, por meio da heterogeneidade constitutiva e da temporalização. Observamos que a representação do passado (sem-terra) foi transferida para a sua identidade de assentado, o que colabora com o sentimento de exclusão. No segundo eixo, “Representações do outro”, o foco é a representação que o assentado faz da imagem que a sociedade realiza dele. Também se focalizam relações de poder e relações de resistência, sempre associadas às imposições dos representantes do Incra, às ideologias do MST e à exclusão vivida dentro dos acampamentos sem-terra. Nesse eixo, reunimos dizeres em que, além de relatar condições sub-humanas a que, como sem-terra, se submetiam, os assentados representam-se como vítimas de humilhações pela sociedade e de discriminação. Cabe ressaltar que a exclusão é observada mesmo com a mudança de sem-terra para assentado.

Nos dizeres de A1, A2, A3 e A4, observamos necessidade de relatar a falta de subsídios dentro dos acampamentos: falta de água, de luz elétrica, de lugar adequado para

dormir. Além de apresentarem essas condições indignas de sobrevivência, eles falam sobre as ofensas e as humilhações às quais foram submetidos quando eram sem-terra.

No tocante à mudança de condição de sem-terra para assentado, observamos que os sujeitos A2, A3 e A4 relatam que a concessão de terras trouxe a eles alguns benefícios, como endereço fixo e melhor estrutura financeira, o que resulta no resgate da sua dignidade. Em um lapso, A2 desconstrói a ideia de que a vida no assentamento lhe trouxe benefícios. Os sujeitos A6 e A7 discordam de A2, A3 e A4, pois assumem que, mesmo com o repasse da terra, ainda sofrem privações e exclusão.

No que se refere à identidade de assentado, observamos que A2, A3, A4 e A5 se apoderam do discurso da autodefesa para afirmar que merecem ser aceitos pela sociedade, recorrendo a vários qualificativos para exaltar a sua condição de assentado, o que pode ser uma tentativa de esquivar-se do preconceito e procurar inserção social.

Notamos, nas falas de A1, A2, A3, A4, A5 e A7, que, mesmo diante de algumas conquistas, eles se sentem excluídos socialmente, sobretudo quando são referidos pelo outro como “sem-terra”. Diante disso, eles apresentam nos seus dizeres um sentimento de revolta e de condenação do seu passado de sem-terra. Observamos então que o desejo de defesa é retratado por meio de qualificativos, que descrevem a luta diária desses sujeitos para manter a sua família e alcançar aceitação social.

Salientamos os discursos da vitimização, da família, da conquista e da resistência, recorrentes nos dizeres dos assentados, evidenciando que esses sujeitos não estão imunes ao poder que os cerca, pois apostam em empregos sem registro e também rejeitam aqueles que não os aceitam, apresentando assim resistência diante do poder do Incra e ao próprio MST. Além disso, notamos as formações discursivas: religiosa, em que os assentados se apoiam para alcançarem a posse das terras; a trabalhista, para manifestar a luta constante pelo assentamento; e da exclusão, reconhecendo que a exclusão é marca da identidade de quem luta pela terra, seja como sem-terra ou assentado.

Esperamos que os resultados desta pesquisa contribuam de alguma forma para o reconhecimento desses sujeitos como participantes do tecido social, o que concorreria para a desmistificação da imagem do sem-terra explorador, aproveitador e depredador. Além disso, acreditamos que pesquisas voltadas para cidadãos que têm a sua identidade moldada por uma sociedade discriminatória possam ganhar voz e conquistar o seu lugar social. Ressaltamos que o fato de alguns sujeitos manifestarem os seus discursos pode contribuir não só com as pesquisas acadêmicas, mas com o reconhecimento social e com o encorajamento de outros a expor suas ideologias.

Enfim, registramos aqui nosso olhar discursivo, porém outras possibilidades de interpretação são plausíveis em variadas abordagens. Acreditamos que a interpretação não se esgota no texto, mas foca no leitor, nos sentidos e nos efeitos, o que possibilita outras contribuições, a partir de novos olhares.

REFERÊNCIAS

- ARENDETT, Hannah. *A condição humana*. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Forense Universitária, 2010.
- AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade (s) enunciativa (s). Trad. Celene Cruz e W, Geraldi. *Cadernos de estudos linguísticos*, n. 19. Campinas: Ed. UNICAMP, 1990, p. 25-42.
- _____. *Palavras incertas: as não-coincidências do dizer*. Trad. Cláudia R. C. Pfeiffer et. al, Campinas-SP. Editora da UNICAMP, 1998.
- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- BARONAS, Roberto Leiser (org). *Análise do discurso: apontamento para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. São Carlos: Pedro e João Editores, 2007.
- BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Trad. Mauro Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- _____. *Globalização: as consequências urbanas*. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- BHABHA, Homi. K. *O local da cultura*. Trad. Myriam Ávila et al. Belo Horizonte. UFMG, 1998.
- BITTENCOURT, E. de M. *Vítima*. São Paulo: Universitária de Direito, 1978.
- BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Subjetividade, representação e sentido*. In:_____. *Subjetividade, argumentação e polifonia*. A propaganda da Petrobras. São Paulo: UNESP, 1998.
- CALDART, Roseli Salette. *Pedagogia do movimento sem-terra*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- CARDOSO, Silvia Helena Barbi. *Discurso e ensino*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. Trad. Klass Brandini Gerhard. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- CHAVES, Christiane de Alencar. *A marcha nacional dos sem-terra: um estudo sobre a fabricação social*. Rio de Janeiro: Relume Duma, 2000.
- CORACINI, Maria José Rodrigues Faria. A análise do discurso na linguística aplicada. In: CASTRO, S. T. R. de (Org). *Pesquisa em linguística aplicada: novas contribuições*. Taubaté: Cabral Universitária, 2003a, p. 16-31.
- _____, Maria José Rodrigues Faria. *Identidade e discurso: (des)construindo subjetividades*. Campinas: Unicamp, 2003b.
- _____. *A celebração do outro: arquivo, memória e identidade: línguas (materna e estrangeira), plurilinguismo e tradução*. Campinas: Mercado das Letras, 2007.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- FIORIN, José Luiz. *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*. 2. ed. São Paulo: Ática, 2005.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

- _____. *O sujeito e o poder*. In: DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. Michel Foucault, uma trajetória filosófica (para além do estruturalismo e da hermenêutica). Trad. Vera Portocarrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231-249.
- _____. Poder e saber. Entrevista gravada em Paris, em 13 de outubro de 1977. In: MOTTA, M. B. (Org). *Michel Foucault: estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p. 223-240. (Ditos e escritos).
- _____. *As palavras e as coisas*. Trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2007a.
- _____. *Microfísica do poder*. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2007b.
- _____. *Arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008a.
- _____. *Segurança, território, população* (curso ministrado no Collège de France – 1977 - 1978). Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.
- FONSECA, M. *Michel Foucault e a constituição do sujeito*. São Paulo: EDUC, 2003.
- GIDDENS, Antony. *Modernidade e identidade*. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
- GORE, Jeniffer. M. *Foucault e educação: fascinantes desafios*. SILVA, Tadeu T. da Silva. *O sujeito da educação*. Petrópolis: Vozes, 1994. Estudos Foucaultianos.
- GREGOLIN, Maria do Rosário. *Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos e & duelos*. São Paulo: Claraluz, 2006.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- JODELET, Denise. Os processos psicossociais da exclusão. In: SAWAIA, Bader (org). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 53-66.
- LYONS, John. *Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Anáfora indireta: o barco textual e suas âncoras. In: KOCH, I. V.; MORATO, E. M.; BENTES, A. C. (orgs). *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 53-102.
- MARTINS, José de Souza. *O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária*. Porto Alegre: UFRGS, 2003.
- _____. *O cativo da terra*. São Paulo: Contexto, 2010.
- MASCIA, Márcia A. A. *Investigações discursivas na pós-modernidade*. Campinas: Mercado de Letras, FAPESP, 2003.
- NAVARRO, Pedro (org). *Estudos do texto e do discurso: mapeando conceitos e métodos*. São Carlos: Claraluz, 2006.
- NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999.
- _____. *As formas de silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas: Unicamp, 2007.

- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso*. Uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Pontes, 1988.
- _____. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 1990.
- _____. A análise de discurso: três épocas (1983). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Traduzido por Jonas de A. Romualdo. Campinas: Unicamp, 1997, p. 311-319.
- POSSENTI, Sírio. Sobre dois conceitos de Foucault. *Revista do GEL*, São José do Rio Preto, v.4, n.2, 2007, p.11-22.
- PRETI, Dino. *Interação na fala da escrita*. São Paulo: Humanitas/FELCH/USP, 2002. p. 15 e 16.
- REVEL, J. *Michel Foucault: conceitos essenciais*. Tradução de Carlos Piovezani Filho e Nilton Milanez. São Carlos: Claraluz, 2005.
- ROCHA, D.; DAHER, M. D. C.; SANT'ANNA. A entrevista em situação de pesquisa acadêmica: reflexões numa perspectiva discursiva. *Polifonia*. Cuiabá: EDUFMT, 2004, p. 161-180.
- RODRIGUES, Marlon Leal. *Introdução ao estudo da ideologia que sustenta o MST*. Três Lagoas-MS: UFMS, 2001. (Dissertação).
- _____. *Análise do discurso na graduação: teoria & prática*. Dourados-MS: Nicanor Coelho Editor, 2011.
- SARGENTINI, Vanice; GREGOLIN, Maria do Rosário (org). *Análise do discurso: heranças, métodos e objetivos*. São Carlos: Claraluz, 2008.
- SAWAIA, Bader. Uma ideologia separatista? In: _____. *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 119-127.
- VEIGA-NETO, A. *Foucault e a educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- WALTY, Ivete Lara Camargos. *Corpus rasurado: exclusão e resistência à narrativa urbana*. Belo Horizonte. Autêntica, 2005.
- WANDERLEY, Mariangela Belfiore. Refletindo sobre a noção de exclusão. In: SAWAIA, Bader (org). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 16-26.

ANEXO I

TRANSCRIÇÕES DAS ENTREVISTAS

Assentada: A1

Data da gravação: 15/06/2103

P1: Quanto tempo o senhora está no assentamento Celso Furtado?

Vixi... nem sei... quantos anos marido? Já sei... tó aqui há seis anos... isso... seis anos.

P2: Possui alguma atividade profissional fora do assentamento?

Claro... como vivo só com isso.... tenho que cozinhá e limpá pra fora.

P 3: Possui algum documento que o designa assentada?

Tenho sim... aqui todo mundo tem... se não não pode fica aqui né.

P4: Você pode discorrer sobre o teor do documento?

Ele fala que nós num pode vende as terras... né.

P5: Como o senhora se via na condição de sem terra?

Quando a gente era sem-terra era sim complicado... porque você tinha que morá num barraco de lona né... num tinha um banheiro... você tinha que cavá um buraco rodeado de lona pra fazê as necessidades... você vivia uma vida precária por ajuda de outras pessoas... porque você tava lá e não podia trabalhá... a assistência que eles davam pra gente era muito pouca né... você num podia sair pra trabalhá... nem o homem nem a mulher... então você tinha que ficá ali né... pra constá que você morava ali... pra podê consegui né um pedaço de terra[...] A gente passava assim as vezes humilhação... que às vezes as pessoas passavam na beira da pista xingava a gente... dizia que a gente era baderneiro né/ falava... “Vai trabalhá bocado de vagabundo seu sem-terra”... aí era humilhante... mais como a gente queria um pedaço de terra né... a gente si submetia a tudo a isso... que passava dias e dias sai hoje sai amanhã... graças a Deus que até um dia deu certo saiu e a gente conseguiu.

P6: Como o senhora se vê na condição de assentada?

Sabe ser assentada é a melhor coisa... a gente tem um lugar nosso né... todo mundo precisa de casa.. água.. de trabalhá... de ganhá dinheiro... de tá na sociedade... eu fico feliz de te minhas criaçõzinha... apesar de te que ir buscar outros serviços... sou faxineira... lavo e passo roupa pra fora... tenho que cuidá do meu sítio também... pago as minhas prestações... cuido dos meus filhos... faço um monte de coisas... e agradeço por não mora mais em barraco.... então a gente corri atrás do que aparece... porque ser assentada também é problema né... mais a gente não baixa a cabeça pro INCRA... a gente trabalha mesmo.

P7: Como a sociedade a vê hoje?

Agora mudou bastante coisa né... todo mundo aceita a gente.. porque a gente já tem sítio que isso é uma conquista... aquelas discriminações que tinha já não tem mais né... ih::: logo quando você entra tipo até uns dois anos três anos é sofrimento ainda... porque você num praticamente não tem nada... e fica aguardando só os recursos que o Incra manda... você sofre bastante porque você não pode trabalha fora... você não pode trabalhá registrado... mais você vai trabalha escondido... ninguém de nós falava que você vai trabalhá... e penso que as vezes o Incra finge que não sabe... hoje quase todo mundo aceita a gente.

P8: Como o senhora vê os representantes do Incra?

Ah sei lá... não vejo nada neles não... acho que eles deveriam ficar longe da gente...só isso... já tava bom... eles vem aqui... enche o saco...e não adianta nada.

P9: Como a senhora vê o MST?

Não tenho muita opinião não...o meu marido sabe mais...ele vive converso disso...lê jornal...conta pra mim... mais eu tenho o que faze...não presto atenção nisso...tenho casa... filho pequeno...serviço pra dá conta.

P10: Como é a relação de trabalho entre os assentados?

Normal ué...cada um cuida da sua terra...das suas coisas...ninguém mistura nada...pra não dá rolo.

P11: Como é a sua relação com a sua família?

Ué se eu escolhi um home...e tenho filhos com ele...tem que ser boa né.

P12: Como é a relação com o governo?

Vixi...você tem que pergunta isso pro meu marido...mais acho difícil ele fala na entrevista...ele não gosta de fala pra todo mundo.

P13: Qual é o seu maior sonho?

Nossa...tenho tantos moça...quero continuar aqui...mas melhora a minha casa...comprar coisas boas para os meus filhos...ajudar o meu marido...vive feliz...ver meus filhos feliz...

Assentado: A3

Data da gravação: 03/07/2013

P1: Quanto tempo o senhor está no assentamento Celso Furtado?

Seis anos...

P2: Possui alguma atividade profissional fora do assentamento?

Sou pedreiro senhora...faço qualquer serviço...

P3: Possui algum documento que o designa assentado?

O termo da terra...é o que eu tenho...aqui em casa...quando ganhei a terra...ganhei ele também...

P4: Você pode discorrer sobre o teor do documento?

Ele fala que você tem que fica na terra...num pode vende...num pode alugar...senão perde a terra...a casa...tudo que construiu.

P5: Como o senhor se via na condição de sem terra?

A gente era um povo bem sofrido... faltava muito recurso e vive debaixo de lona não é fácil né... aí eu e mais pessoas sofria muito né... já o assentado não sofri... antes faltava água então o acampado sofre muito né... nessas condições assentado é uma coisa e acampado é outra... se virô assentado acabou os problema... se fica descansado... depois que você ganha a terra também aí vem mais dificuldade... a dificuldade é recurso se sai debaixo de uma lona sem recurso pra cima de um pedaço de terra... e pior ainda que os recursos demoram muito a vim... e quando vem a condição daquele recurso a gente já tá bem cansado pra continuá a batalha... mais desistir jamais..... o Incra impede você de saí pra trabalhar... mas você sai... você não tem como sobrevivê... se tem que saí pra trabalhá pra pode mantê a família dentro de casa.

P6: Como o senhor se vê na condição de assentado?

Eu tenho muito orgulho do que eu sou e tenho hoje... porque tem muita gente que chega ali e fala: “Você quer vendê o lote... você quer trocá... porque esse terreno aqui é muito bonito e muito bom né”... então orgulho de ter o meu lote ali nesse lugar né... e não tenho mais vergonha de ninguém de ser assentado... mais também não falo que sou assentado pra todo mundo... pra quê falar.. o que importa também é que eu não sou mais sem-terra também... eu tenho orgulho de mim mesmo”.... porque o pedacinho de chão que tem aqui né é meu... e do meu pai dos meus filhos... e dos meus netos.

P7: Como a sociedade o vê hoje?

A sociedade hoje ela vê a gente com muito respeito... diferente de antigamente...a gente não tinha respeito... eles num respeitava a gente... assim chamava a gente de sem-terra... que a gente era vagabundo que a gente tinha que trabalhá... hoje não hoje a gente tem mais dignidade... tem preconceito... porque às vezes se tá num lugar se divertino num campo de futebol se começa a brincar e as pessoas começa te chamá de sem-terra né. [...] e hoje a gente tem o respeito tem dignidade a gente tem cabeça erguida... de falá... hoje eu não sou um sem terra... hoje eu sou um com terra... eu tenho a minha terra eu trabalho nela eu faço parte da sociedade... que todas as pessoas todas mesmo acha que sem terra é assim bandulero... que só

gosta de destruí as coisas... de bagunça... de fazer as coisas erradas... você tano no seu lote no seu sítio na sua casa... você já tem mais respeito... a gente tem dignidade... é igualdade...

P8: Como o senhor vê os representantes do Incra?

Olha senhora é um povo difícil...implica com a gente...mais eles tão na razão de implica...as vezes a gente também erra...não fica muito no assentamento...tens uns que nem aparece muito...só vive do sustento fora...não produz nas terras...não faz nada depois que ganha...e vive por conta do trabalho fora...o que eu também não acho certo...tem que planta...e tem que trabalha.

P9: Como o senhor vê o MST?

Ah...eu acho um movimento bom...mas que precisa lutar mais...tem muita gente aí que se aproveita...diz que é do movimento...só para se dar bem...não sabe nada do movimento...entra de besta...mas só agente que teve na lona...sabe a verdade de ser sem-terra...

P10: Como é a relação de trabalho entre os assentados?

Boa...a gente tem que se cumplice...se ver algo errado na terra do outro tem que avisa...porque por exemplo...cada um tem a sua criação...e se passar da cerca de um pro outro...tem que avisa...porque senão é errado...você tem que pensa no outro como qué que pense ne você.

P11: Como é a sua relação com a sua família?

A gente é muito unido...porque passamos muitas dificuldades nessa vida...então a gente se gosta...eu e minha companheira sofremo muito...falo companheira porque não casamo no papel...mais isso não importa... agente tem filho e construiu família...e isso o que vale né.

P12: Como é a relação com o governo?

Não tenho muito o que fala...só que eles podiam mandar mais coisa pra gente...só isso.

P13: Qual é o seu maior sonho?

Só saúde...porque o resto já consegui...tenho terra...tenho família...tenho alegria...

Assentada: A4

Data da gravação: 10/07/2013

P1: Quanto tempo o senhora está no assentamento Celso Furtado?

Bom... na lona fiquei três anos... e aqui já to há sei.

P2: Possui alguma atividade profissional fora do assentamento?

A tenho sim...aqui todo mundo tem...eu trabalho em casa de família...antes de até ser assentada...cuido dos menino da minha patroa...limpo...lavo...passo e cozinho...ela sai pra

trabalha cedo...e deixa tudo pra minha conta...gosto muito dela...ela me ajuda...me dá as coisas...fora do salário...e não me ficha porque eu pedi...to com ela muito tempo...oito anos já.

P3: Possui algum documento que o designa assentada?

Tenho sim...mais da no nome do Antônio...ele fica mais aqui...então colocamo no nome dele melhor...

Pergunta 4: Você pode discorrer sobre o teor do documento?

Fala que a gente deve ficar aqui...não pode sair...e vende...e nem repassa...a gente respeita tudo isso...afinal aqui é nossa casa...nosso sonho realizado.

P5: Como o senhora se via na condição de sem terra?

R 04: Ah eu me via numa situação difícil né... você não tem conforto quando tá debaixo da lona... você não tem conforto em todos os sentidos... a água você não tinha a vontade todos dias... você dependia da prefeitura do caminhão pipa que tava fornecendo água a cada oito dias... e ainda fica rezando pra o caminhão não quebra... tem a discriminação... quando você tá em barraco tem muita discriminação... as pessoas é ficá te chamando de sem-terra... no começo eu tinha vergonha não falava pra ninguém que eu era sem-terra... morria de vergonha ih::: assim um medo de alguém sabe que eu era sem-terra... e fica que nem na época eu fazia faculdade... então eu tinha medo das pessoas fica tirando sarro da minha cara... então no começo eu não falava nada pra ninguém... mais a situação é bem difícil... se você não tiver assim força de vontade e quer realmente ter um sítio você não consegue.

P6: Como o senhora se vê na condição de assentada?

Tá tudo muito bom...não reclamo...tenho que reclamar quando era sem-terra...agora não... como bem...durmo bem...tenho tudo arrumado...os meus filhos gostam daqui...tudo é bom...a gente conseguiu tudo de bom...e vai conseguir mais...com o nosso trabalho...como todo mundo faz... trabalha para viver... e ter as coisas...fico pensando como tudo tá bom...e só agradeço.

P7: Como a sociedade a vê hoje?

Atualmente hoje as coisas melhorô um pouco... tem éh::: abriu crédito nas lojas eh::: faz compra e financiamento... hoje as coisas melhorô... deixa eu vê então... também hoje eu tenho água potável... hoje tá mil maravilhas. Quando a gente tava mesmo no barraco de lona... a sociedade muitas vezes fica com pé atrás com a gente... não deixa a gente participar de nada... mas eu também não quero participar... eles ficam pensando que somos favelado... a gente não é muito aceito na sociedade... eles parecem que têm medo de falar que a gente foi sem-terra...

P8: Como o senhora vê os representantes do Incra?

Tem uns chatos e uns bons...mas o meu marido que fala mais com eles...eu nunca to em casa...

P9: Como o senhora vê o MST?

Não sei fala muito disso não...não sei não...

P10: Como é a relação de trabalho entre os assentados?

Só tenho vizinho bom...ninguem mexe em nada meu...cada um tem o seu chão e planta nele...mais tem assentado sem vergonha também...que mexe nas plantações do outro...eu não tenho esse problema...mas tem gente que reclama...porque planta e no outro dia não tá lá...se acredita nisso...tem de tudo...

P11: Como é a sua relação com a sua família?

A as vezes dá problema...mais é pouco... o meu mais novo que é bagunceiro... mas o outro é bonzinho...e o marido e eu se damo bem...muito tempo junto...a gente aprende a conviver.

P12: Como é a relação com o governo?

O povo do governo é tudo safado né...falá que vai ajudá...que vai fazê...a gente espera e nada...só promete...promete...e a gente espera.

P13: Qual é o seu maior sonho?

Penso em viver bem...como já vivo...acho que é só.

Assentado: A5

Data da gravação: 13/07/2013

P1: Quanto tempo o senhor está no assentamento Celso Furtado?

Vó responde depois...agora não lembro...dever ser seis anos...seis anos sim...o mesmo tempo da minha vizinha do lado...que falou com você já.

P2: Possui alguma atividade profissional fora do assentamento?

Pinto casa...e faço bico...como todo mundo.

P3: Possui algum documento que o designa assentado?

Tenho... o termo do incra.

P4: Você pode discorrer sobre o teor do documento?

Nunca li direitinho não... mas sei que tenho que produzi e não vendê o sitio.

P5: Como o senhor se via na condição de sem terra?

Isso já passou...fico triste de lembra...mas já passou...tem que esquecer do sofrimento...e tocar a vida pra frente moça...passado é passado...o que importa é o pra frente.

P6: Como o senhor se vê na condição de assentado?

Teve os problema de inicio...mas tá melhor...a gente ainda houve que tomó terra...mais a gente deixa senão faz besteira...pelo menos agora a gente não vive em barraque.

P7: Como a sociedade o vê hoje?

Oh::: mudô mudô no sentido de que quando se tem quando você é acampado... o pessoal chama de vagabundo... quando passa assim perto do barracão te chama de vagabundo... porque a gente tá do outro lado... eles passa e fala: “Você qué tomá terra do fazendeiro?”... fala um monte de coisa... a gente fica num mesmo com a sociedade não querendo... e quem sabe tudo passa... o tempo todo a gente ouvi xingamento... em qualquer lugar... só que tem gente que não aguenta. (A5)

P8: Como o senhor vê os representantes do Incra?

O benefício do INCRA né... já ajudô demais... não tem mais necessidade...você já pode plantá... com esses recursos... então você já fazia uma coisa para o seu futuro né... futuro seu e dos seus filhos né depois veio energia graças a deus... aí tudo melhorô... NOSSA foi uma benção né... ter a sua casinha fechada não é mais em barraque... porque é um sofrimento... energia tudo já tinha água... você podia comprá as coisas... tê as coisinhas melhor... então cada dia graças a Deus melhorô né... e até hoje as coisa uma benção... a casa muito muito boa graças a Deus... então tamo feliz.. só que a gente ainda sofri... e tem que corrê atrás. (A

P9: Como o senhor vê o MST?

Eh::: o sem-terra é no Brasil ele é ele é as vezes ele é até discriminado...então muita gente acha que é uma vergonha ir pra debaixo de um barraque... que vai ser diminuído a sua condição de de ser humano... É maior dificuldade é a moradia... é desconfortável debaixo da lona quando vem chuva é complicado... mais ou mesmo tempo você pode pergunta por exemplo pra qualquer pessoa:... Rio de Janeiro aquelas pessoas que mora naquele morro tem diferença de um acampado debaixo de um barraque... porque eles sim corre risco de morte debaixo do barraque... você pode fica debaixo da chuva muito tempo... então a dificuldade é grande mais com força de vontade você resisti... e tem que ser persistente... porque as vezes se acha que sai com três meses quatro meses ... e às vezes dura mais de um ano dois ano.

P10: Como é a relação de trabalho entre os assentados?

Depende... tem uns pilantra aqui...e gente boa...como em todo lugar.

P11: Como é a sua relação com a sua família?

Boa tem que se...depois de tudo que passemos...tem que fica unido.

P12: Como é a relação com o governo?

Ah... acho que eles podia investi mais né....

P13: Qual é o seu maior sonho?

Comprar um carro bom...e vive feliz...e com saúde.



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Câmpus Universitário de Três Lagoas
Programa de Pós-Graduação em Letras



ANEXO II

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO- TCLE

Eu, Juliana de Oliveira Mendonça Ribeiro, mestranda pelo Programa de Mestrado em Letras – Estudos Linguísticos – pelo Câmpus de Três Lagoas da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS) e o Sr. (a) _____ assentado(a) estamos de acordos com os itens que seguem abaixo:

Introdução:

Bem vindo (a) ao Projeto: De sem-terra a assentado: exclusão e resistência em discursos de reassentados. Desde já, agradecemos o seu empenho e a sua disposição para que este projeto seja realizado com êxito.

Sobre o Projeto:

A pesquisadora e responsável pelo projeto é a supra citada Juliana de Oliveira Mendonça Ribeiro, junto ao Câmpus de Três Lagoas/UFMS, sob a orientação da Profa. Dra. Celina Aparecida Garcia de Souza Nascimento.

Sabe-se que hoje no Brasil, ainda existe uma desigualdade de distribuição de terras, predominando assim a concentração fundiária e, como a reforma agrária acontece aos poucos, a realização da política de assentamentos rurais vem se fortalecendo. Observa-se que os objetivos do MST vão além da reforma agrária, buscando a inclusão social dos sem-terra e assentados. Os acampamentos sem-terra, que geralmente se perpetuam na beira das estradas, contam com uma infraestrutura precária, na qual várias famílias criam os seus filhos, que por sua vez, são expostos a confrontos sociais e perdem a sua referência social.

Portanto este projeto pretende descrever e interpretar as representações que o assentado faz de si atualmente e quando era designado sem-terra e também da sociedade. Com o propósito de identificar as formações discursivas apresentadas nos discursos dos assentados e de atribuir voz aqueles que são vistos por muitos como invasores e se encontram às margens da sociedade serão discutidas as questões a eles relacionadas: preconceito, marginalização, inclusão e exclusão social, o trabalho rural e a luta para manter-se na condição de assentado, entre outras. Para tanto, o cópuz será gravado no Assentamento Celso Furtado, na cidade de Castilho-SP, com o intuito de realizar a análise da materialidade lingüística apresentada nos discursos.

Cabe lembrar, que o projeto tem apenas finalidade acadêmica e não fins comerciais. Depois da transcrição e análise das entrevistas, todo o material coletado será destruído, já que não disponibilizaremos os depoimentos dos participantes para outros fins ou pesquisas futuras.

Direitos, riscos e desconfortos:

O desenvolvimento e sobrevir deste trabalho depende da colaboração dos cidadãos assentados. Assim, é relevante no ato da entrevista levantar questões que são pertinentes às temáticas: sociedade, representação de si, representação da sociedade, ideologias, inclusão e exclusão social, trabalho rural, fontes de renda, entre outras. Para abordar essas temáticas, é necessário destacar que pode haver algum desconforto do assentado em conceder a entrevista, portanto é direito e responsabilidade do entrevistado responder as perguntas que lhe forem solicitadas, desde que tal atitude não lhe cause desconforto e intimidação. Antes da gravação, fica expresso, que nenhum dos dizeres serão mencionados com identificação do nome ou de qualquer outro dado pessoal.

Pedimos então, a colaboração dos senhores entrevistados (as) para que nos disponibilize um horário do seu tempo, desde que não atrapalhe as suas atividades diárias, para que possamos gravar as informações necessárias. Cabe ressaltar, que caso queira interromper a entrevista por algum motivo que não queira expor ou solicitar que alguns trechos não sejam gravados por razões pessoais, terá este direito assegurado.

Enfatizamos ainda que todas as informações confidenciais serão tratadas com sigilo, discrição e ética e que a participação dos envolvidos neste projeto é de interesse apenas da entrevistadora e a decisão de conceder a entrevista é direito do entrevistado, assim a sua colaboração é voluntaria e a desistência do ato não lhe causará nenhum prejuízo pessoal.

Confiança e Anonimato:

Como já foi explicitado, a fim de manter a ética e o sigilo dos participantes da entrevista, os nomes e outras referências pessoais não serão registradas e as gravações não ficarão expostas em nenhuma instituição acadêmica para outros projetos ou objetivos.

Benefícios:

Os dizeres desses cidadãos, designados assentados poderão orientar trabalhos que se configurem por meio de questões que abordem a sociedade, identidade, sujeito e discurso, ideologias, inclusão e exclusão social e movimento dos sem-terra. Partimos da concepção que a pesquisa visa a contribuir com a sociedade, ao trazer dados novos sobre as condições sociais e a representação que este grupo social (assentados) faz de si e da sociedade.

Partimos do pressuposto que a representação que o sujeito-assentado faz de si e da sociedade o coloca na condição de “excluído”, formulamos a hipótese que mesmo deixando a condição de sem-terra, o assentado se considere excluído socialmente.

Assim, as perspectivas são as de que o desenvolvimento da pesquisa atribuirá voz aqueles que estão às margens da sociedade, buscando identificar as formações discursivas que perpassam o seu discurso, considerando que hoje vivemos uma época marcada pela inclusão social diante de vários grupos de camadas sociais diferentes. É preciso esclarecer, que enquanto pesquisadores, não cabe a nós a resolução de problemas que apareçam no universo profissional e pessoal dos entrevistados, mas sim, expor e descrever os seus discursos.

Por fim, a assinatura deste documento expressa que o Senhor(a) está informado do nosso projeto e que ao conceder a entrevista para efetivação do mesmo está consciente que nenhum dos seus dizeres serão expostos sem a sua permissão e que o seu anonimato será respeitado.

Assinatura do entrevistado (a)

Juliana de Oliveira Mendonça Ribeiro

Endereço do pesquisador (a):
Condomínio Residencial Encontro das Águas,
Rodovia Marechal Rondon, Km 667
Castilho - São Paulo, 25 de agosto de 2012.
Telefone: (18) 37418215

DE SEM-TERRA A ASSENTADO: EXCLUSÃO E RESISTÊNCIA EM DISCURSOS DE REASSENTADOS

OBJETIVOS:

Todo discurso é perpassado pela voz do outro e orientado pelos aspectos sócio-culturais, assim todo sujeito é heterogêneo e por meio das suas ideologias e das condições sociais direciona a sua vida, então ao analisar os seus dizeres, constatamos as suas representações. Dessa forma, com a realização desta pesquisa, pretendemos enquanto objetivo geral contribuir para os estudos sobre identidade de pessoas excluídas socialmente. E enquanto objetivos específicos: a) descrever as representações que o assentado faz de si e quando se via como sem-terra; b) discutir a representação que o assentado faz da sociedade e, c) analisar as relações de saber/poder e resistência.

ADENDO À METODOLOGIA DE PESQUISA DO PROJETO:

a) Amostra:

A pesquisa será realizada no Assentado Celso Furtado, localizada na cidade de Castilho-SP, no qual atualmente vivem 187 (cento e oitenta e sete famílias). A entrevista será realizado por meio de gravações em áudio.

b) Procedimentos para as coletas:

Este projeto caracteriza-se como um estudo no viés discursivo, no qual a coleta dos dados será realizada por meio de entrevista, a partir de um roteiro semiestruturado, a ser gravada no assentamento com dez moradores de ambos os sexos, de idade entre vinte a cinquenta anos, grau de escolaridade diversificada e que aceitem e estejam cientes de todo o teor desse termo de consentimento. A entrevista conterà alguns temas, a saber: a condição de assentado, como vê a sociedade, como se via na condição de sem-terra, o que pensa sob o governo estadual e federal e como é o dia-a-dia o reassentado. A coleta, análise e discussão dos dados utilizarão os seguintes procedimentos: pesquisa bibliográfica, elaboração e aplicação de instrumentos de coletas de dados, entrevistas com os assentados, transcrição dos dados, seleção dos enunciados para a constituição de corpúsculo, análise e interpretação dos dados, redação do trabalho e apresentação e divulgação dos resultados.

Três Lagoas, 25 de agosto de 2012.

Juliana de Oliveira Mendonça Ribeiro

Responsável pelo projeto/Câmpus de Três Lagoas/UFMS

ANEXO III

MEMORIAL DESCRITIVO

Por ter vindo de uma família de pais humildes e praticamente sem estudo, o simples fato de manifestar a minha vontade de fazer um curso superior os alegrava. Para concretizar a faculdade e ajudar o meu pai nas despesas da nossa casa, sabia que teria que continuar trabalhando como operadora de caixa, sem hora para entrar e sair do trabalho, mas isso não me desanimava e fazia com que eu tivesse mais vontade de estudar.

Quando comecei a pensar numa profissão, vinha-me o desejo de ser jornalista, já que eu adorava escrever e ler, conhecer pessoas, expor as minhas opiniões, falar e pesquisar assuntos diversos. Busquei as faculdades que, na época, ano de 1998, ofereciam o curso, mas infelizmente não encontrei nenhuma em que eu pudesse me inscrever.

Na cidade de Jales, onde residia, havia a graduação de Letras, na UNIJALES, com habilitação em Inglês. Prestei o vestibular e comecei o curso. Logo no início, apaixonei-me pela disciplina Literatura Portuguesa, ministrada pelo professor Paulo Custódio, que sem dúvida foi um dos melhores professores que conheci, não só pelo enorme conhecimento, mas pela didática apresentada em todas as aulas e o amor explícito à profissão docente. No decorrer do curso, li muito sobre literatura e pensava que, se um dia fizesse alguma especialização, seria nessa área.

No ano de 2000, terminei o curso de Letras e percebi que realmente queria ser professora e que as brincadeiras com minhas irmãs no quintal de casa, com a lousa e giz colorido, em que sempre eu era professora, agora faziam algum sentido.

O meu primeiro emprego como professora não foi nada agradável. Entrei para lecionar português num cursinho, sem bagagem e didática para administrar uma sala de quase cem alunos. O segundo também foi complicado: trabalhei em Ribas do Rio Pardo – MS, numa escola particular, na qual eu lecionava de manhã, à tarde e à noite. Voltava na sexta-feira para Jales, e no sábado, acordava às cinco da manhã para cursar a especialização em Língua Portuguesa e Literatura na UNIFEV, na cidade de Votuporanga.

Decidi então não trabalhar mais em Ribas do Rio Pardo e comecei a lecionar na minha cidade, substituindo na rede estadual, e no Anglo de Jales-SP e tornei-me professora da faculdade particular de Cassilândia- MS, em que lecionei português e redação nos cursos de Administração, Ciências Contábeis, Pedagogia e Turismo. Apesar de não ter me graduado em Jornalismo, sentia-me feliz e realizada cada vez que entrava na sala de aula. Estava ali por

prazer, pela vontade de ensinar e de aprender também, pois sabia que todos aqueles momentos em sala eram de troca de conhecimento. Parei de lecionar no Estado e continuei como professora da FIC – Faculdades de Cassilândia e entrei no quadro docente da FAU – Faculdade de Aurifloma-SP, onde finalmente ministrei aulas de Linguística para o curso de Letras. Foi nessa época que senti mais vontade de cursar o mestrado.

Comecei a pensar no mestrado em Literatura para dar continuidade a meus estudos de Literatura Infantil, pesquisando a importância dos contos de fadas na infância, mas, para isso, teria que me desprender de algumas coisas, que infelizmente na época eu não tinha maturidade para deixar de lado.

No ano de 2009, consultei o site da UFMS e observei que a inscrição para aluno especial estava aberta. Na hora pensei em me inscrever em Literatura, mas a disciplina de Análise do Discurso instigou a minha curiosidade. Logo na primeira aula, ministrada pela professora Doutora Vânia Maria Lescano Guerra, fiquei interessada em conhecer mais o “tal de Pêcheux e o tal de Foucault”. Comecei a ler também autores brasileiros, como Coracini e Orlandi.

Ainda como aluna especial e estudante da Análise do Discurso de Linha Francesa, atrevi-me, no ano de 2009, a apresentar no Expex – Encontro de Ensino, Pesquisa e Extensão, realizado na cidade de Araçatuba-SP, o texto: “O discurso das mulheres que trabalham fora diante dos afazeres domésticos”. No ano de 2010, no mesmo evento apresentei dois trabalhos: “A representação/identidade do homossexualismo dos jovens da comunidade Aliança da Misericórdia” e “Representação do sujeito-aluno da graduação de ciências contábeis diante da língua materna”. Até tornar-me aluna regular do programa de mestrado em Letras da UFMS, fui participando, de alguns congressos: II Encontro em Análise do Discurso: Discursos sobre Identidade (2010), V Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Letras e V Semana de Letras, Linguagem, Cultura e Diversidade, CPTL/UFMS (2010) ; Gel - Grupo de Estudo do Estado de São Paulo.(2011); I SILF - Simpósio Internacional de Linguística Funcional.(2011) e no ano de 2012, já como aluna regular, participei do VII Seminário de Pesquisa: Pesquisa e Ensino em Letras, Outras Linguagens, do VI Encontro Nacional do Grupo de Estudos de Linguagem do Centro Oeste (GELCO) e IV Colóquio Regional no Brasil da Associação Latinoamericana de Estudos do Discurso (ALED), no qual apresentei o trabalho, “Heterogeneidade constitutiva nos dizeres das assentadas: discursos contraditórios”.

No ano de 2012, participei do processo seletivo, fui aprovada e a professora Doutora Celina Aparecida Garcia de Souza Nascimento, tornou-se a minha orientadora. Nesse ano cursei a disciplina Teorias da Enunciação, ministrada pelos professores doutores Edson Rosa

e Eduardo Penhavel, na qual foram estudadas correntes teóricas que contribuíram para o resgate de autores e conceitos estudados na minha graduação. A disciplina Linguística Aplicada I, lecionada pela professora Doutora Celina Aparecida Garcia de Souza Nascimento, foi relevante para a análise dos recortes do meu corpús, trazendo heterogeneidade constitutiva de Authier-Revuz. Também contribuiu para o desenvolvimento da escrita e das discussões teóricas em sala de aula, já que fazíamos resenhas e fichamentos da maioria dos textos lidos. A disciplina Políticas Linguísticas, dirigida pela professora Doutora Onilda Nicao, apresentou os estudos realizados por Maher, para quebrar estigmas em relação às populações indígenas. A disciplina Leitura Orientada, ministrada pela professora doutora Celina Aparecida Garcia de Souza Nascimento, trouxe várias contribuições para o desenvolvimento da minha dissertação, pela leitura de Rocha D.; Daher, M. D. C.; Sant'anna, "A entrevista em situação de pesquisa acadêmica: reflexões numa perspectiva discursiva", e também de "O que é autor?" e "Escrita de si", de Foucault. Essas leituras eram discutidas em sala de aula e associadas ao corpús dos alunos que se preparavam para qualificar, o que contribuiu de certa forma, para que eu visualizasse a importância desses textos no meu trabalho.

No segundo semestre de 2012, cursei a disciplina Linguística Aplicada II, ministrada pela professora Doutora Vânia Maria Lescano Guerra, em que a professora apresentou o contexto atual da Linguística Aplicada. Esse período foi intenso, não só pelas leituras propostas, o que contribuiu com o arcabouço teórico da Linguística Aplicada I, mas pela minha luta em ser aceita no Assentamento Celso Furtado, para coleta das entrevistas. E no ano de 2013, a minha orientadora, professora Doutora Celina, pediu que eu me inscrevesse em "Estágio Docência", já que, no mês de março tornei-me bolsista.

Posso dizer que a conclusão do mestrado, além de me trazer um título acadêmico, também me trouxe uma experiência única, pois o meu modo de enxergar a vida e de observar o ser humano mudou completamente. Sei que tive que vencer algumas barreiras pessoais para caminhar no mestrado: precisei lidar com a minha ansiedade e administrar a minha atenção entre os estudos e a família, portanto valorizo todo o meu percurso e fecho esse ciclo da com muita felicidade.

A letra da música "O Vencedor", de Los Hermanos, escolhida como epígrafe, traz-me a representação dos assentados, do Assentamento Celso Furtado, aqueles que estão do "lado oposto", que, mesmo se sentindo inferiorizados, não se cansam de lutar e de sonhar. Mesmo diante das perdas sofridas "não perdem a glória de chorar" e "não deixam faltar amor". Hoje é impossível ouvir essa música e não lembrar dos meses em que estive no assentamento, até mesmo porque precisei superar-me como pessoa e construir um olhar de pesquisadora. Por

enquanto não sei definir se o mestrado me trouxe mais benefícios como pessoa ou pesquisadora. O que posso afirmar é que, depois dessa experiência, tenho certeza de que os meus estudos da Análise do Discurso, da identidade e da exclusão são campos de conhecimento que pretendo continuar investigando.